

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA
POLÍTICA

Haydée Glória Cruz Caruso

DAS PRÁTICAS E DOS SEUS SABERES:
A Construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ

Haydée Glória Cruz Caruso

***DAS PRÁTICAS E DOS SEUS SABERES:
A Construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ***

Dissertação apresentada à
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Antropologia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Kant de Lima (orientador)

Prof^ª. Dra. Simoni Lahud Guedes (UFF)

Prof^ª. Dra. Jacqueline de Oliveira Muniz (UCAM)

Niterói

2004

**Para o meu pai Luciano Caruso e meu
irmão Renato, com amor.**

ÍNDICE

RESUMO _____	05
ABSTRACT _____	06
AGRADECIMENTOS _____	07
INTRODUÇÃO _____	06
CAPÍTULO I – POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO _____	19
1.1 – Sua História – Ontem e Hoje _____	19
1.2 – “Aqui forjam-se homens” – conhecendo o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças _____	29
1.3 – “Rompendo com a lógica da Instrução Formal” – o que o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã propõe _____	47
CAPÍTULO II - QUANDO APRENDER SIGNIFICA OBSERVAR _____	52
2. 1 - Opções Metodológicas _____	52
2. 2 - “EU ESCOLHI A PM OU A PM ME ESCOLHEU?” - uma análise sobre a entrada dos futuros praças na Polícia Militar do Rio de Janeiro _____	56
2.3 - Construindo Policiais Militares _____	62
2.4 - Instrução x Educação _____	71
CAPÍTULO III – CONSTRUINDO O SABER PRÁTICO ENTRE AS PRAÇAS DA PMERJ _____	81
3.1 - “Bola de Ferro” – aprendendo a olhar a rua _____	82
3. 2 - “Instinto Profissional de Polícia” – quando a intuição fala mais alto _____	91
3.3 - “Batalhão-Escola” – quando a formação se confunde com a prática _____	98
3.4 - Possíveis percursos de um praça na PMERJ _____	99
3 5 - Rádio Patrulha – “a verdadeira escola de Polícia” _____	110
3. 6 - Militarismo à PMERJ – um debate sobre hierarquia _____	114
3.7 – O mundo relacional das praças _____	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	130
ANEXOS _____	137

RESUMO

Este trabalho está centrado no universo de representações dos soldados, cabos, sargentos e subtenentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O foco principal, desta pesquisa antropológica, está em compreender a dinâmica de transmissão e construção de saberes e os diferentes valores atribuídos ao conhecimento prático acumulado pelos policiais que vivenciam o cotidiano das ruas no Rio de Janeiro.

Os homens e mulheres da PM do Rio, através de seus discursos, dos seus gestos e de suas posturas corporais, explicitam que há uma forma de aprender a ser polícia e de fazer polícia. Assim, diante da multiplicidade de significados que envolvem tal questão, foi escolhido analisar como os policiais, ao longo de suas trajetórias profissionais, lidam com as práticas que levam a construção de saberes e que, em muitos casos, não dialogam com os instrumentos formais que regulam e circunscrevem suas atuações.

O processo de “fazer polícia” os coloca como atores sociais que, no exercício de suas funções, estão produzindo significados e construindo socialmente, pelas esquinas das cidades, a sua realidade.

ABSTRACT

This work was developed mainly on the representations of the rank and file police officers of the Military Police of Rio de Janeiro.

This anthropological research is focussed on the attempt of understanding the transmission and construction of police officers acknowledging process due to their professional practice on the streets.

From their speeches and body language they revealed their way of learning how to be police officers and how to make police.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar vivendo este momento de grande realização. Acredito muito nesta força divina que rege a minha vida, que ilumina meu caminho e que me coloca diante de pessoas muito especiais.

Começando pela minha mãe que se dedicou integralmente a esta dissertação, acompanhando cada etapa deste árduo processo. É bem verdade que na reta final, sua paciência já não era a mesma e não via a hora de eu largar estes “assuntos de polícia”.

Agradeço especialmente ao meu namorado Marcello que sempre esteve ao meu lado, dedicando o melhor do seu tempo. Quantas vezes, nossos programas pessoais foram substituídos por longas horas de leitura e pesquisa. Ao meu irmão Nadinho, meu primo Ediniz e todos os meus familiares que acompanharam de perto estes dois últimos anos.

À minha amiga querida Luciane que, há muitos anos, deixou de ser amiga para ser irmã. Começamos juntas, a mergulhar no fascinante mundo da polícia militar. Ao longo destes anos já colecionamos muitas histórias sobre esta experiência direta com os policiais, umas muito legais e divertidas, outras, nem tanto. Aprendemos muito com aqueles que, não víamos com bons olhos e, hoje nosso esforço está em minimizar as diferenças entre “nós e eles”, contribuindo para a melhoria da relação entre a polícia e sociedade. Pode parecer utópico, mas este é o princípio norteador de nossas atividades profissionais, nas quais verdadeiramente acreditamos.

Josephine, Verônica e Bete, estas completam o quinteto de meninas superpoderosas que tiveram a coragem de, junto comigo e a Lu, desbravar o mundo policial, mesmo sabendo que para muitos de nossos colegas e amigos era uma tremenda furada, perder tempo com estes “caras”.

Agradeço aos amigos do Viva Rio, em especial Pedro Strozemberg, Florência e Patrícia Rivero que acompanharam de perto a realização deste trabalho, como também deram o apoio necessário para sua conclusão.

À Cristiane, Carla, Andrea Ana, Suzana, Vanilza, Paulo Eugênio, Alexandre e especial à Bete que acompanharam as aulas produzidas pelo Viva Rio, nos Batalhões e que desta experiência, produziram excelentes análises que foram inspiradoras para a realização deste trabalho.

Sinceramente, não só aprendi com os policiais, mas fiz grandes amigos, agradeço especialmente aos sargentos-multiplicadores que tiveram a paciência necessária de me fazer ver e compreender aquilo que essencialmente significa para eles “ser e fazer polícia”

Manifesto meus agradecimentos ao Major Roberto e ao Cel Ubiratan que me permitiram conhecer a Escola de formação das Praças.

Não poderia deixar de registrar que o resultado deste trabalho é, em grande parte, fruto de um convívio acadêmico, dos mais produtivos, com amigos para lá de especiais... Muito obrigada, Durval, Anamaria, Wilson, Edilson e Robson.

Também agradeço aos amigos de longa data que continuam me incentivando: Naná, Marcelo, Helena, Alessandra, Jorge Luiz, Roberta, Karla e Fernando.

Desde o início da minha caminhada acadêmica, no mundo da segurança pública, tenho contado com o apoio incondicional e os toques brilhantes da não menos brilhante, Jacqueline Muniz. Grande parte da profissional que sou hoje, eu devo a esta figura excepcional que felizmente cruzou o meu destino.

Agradeço a Professora Simoni que me inspira a ser uma professora tão dedicada e atenciosa quanto ela é; seu domínio do saber antropológico é realmente motivador.

Ao meu fantástico orientador Roberto Kant de Lima que com seu jeito irreverente torna o aprendizado bem mais divertido. Sem falsa modéstia, é uma honra ser orientada por alguém tão dedicado e, sobretudo, tão disponível em dividir o conhecimento com seus alunos e orientandos.

Ao apoio financeiro do CNPq e ao apoio institucional da Universidade Federal Fluminense, através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política.

Finalizo, agradecendo à todos os/as policiais, praças e oficiais, que tive o privilégio de conhecer pelas salas da UFF, dos Batalhões e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

INTRODUÇÃO

Primeiros passos

No final de 1998 estava entrando na reta final do meu curso de Ciências Sociais pela UFRJ. Naquele momento passava pela enorme inquietação de definir rapidamente uma área de estudos para seguir, já havia participado de pesquisas com alguns professores, mas não tinha nada muito definido.

Neste mesmo período muitos dos meus colegas de graduação começavam a trabalhar no Departamento de Trânsito – DETRAN como estagiários, ganhando um salário que era o dobro de uma bolsa de iniciação científica. Foi assim que me vi motivada em também procurar este tipo de estágio que atraía muito mais pelo dinheiro do que pela oportunidade de aprender, já que não conseguia ver relação alguma com o que estava estudando.

Foi então que pedi a uma amiga que ali trabalhava para encaminhar meu currículo, quão grata foi a surpresa quando fui chamada para uma entrevista.

Cheguei a sede do DETRAN, no centro do Rio para ser entrevistada, foi então que um rapaz que era responsável pela pré seleção explicou-me que havia vagas para atendentes da Central de atendimento daquele órgão e também algumas vagas, em menor número, para atendentes da Central Disque-Denúncia.

Logo perguntei inocentemente o que se fazia no Disque-Denúncia, já que não conhecia muito sobre este serviço. Ele falou que era uma central telefônica que recebia denúncias de toda ordem e posteriormente repassava para a polícia.

Informou-me que nos dois lugares, o salário era o mesmo, a carga horária diária também, só que no Disque-Denúncia era preciso trabalhar sábado, domingo e feriados em ritmo de escala.

Toda sua explicação indicava que a melhor opção era escolher trabalhar no teleatendimento do DETRAN, porém durante os poucos minutos que estive conversando com o meu entrevistador fiquei avaliando de fato, qual seria a melhor opção.

Rapidamente, pensei que no DETRAN acabaria atuando de forma mecânica, do tipo: Sr. poderia me fornecer o número do seu renavam? “marcar vistoria Senhor, só um momento”, “renovação de habilitação... aguarde um instante”.

Foi assim que me vi desafiada em tentar uma vaga no Disque-Denúncia, imaginando que não deveria haver rotina neste tipo de trabalho e que todo dia acabaria recebendo uma série de informações das mais diversas possíveis que poderiam, quem sabe, me ajudar a refletir sociologicamente sobre tudo isto.

Já que eu iria estagiar em algo fora do que é padronizado como estágio nas ciências sociais, que pelo menos fosse algo instigante como experiência de campo. E desta forma respondi ao entrevistador que desejava trabalhar no Disque-Denúncia. Ele ainda tentou me desmotivar, mostrando que no final das contas eu iria trabalhar mais por semana, mas insisti e segui para a próxima etapa de seleção.

Fiquei ao longo de uma semana em treinamento e no meio do processo, já começava a receber as primeiras ligações. Que sensação estranha... falava com pessoas de todos os lugares e sabia de coisas que nunca imaginava que poderia ouvir.

Ao final fui selecionada e assim em 04 de janeiro de 1999 comecei a trabalhar no Disque Denúncia atendendo das 20:00 h às 00:00h.

Ao longo dos meses fui contando para os meus professores ifcsianos como Michel Misse e Mello um pouco desta experiência. Tudo me impressionava, sobretudo a idéia de que agora eu passava a olhar a cidade como se em cada bairro eu soubesse o que acontecia, imaginando, assim, que ninguém mais sabia a não ser eu, o denunciante e talvez a Polícia.

Por falar em Polícia, foi justamente no dia-a-dia do Disque-Denúncia que pude trabalhar e conhecer alguns policiais e suas histórias já começavam a me fascinar; conheci também as

professoras Jacqueline Muniz e Barbara Soares que começaram a descortinar para mim o universo da segurança pública como algo possível de ser problematizado antropológicamente.

Foi no final de 1999 que, incentivada pela Jacqueline, fui prestar concurso para a Pós-Graduação em Políticas Públicas de Segurança Pública e Justiça Criminal¹ que acabara de ser criada. Foi então que, como “civil” comecei, através da Universidade Federal Fluminense, a conhecer um pouco mais a Polícia Militar, através dos meus colegas de classe, oriundos do universo de oficiais, em sua grande maioria Majores e Tenentes Coronéis da PMERJ.

Esta oportunidade foi singular na minha trajetória acadêmica já que em virtude desta pós-graduação e pela experiência acumulada no Disque-Denúncia, recebi o convite para integrar a Área de Segurança Pública e Direitos Humanos da ONG Viva Rio.

Assim, ao final de 2001 comecei a participar de um projeto piloto que visava criar um curso que reunisse um material pedagógico recheado de assuntos do cotidiano dos policiais, em especial dos policiais que atuam nas ruas para que fosse debatido pelos mesmos nas salas de aula dos quartéis.

Cheguei, então, ao Viva Rio, como uma assistente de pesquisa que estaria auxiliando na revisão deste material. Logo, em seguida, comecei a participar das testagens do projeto no Grupamento de Policiamento para Áreas Especiais – GPAE, que havia sido implantado nas comunidades do Pavão-Pavãozinho/ Cantagalo, localizado na Zona Sul do Rio.

Deste momento em diante, comecei a ter contato, cada vez mais próximo, com um grupo que até então era desconhecido para mim. Este universo que eu só conhecia através da Blitz, do sinal de trânsito, ou quando parava o “seu guarda” para pedir alguma informação na rua. Foi então que me vi observando os chamados praças, aqueles que compõem a base da pirâmide hierárquica da Polícia Militar.

A categoria praças é utilizada, via de regra, para designar nos meios militares, aqueles que possuem a graduação de soldado, cabo ou sargento. No Caso da PM do Rio, este universo corresponde a aproximadamente 93%² do efetivo de toda a instituição e são eles e elas os (as) responsáveis, em sua grande maioria, pelo policiamento de nossas cidades.

Foi através do Projeto do Viva Rio (que estarei, mais à frente, descrevendo em detalhes) que priorizava trabalhar com as praças, que eu pude abrir a porta, sem pedir licença e “entrar” no mundo destes que são tantos e tão pouco conhecidos.

Digo, pouco conhecidos porque quando analisamos rapidamente a produção acadêmica sobre as Polícias Militares no Brasil, poucos são estudos que se dedicam a investigar este universo; em geral, os pesquisadores estão dedicados em analisar o “mundo dos oficiais”. Diante deste cenário me vi motivada a contribuir antropologicamente para o conhecimento deste objeto, utilizando para isto, minhas observações retiradas do convívio quase que cotidiano, ao longo dos últimos dois anos, com muitos dos soldados, cabos e sargentos da PMERJ.

Primeiros Contatos

Dizia anteriormente que comecei a trabalhar com as praças fazendo revisão de um determinado material pedagógico. Antes que imaginem que eu fosse responsável por alguma contribuição pedagógica, aproveito para esclarecer que não, já que não sou pedagoga nem tampouco era professora naquele período. Minha contribuição estava em analisar as temáticas que estavam sendo propostas e verificar se a linguagem e os conteúdos estavam condizentes com a proposta do projeto. Neste sentido, pude mergulhar em temas que os policiais vivenciam diariamente nas ruas, desde os conflitos entre vizinhos até a questões técnicas que envolvem o encontro de um cadáver.

¹ Apresentei como monografia de conclusão desta especialização, o trabalho intitulado: A denúncia anônima como ferramenta para ação policial – Disque-Denúncia: uma experiência em curso, publicado pela EDUFF. (Caruso, 2003)

² Fonte Nupesp – Núcleo de Pesquisa e Estudos de Segurança Pública e Justiça Criminal / Instituto de Segurança Pública - RJ.

Concluído o trabalho de revisão e já fascinada pelo leque de possibilidades incalculáveis que envolvem uma atuação policial, recebi o grato convite da coordenação da Área de Segurança Pública e Direitos Humanos do Viva Rio para atuar, em conjunto com Luciane Patrício, como facilitadora do projeto junto aos policiais militares em suas unidades policiais.

O que isto quer dizer? Significa que seria responsável por ensinar a sargentos de diversos Batalhões do Rio uma metodologia de ensino inovadora para os padrões de “instrução” da PM, para que posteriormente estes pudessem estar habilitados a dar aulas para os demais policiais-praças de sua unidade.

É importante frisar que de forma alguma eu estaria tentando “ensinar a polícia a ser e fazer polícia”. Minha responsabilidade estava em apresentar o material pedagógico preparado e ensiná-los como manuseá-lo e como, através dele, suscitar um debate sobre o dia-a-dia policial.

Foi assim que, diante deste enorme desafio, segui para minha primeira “missão” no 2º Batalhão de Polícia Militar, localizado no bairro de Botafogo, zona sul do Rio.

Esta era a primeira vez que eu entraria no Batalhão para trabalhar ao longo de uma semana com um grupo de aproximadamente 25 policiais. Na verdade, posso considerar esta com minha primeira prova de fogo, já que, sendo uma integrante da chamada sociedade civil organizada não fui vista inicialmente com bons olhos. O clima era de total desconfiança e indignação diante de uma “menina que vem dar aula pra gente”.

A história da menina remetia a questões do tipo: o que ela tem para nos ensinar? Ah, sendo do Viva Rio, deve estar aqui para falar de direitos humanos e dos bandidos porque dos nossos ninguém fala...”

Este era o tom da conversa e todos estavam em sala de aula, pontualmente, às 08 da manhã, para um curso que eles não sabiam do que se tratava, mas que haviam sido designados pelo

comando e como “bons cumpridores de ordens”, de forma alguma iriam descumprí-la, mesmo estando ali obrigados.

O primeiro dia foi terrível, desconfiança: pouca participação, descaso e assim por diante. No segundo dia, adotamos como estratégia, falar que estávamos ali para contribuir de alguma forma, mesmo que pequena, para melhoria do trabalho policial, valorizando o que há de mais importante que é o profissional que está atrás da farda. Esta foi a senha para que iniciássemos um diálogo franco em que eles, com mais liberdade, começavam lentamente a falar do que pensavam e nós a ouvir o que diziam.

Foi deste processo de escuta, muito mais do que de fala, que eu me deparei com um grupo que se pensa e se relaciona com o chamado “mundo da rua” de uma forma pouco conhecida e pouco compreendida por nós. Estes homens e mulheres, ao longo de suas trajetórias profissionais, estão emaranhados numa rede de significados que despertaram em mim o interesse de refletir antropológicamente sobre o que vi, ouvi e agora escrevo.

Conhecendo o objeto

Tenho convicção que muito do que olhei e ouvi não conseguirei aqui retratar, mas encaro o desafio de tentar minimamente interpretar o fascinante universo das praças da PM do Rio de Janeiro.

O contato de sala de aula me mostrava que aqueles homens e mulheres, a cada instante, estavam apontando para mim através de suas falas, dos seus gestos e da suas posturas corporais que havia uma forma de aprender a ser polícia e de fazer polícia.

Diante da multiplicidade de significados que tal questão pode nos remeter, escolhi como possibilidade de análise problematizar a idéia de que cada praça, ao longo de sua trajetória profissional, lida com práticas que levam à construção de saberes, produzindo assim um determinado corpo de conhecimento que em muitos casos não são encontrados nos manuais. Deste modo, este processo de “fazer polícia” os colocam como atores sociais que

no exercício de suas funções estão produzindo significados e construindo socialmente, pelas esquinas das cidades, a sua realidade.

Assim, ao longo deste estudo, estarei buscando compreender, a partir de um olhar antropológico, os diferentes valores atribuídos ao conhecimento prático acumulado pelas *praças* da PM do Rio.

Dentre as inúmeras questões que podem ser trabalhadas, ao se tratar das formas de produção e reprodução de conhecimento e práticas profissionais na instituição policial militar, escolhi como sendo fundamental para aprofundar minha abordagem, compreender a dinâmica de transmissão de saber entre os soldados, cabos, sargentos e subtenentes, levando em conta que, para isto, era necessário conhecer a estrutura e a lógica de atuação da Escola de Formação destes profissionais, assim como entrevistar alguns policiais que por lá passaram e que hoje “fazem polícia” nas ruas das cidades.

É importante frisar que de modo algum estarei fazendo um estudo aprofundado sobre o sistema de ensino da Polícia Militar; mas para compreender a representação que tais atores possuem sobre o processo de se “transformar num policial”, é preciso primeiro entender como se configura a porta de entrada para esta instituição, ou seja, sua Escola de Formação.

Em se tratando de porta de entrada, gostaria de frisar que, como pesquisadora, tive uma dupla possibilidade de acesso, primeiro, através do Viva Rio, participando da coordenação do curso voltado para praças, depois, através da Coordenadoria de Segurança, Cidadania, Direitos Humanos e Defesa Civil do Governo Estado³.

Assim, esta minha entrada na Polícia Militar ocupando uma posição, inicialmente, institucional, colocou-me diante da facilidade de acesso a determinados debates e conflitos que um pesquisador sem esse tipo de entrada fatalmente não presenciaria, por outro lado, também colocou-me diante da dificuldade de desnaturalizar determinadas percepções e

³ No período de abril à dezembro de 2002, atuei como Assessora Técnica da Coordenadoria de Segurança, Justiça, Defesa Civil e Cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro, participando da equipe

ou/discursos. Deste modo, assumo conscientemente que algumas das análises aqui presentes podem estar permeadas de um viés e por isso proponho explicitá-lo a fim de minimamente controlá-lo.

Para melhor compreender o objeto de pesquisa escolhido, no Capítulo I estarei resgatando algumas questões históricas a fim de contextualizar a Polícia Militar do Rio de Janeiro ao longo de sua existência. Mas de modo algum tentarei fazer um amplo resgate histórico desta instituição, tendo em vista que este rico trabalho já foi feito por importantes historiadores⁴.

Já que escolhi como problema de fundo a construção do saber prático entre as praças da PMERJ, verifico como fundamental apresentar logo de início o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, órgão onde, via de regra, os soldados, cabos e sargentos adquirem sua formação profissional.

Dedicar parte do trabalho a contextualizar este setor de ensino permitirá explorar a estrutura dos cursos de formação dos soldados, cabos e sargentos, além dos cursos de aperfeiçoamento oferecidos para estes mesmos postos de graduação. Posteriormente, esta análise curricular ajudará a compreender as representações que estes policiais possuem sobre a escola “oficial” que os formou em contraponto com a chamada “escola da rua” que eles afirmam terem passado para “verdadeiramente” transformarem-se em policiais. Ou seja, tentarei trazer à baila a visão de mundo destes atores sociais sobre as experiências práticas que vivenciaram ao longo de suas trajetórias profissionais.

Descreverei os pressupostos fundamentais do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã, experiência pioneira de trabalho com as praças que o Viva Rio desenvolveu em parceria com a PM do Rio, curso este que, como disse anteriormente, permitiu-me realizar ao longo destes dois anos minha observação participante ou quem sabe uma participação observante.

responsável pela implementação e acompanhamento dos programas de qualificação profissional dos policiais militares e civis do Estado.

⁴ Ver Holloway (1997) e Bretas (1997)

No Capítulo II apresentarei minhas estratégias metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa de campo tanto nos Batalhões de Polícia como no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

Neste capítulo também será apresentada a descrição densa de tudo que foi possível registrar como pesquisadora ao longo de meu trabalho de campo. Dedicarei então, grande parte deste capítulo para analisar as longas narrativas que obtive das praças que conheci, sobre os motivos que os levaram ingressar na PM, bem como, suas experiências durante o curso de formação. Assim, através de suas histórias de vida, pude mergulhar na gramática deste universo de pesquisa, tentando entender o “que falar quer dizer”.

Ao longo desta etnografia pretendo descrever muitos dos dilemas e conflitos que tais atores vivenciam não só no chamado “mundo da rua”, como também no “mundo da caserna”, ou seja, na vida intramuros da Instituição.

No Capítulo 3, continuarei apresentando meus dados etnográficos com o intuito de descrever e analisar teoricamente, os processos de transmissão e reprodução de conhecimento entre tais atores sociais. Buscarei entender como as práticas são transformadas em saberes, que podem resultar em fazeres cotidianos, que estão refletidos de algum modo nos manuais policiais, mas em sua grande maioria apresentam uma lógica própria, criada e recriada de acordo com a dinâmica da vida social.

Diante de minha preocupação central em trabalhar com a idéia de um saber prático acumulado através das experiências cotidianas nas ruas e das interações entre os policiais militares, buscarei analisar algumas categorias do universo policial militar, tais como: “instrução”, “hierarquia”, “combate”, “operacional”, “burocrático”, “mais antigo”, “mais moderno”, “bola de ferro”, entre outras.

Por fim, estarei dialogando com importantes teóricos, no intuito de apresentar uma das possíveis interpretações acerca do objeto de pesquisa aqui trabalhado.

CAPÍTULO I – POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO

1.1 Sua História – Ontem e Hoje

Ao revisitar a história da Polícia Militar do Rio de Janeiro, alguns estudos demonstram que ela está intimamente ligada ao próprio processo de institucionalização do Estado Brasileiro. Diferentemente de outras polícias que surgiram como o último “bloco” a ser colocado na estrutura do moderno governo executivo, o caso do Rio de Janeiro mostra que a arquitetura estatal moderna estava sendo montada e negociada simultaneamente com a autoridade pública de polícia⁵.

Entendi como crucial para o início da reflexão que pretendo aqui fazer, resgatar alguns dos processos históricos que culminaram na formação do que hoje denominamos Polícia Militar do Rio de Janeiro: PMERJ. Esta não é uma história de começo, meio e fim que pode ser resgatada linearmente, por isso, a melhor compreensão deve levar em conta seu contexto sociopolítico. É justamente esta característica que torna a Polícia Militar e por conseguinte, seus atores, ainda mais atraente para nós que a estudamos, já que permite-nos compreender que a forma como tais atores pensam, agem e se representam tem uma relação direta com sua trajetória histórica.

É preciso registrar que não sou historiadora e por essa razão não estarei propondo realizar um estudo historiográfico da Instituição. Apenas, estarei aqui, reunindo algumas das reflexões de historiadores importantes como Bretas e Holloway que dedicaram-se a analisar a polícia no século XIX e que no processo de construção de meu objeto de pesquisa ajudaram-me a entender os integrantes desta polícia, não só como atores sociais mas como atores históricos. Trazendo à baila tais questões pretendo situar para o leitor em que contexto foi criada a Polícia Militar e para qual fim.

⁵ Para melhor entendimento desta abordagem ver: Muniz (1999), Holloway (1997) e Bittner(1990).

Criação da Polícia Militar

Segundo a Coletânea da PMERJ sobre o CFAP – 31 de Voluntários⁶, “A Polícia Militar do Rio de Janeiro teve sua origem em 13 de maio de 1809, com a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da cidade do Rio de Janeiro, composta por um Estado-Maior, três companhias de infantaria e uma cavalaria, com efetivo total de duzentos e dezoito (218) homens”. (Coletânea PMERJ, p.3)

Holloway demonstra historicamente que até ser chamada de Polícia Militar do Rio de Janeiro, a força policial que patrulhava a cidade do Rio passou por idas e vindas, avanços e retrocessos em sua história. Cita que, em 10 de outubro de 1831 foi aprovada, por lei, a formação de uma corporação profissional, idealizada por Feijó (então Ministro da Justiça) que viria substituir as guardas municipais civis. A instituição aprovada tinha por nome: Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Até 1858, os soldados eram chamados de “permanentes”. Já em 1866, a instituição passou a chamar-se Corpo Militar de Polícia da Corte e a partir de 1920 recebeu a designação formal de Polícia Militar. (Holloway, 1997, p. 93)

Pela abordagem de Holloway, a história da polícia do Rio de Janeiro se dá através de uma dialética de repressão e resistência, e que por isso precisa ser compreendida no “quadro de uma transição mais geral do controle exercido tradicionalmente através das hierarquias privadas para o exercício moderno de poder através das instituições públicas”. (Holloway, 1997, p. 19)

Diversos autores demonstram e Holloway torna a enfatizar que no mundo moderno, “as instituições policiais, tanto na Europa ocidental como em áreas historicamente relacionadas, como o Brasil, surgiram durante a multifacetada transição do século XVIII para o século XIX”. Este período foi marcado pela difusão da ideologia liberal que, segundo o autor, visava “aplicar mecanismos impessoais de coerção às maiorias impotentes. As instituições

⁶ Esta é a sigla do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP localizado em Sulacap, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

estatais assumiram a autoridade que antes era exercida principalmente pelas hierarquias personalistas”. (Holloway, 1997, p. 21)

O Brasil estava envolvido numa tentativa de distanciar-se de seu passado colonial e para isto precisava criar modelos que dessem conta de *eliminar* o que a elite considerava “como grave problema de desordem nas ruas”. Assim, Holloway aponta que a elite brasileira passa a desenvolver “instituições policiais *sui generis* para sua capital. As estruturas e os princípios operacionais da história da polícia do Rio, cujas funções são análogas às das de outros países, foram estabelecidos mediante ensaio e erro a partir dos recursos e das tradições locais”. (Holloway, 1997, p. 22)

Logo, é possível pensar que a polícia do Rio, mesmo sendo concebida à luz de outros modelos que começavam a surgir nos Estados Modernos europeus, teve como característica fundamental a sua construção, a partir da experiência local, marcada visão de mundo da sociedade carioca do século XIX. Portanto, é equivocado imaginar que quaisquer modelos modernos de polícia seriam *incorporados* ao caso do Rio, sem que os dilemas desta sociedade não fossem refletidos neste projeto de criação.

Segundo Holloway o que levou então à criação da Polícia? “No caso presente, os membros da elite política confrontaram o comportamento da sociedade urbana com o seu ideal, acharam boa parte desse comportamento inaceitável e então criaram as instituições policiais....” (Holloway, 1997, p. 29)

A partir desta chave reflexiva, é interessante analisar que para o autor, a Polícia Militar do Rio de Janeiro nasce com o propósito de controlar o comportamento do povo de acordo com os desejos e aspirações da elite que a fundou.

No entanto, Bretas analisa, a partir da contribuição de Foucault, que o projeto de criação da Polícia, como instituição de controle social, não deve ser analisado como a vitória da burguesia em criar mecanismos de controle. O que está em jogo é a “disciplinarização da sociedade num mundo moderno” e acrescenta que o *poder* de controlar não deve ser analisado numa relação exclusivamente de cima para baixo, é preciso entendê-lo “como

algo que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos (apenas) de alguns...” (Bretas, 1997,p. 28)

Diferentemente de Holloway que privilegia em sua análise, “a idéia de um Estado repressor utilizando a polícia como instrumento de controle através da força”, Bretas busca investir numa reflexão que contemple a vida cotidiana dos policiais civis e militares. Entende que para ter uma visão mais ampliada destas instituições é preciso investigar como os “policiais constroem significados para sua experiência social” (Bretas, 1997, p.16)

No trabalho *A Guerra das Ruas*, o autor demonstra que os estudos sobre Polícia, sempre estiveram marcados por um papel secundário, aparecendo, via de regra, apenas através de sua constituição formal, ou seja, não era visto, nem destacado como objeto principal de um investigação científica.

Assim, ao debruçar-se sobre os documentos policiais do final do século XIX, o autor pretende perceber “como se constroem as identidades de policiais e cidadãos envolvidos nas ocorrências.” Seu problema de fundo ajudou-me, como disse inicialmente, a compreender meu objeto de pesquisa como um ator social que constrói sua identidade a partir da interação cotidiana com os cidadãos.

Em se tratando de Cidadania⁷

Ao retornar ao passado, através dos trabalhos de Holloway e Bretas, verifiquei que a noção de cidadania é um assunto recorrente em suas abordagens, continuando na contemporaneidade a ser motivo de reflexão sociológica.

Como bem analisa Holloway, no final do século XIX, as instituições burocráticas de controle que se pretendiam modernas estavam sendo introduzidas numa sociedade “carente de outros atributos fundamentais da modernidade”. Neste sentido, o autor salienta que

⁷ Tal discussão será melhor trabalhada nos capítulos subseqüentes, ficando registrada aqui apenas a introdução desta reflexão.

naquele momento o projeto liberal estava envolto muito mais num slogan de que todos seriam iguais perante a lei do que a própria realidade apontava. (Holloway, 1997, p. 23)

Na mesma direção, Bretas sinaliza que a sociedade brasileira estava sendo construída em dois níveis distintos. Existiam aqueles que eram contemplados no mundo formal e aqueles que estavam dele excluídos, ficando assim, relegados aos “códigos informais” que refletiam “as distorções e preconceitos vigentes na sociedade daquela época”. (Bretas, 1997, p. 115)

Não obstante, é preciso aqui reiterar que tais reflexões encontram ressonância na obra de Carvalho que analisa a cidadania no Brasil - ontem e hoje - como estando numa encruzilhada, na medida em que “a pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo”. Ou seja, a lógica de construção de direitos na sociedade brasileira deu-se de forma invertida, onde direitos sociais vieram antes dos direitos políticos que precederam os direitos civis e que segundo Marshall seriam a base desta seqüências.

O que esta inversão de seqüência aponta é que a sociedade brasileira ainda continua sendo marcada pela desigualdade de direitos, mostrando que as próprias instituições modernas que deveriam ser responsáveis pela promulgação da igualdade num Estado democrático de direito, em muitos casos, são as principais responsáveis pela exclusão.

Cabe nesta abordagem retomar as contribuições de DaMatta que chama atenção para o dilema brasileiro⁹ de concentrar em nosso espaço público dilemas e ambigüidades em virtude da presença de lógicas ora hierárquicas ora igualitárias operando simultaneamente no conjunto da sociedade brasileira.

Tal fenômeno remete-nos à compreensão de que em nossa sociedade, juridicamente, ainda, uns são mais iguais que outros. Na medida em que continuam existindo expedientes formais que estão na contramão da idéia de cidadania plena.

⁸ Ver Carvalho (2002)

⁹ O *Dilema Brasileiro* pode ser representado, através de uma pirâmide de base larga para muitos e topo estreito para poucos dentro de um paralelepípedo de base e topo iguais (DaMatta, 1997)

DaMatta apresenta em seu estudo um paradoxo onde por um lado, a sociedade brasileira pretende se voltar para o universal e igualitário e por outro reitera e estimula o particular e o hierarquizado. (DaMatta, 1997. p. 229)

Neste mesmo debate, Kant de Lima, dentre as suas diversas contribuições sobre o sistema de justiça criminal brasileiro, tem insistido em mostrar que nossa sociedade ainda utiliza expedientes marcados pela lógica hierárquica, como é o caso do código de processo penal vigente em simultaneidade com os princípios constitucionais baseados numa lógica igualitária.

Neste cenário, a polícia militar configura-se ao longo do tempo como instituição criada e orientada pelo poder executivo para reprimir o conflito no espaço público que é marcado por regras gerais criadas de cima para baixo que ensejam ao Estado o papel de todo-poderoso que promove, segundo Carvalho, Estadania em detrimento da Cidadania.

Segundo este modelo, cabe então aos seus agentes, os policiais militares, o papel de supressor de conflitos que têm sua atuação legitimada não a partir do que a sociedade deseja para si, mas o que o Estado impõe para a sociedade. (Kant de Lima, 2002)

“Sentar Praça”

Neste processo de conhecimento da Polícia Militar como um possível objeto de estudo, deparei-me com a constatação de que a instituição é composta, desde a sua fundação, por indivíduos oriundos de segmentos sociais distintos e que são distribuídos hierarquicamente em sua estrutura para desempenhar papéis específicos. O que pude levantar de material bibliográfico aponta que estes atores sociais não podem ser compreendidos como um grupo homogêneo.

Por ter escolhido as praças como foco de minha investigação antropológica, entendi como satisfatório levantar algumas informações sobre a origem histórica deste grupo, buscando sempre fazer alguma relação com a configuração atual deste segmento.

Holloway mostra que na primeira metade do século XIX havia uma categoria denominada de pobres livres que assemelhavam-se em tamanho à população escrava urbana. Estes pobres livres, que eram então a chamada classe baixa não-escrava, eram essencialmente nômades marginais, criados domésticos, as muitas pessoas envolvidas nos níveis inferiores da produção artesanal e posteriormente industrial e as praças do sistema policial.

Portanto, aqueles homens que compunham as “fileiras da corporação” que acaba de ser criada eram oriundos dos segmentos populares da sociedade carioca do século XIX. Segmentos estes que precisavam ser disciplinados pelo aparato repressor que o Estado montava. Interessante perceber que aqueles que iriam patrulhar a cidade surgiam do universo que mais tarde estes deveriam reprimir.

Bretas aponta que a Polícia na virada do século XIX apresenta-se como “uma agência de produção de empregos na órbita do Estado”. Logo, um meio de ascensão social naquele período. (Bretas, 1997, p. 114)

Muniz, em seu estudo sobre a PMERJ, retoma a discussão de Holloway para apontar que “a origem social das praças também teria contribuído para a emergência de um olhar desconfiado e punitivo do Estado em relação às suas polícias”. Portanto, estes pobres livres que se transformam em praças trazem para si a obrigação da disciplina necessária para conter as massas. Assim, hierarquia e disciplina começam a se configurar como pressupostos fundamentais para regular a atuação destes que passariam a ser “os olhos e os ouvidos do Estado”. Este Estado que impõe a este grupo um olhar de desconfiança quanto as suas ações, já que vindos de onde vinham precisavam ser rigidamente controlados para que assim pudessem desempenhar bem o papel que a eles era atribuído. (Muniz, 1999, p. 55)

Muniz sinaliza que as autoridades da época entendiam que às praças caberia o mundo da caserna, ou seja, o mundo intramuros, evitando assim que estes fossem “contagiados” com o “excesso de liberdade do mundo civil”. A autora pondera que ainda hoje é recorrente este discurso, de que os policiais de base são vulneráveis à indisciplina e à corrupção porque estão demasiadamente próximos daqueles que precisam reprimir.

Em minhas observações pude constatar que este tema ainda faz parte das conversas, tanto de praças, como de oficiais, gerando idéias do tipo: pressionar o governo estadual a fim de que sejam criados condomínios residenciais para policiais de baixa patente para que estes possam sair das favelas onde moram, ou criar escolas próprias para filhos de policiais, evitando assim que estes passem por escolas públicas que “recebem todo tipo de gente”.

Assim como pontua Muniz, também pude constatar que muitos outros policiais apontam que é justamente este distanciamento dos segmentos populares que dificulta qualquer tipo de mudança na imagem de que a PMERJ está postos para reprimir as “classes perigosas”, através de seus principais instrumentos de ação, que são justamente as praças.

Cabe mencionar ainda que a expressão “sentar praça” que dá origem à denominação das praças como grupo de policiais subalternos, origina-se da idéia de que os jovens rebeldes deveriam servir a Polícia e ao Exército como estratégia para tornarem-se cidadãos responsáveis, já que nestas instituições estariam submetidos à hierarquia e à disciplina necessárias para “transformá-los”. (Holloway, 1997 e Muniz, 1999)

Polícia Militar Hoje

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ é fruto recente da fusão da Polícia Militar do Estado da Guanabara com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Fato ocorrido em 1975¹⁰.

Hoje a PMERJ está dividida em “organizações Policiais Militares (OPMs) executivas, setoriais e operacionais, responsáveis pelo policiamento ostensivo de todo o Estado do Rio de Janeiro. Similar ao Exército, é organizada em Estado Maior, Cadeia de Comandos,

¹⁰ Ver Evolução Onomástica em anexo.

divididos geograficamente em Capital(abrangendo todos os bairros da cidade do Rio de Janeiro), Baixada (incluindo os treze municípios que compõem a Baixada Fluminense) e Interior (que inclui os municípios de Niterói e São Gonçalo, além de todos os outros do interior do Estado – antigo Estado do Rio de Janeiro)¹¹.

Estas Cadeias de Comandos, denominadas intermediárias, são compostas de Batalhões Operacionais que possuem companhias, destacamentos, regimentos e tropas.¹²

A PM do Rio é formada por aproximadamente 40 mil integrantes, distribuídos hierarquicamente entre graduações (postos subalternos) e patentes militares(postos superiores). Cada graduação ou patente possui suas atribuições definidas conforme quadro abaixo:

TABELA I

Círculos	Postos	Funções
<u>Círculos dos Oficiais</u> Superiores	Coronel Tenente Coronel Major	Os oficiais que compõem os círculos superior, intermediário e subalterno são preparados, ao longo de sua carreira, para exercer funções de comando, chefia e direção.
Intermediários Subalternos	Capitão Primeiro Tenente Segundo Tenente	Na cadeia de comando e controle, os oficiais intermediários – em particular, os capitães destacam-se como o principal elo de comunicação com o círculo das praças.

¹¹ Municípios que compõem a Baixada Fluminense: Itaguaí, Paracambi, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

¹² Ver Muniz (1999) e, em anexo, Organograma Institucional da PMERJ

Praças Especiais	Aspirante Oficial Aluno Oficial	
<u>Círculos das Praças</u> Subtenentes e Sargentos	Subtenente Primeiro Sargento Segundo Sargento Terceiro Sargento	Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, quer na administração e no emprego dos recursos materiais e humanos, quer na instrução e no adestramento da praças. Devem desempenhar as atividades de Policiamento Ostensivo peculiares à PM
Cabos e Soldados	Cabo Soldado	Os Cabos e Soldados são, essencialmente, os profissionais que devem executar as tarefas de policiamento.

Fonte: PM/1 – Estado Maior – PMERJ (extraído de Muniz –1999)

Quanto ao efetivo ativo de Policiais Militares, segue a tabela abaixo:

TABELA 2: Efetivo Ativo da PMERJ segundo Grau Hierárquico¹³				
		Base	%	% acum.
Praças	Soldado	18734	49,8	49,8
	Cabo	3621	9,6	59,4
	Sargento	11904	31,6	91,1
	Sub-Tenente	496	1,3	92,4
	Aluno Oficial	321	0,9	93,2
Oficiais Subalternos e Intermediários	Tenente	1235	3,3	96,5
	Capitão	524	1,4	97,9
Oficiais Superiores	Major	397	1,1	99,0
	Tenente Coronel	322	0,9	99,8
	Coronel	63	0,2	100
	Total	37617	100	

Fonte: CCI-4/PMERJ – NUPAC - 2002

TABELA 3: Efetivo Ativo da PMERJ segundo Grau Hierárquico – Agregado			
	Base	%	% acum.
Praça	35076	93,2	93,2
Oficial Subalterno e Intermediário	1759	4,7	97,9
Oficial Superior	782	2,1	100
Total	37617	100	
Fonte: CCI-4/PMERJ- NUPAC –2002			

1.2 – “Aqui forjam-se homens” – conhecendo o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, assim como as demais polícias militares do Brasil, disponibiliza para os cidadãos civis, duas grandes portas de entrada na instituição: o círculo das praças e o círculo dos oficiais. Estas portas são responsáveis por fazer adentrar na PM aqueles homens e mulheres que estarão sendo preparados para atuarem no policiamento ostensivo das cidades¹⁴.

Tendo em vista que a forma de acesso é diferenciada, com a realização de concursos distintos para oficiais e para praças, a formação dos futuros policiais militares do Rio também acontece em escolas diferenciadas. No caso dos Oficiais, na Academia D. João VI, onde o aluno permanece ao longo de três anos sendo preparado para assumir funções de gestão, direção e Comando, saindo desta Escola como aspirante a Oficial para

¹³ Dados com base no arquivo da PMERJ – ano 2002.

¹⁴ Cabe explicar que existem outras portas de acesso à PMERJ, que não os concursos para funções específicas de Policiamento Ostensivo. Sendo concursos para área de medicina, psicologia, enfermagem e música. Todos os concursados destas áreas também possuem patente militar; são conhecidos como os “não combatentes”.

posteriormente galgar os postos de Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel, até quem sabe, assumir a patente máxima de Coronel¹⁵.

Já, no caso do círculo das praças, a Escola é chamada atualmente de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, onde homens e mulheres recrutados, através de concurso público passarão 06 meses em média, sendo treinados para assumirem as funções iniciais de soldados da PM.

Aqueles que querem pleitear uma vaga de praça da PM deverão passar por concurso público que exige, atualmente, ensino médio completo. O concurso é dividido em provas de matemática, português e redação, além de exames médicos, psicotécnicos, exercícios físicos e por fim a chamada pesquisa social que consiste num levantamento detalhado da “ficha” do candidato, assim como da sua vida em família e em sociedade. Esta etapa final visa saber com quem o candidato se relaciona para “saber se existe algo que deponha contra sua conduta moral”¹⁶.

A graduação de Soldado é a primeira pela qual um policial de base passará em sua trajetória policial militar. Após 08 anos de serviços prestados ele poderá galgar a graduação de cabo e após 15 anos a graduação de 3º Sargento, depois mais 05 anos para 2º sargento e outros 5 para ascender a 1º Sargento. Entre uma graduação e outra, é exigido que o policial realize a chamada “confirmação de divisa” que é o curso de formação de cabo ou sargento, dependendo da graduação que ele está pleiteando. A outra possibilidade de ascender hierarquicamente se dá através dos concursos internos. Assim, um soldado poderá ascender a sargento se houver concurso para esta graduação, como também, um sargento pode tentar ascender ao Quadro de Oficiais Administrativos – QOA¹⁷. Porém, a grande maioria das

¹⁵ A passagem para Coronel ocorre através de uma Comissão de Promoção de Oficiais, formada por membros natos: Comandante Geral, Chefe do Estado Maior, Sub-chefe do Estado Maior, Diretor Geral de Pessoal, mais dois membros escolhidos. Esta comissão avaliará se o candidato ao posto enquadra-se no critério do “merecimento”.

¹⁶ Ver Araújo Filho (2003); Sobre a pesquisa social, levantei informações junto aos meus entrevistados.

¹⁷ O quadro de Oficiais Administrativos – QOA é a única possibilidade de acesso de uma praça ao círculo de oficiais, ou seja, começando soldado na corporação. A patente máxima que um praça pode chegar é de Major. Aqueles que fazem direto a escola de oficiais pertencem ao chamado Quadro de Oficiais Combatentes – QOC.

praças é promovida por tempo de serviço, porque raramente são abertos concursos internos¹⁸.

Assim como as demais forças militares, a Polícia Militar, através de sua “dupla entrada”, sinaliza que sua instituição é formada por dois segmentos distintos, “os inferiores” e “os superiores”. Estes grupos, mesmo fazendo parte da mesma corporação, carregam em si a marca da desigualdade que, em muitos casos, é mais forte do que uma possível marca da semelhança que os une enquanto policiais militares do Rio de Janeiro.

Como bem coloca Kant de Lima, estas formas diferenciadas de acesso a uma instituição num contexto republicano, como é o caso da PM no Brasil, demonstra mais uma vez que o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos podem ser representados através da figura de uma pirâmide, onde a base é ampla, mas o topo é estreito e apenas poucos tem acesso. Esta talvez seja uma boa representação para a forma de hierarquia peculiar a PMERJ. (Kant de Lima, 2003)

Já que este trabalho pretende apresentar o universo das praças para o leitor, identifico como fundamental descrever melhor este lugar por onde, via de regra, passam todos aqueles soldados, cabos e sargentos que compõem a PM do Rio.

O atual Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários – CFAP 31 VOL da PMERJ foi criado em 1933¹⁹, no então Distrito Federal, com o nome de Escola de Recrutas – ER. Esta primeira Escola foi instalada numa ampla fazenda de 3.189.639m², que havia sido comprada pela antiga Brigada Policial em 10 de outubro de 1907. Hoje, tanto a escola de praças como a de oficiais estão sediadas na ampla Fazenda dos Afonsos, localizada no atual bairro de Sulacap, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁸ Ver Regulamento de Promoção de Praças - RPP

¹⁹ Criado pelo decreto nº 22.587 de 22 de março de 1933.

Em 1963, a Escola de Recrutas passou a ser chamada de Centro de Instrução 31 de Voluntários(CI 31 VOL). Posteriormente, em 1967, 34 anos depois de sua fundação, passou a denominar-se CFAP – 31VOL, sendo o seu primeiro comandante o então Tenente Coronel Nicoline Pinto²⁰.

Segundo o Organograma da PMERJ (ver em anexo), tudo que é relacionado ao ensino e a sua fiscalização, caberá à Diretoria de Ensino e Instrução - DEI, órgão subordinado ao Estado Maior da corporação. Este órgão, portanto, tem o papel de elaborar a diretriz educacional que deverá ser cumprida por todos os demais órgãos a ele subordinados, responsáveis pela formação e aperfeiçoamento tanto de praças como de oficiais.

O Regimento Interno do CFAP, aprovado pelo Comando Geral em 10 de abril de 1995, determina que a estrutura hierárquica deste órgão seja a seguinte: a) Comando; b) Estado Maior e c) Assessorias. Nesta estrutura está previsto que o cargo de Comandante deste estabelecimento de ensino seja exercido por um Coronel, podendo também ser exercido por um Tenente Coronel temporariamente²¹.

O Artigo 3º e 4º do Regimento dispõem sobre os cursos oferecidos pelo CFAP e seus objetivos:

I – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS)

Objetivo: atualizar, aperfeiçoar e ampliar os conhecimentos técnico-profissionais do 2º Sargento PM, habilitando-o para o exercício dos cargos e funções próprias das graduações de 1º Sargento e Subtenente PM do QPM-O

II – Curso de Formação de Sargentos (CFS)

Objetivo: preparar e formar pessoal habilitado para o exercício de funções e cargos de 3º e 2º Sargento PM do QPM-O

III – Curso de Formação de Cabos (CFC)

²⁰ O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários (31º Batalhão de Voluntários) tem este nome numa homenagem aos 31 soldados que participaram da Guerra contra Solano Lopes, de 1865 a 1870.

²¹ Regimento Interno do CFAP 31 VOL publicado em BOL da PM nº69, no dia 19 de abril de 1995. Ver Organograma do CFAP em anexo.

Objetivo: preparar e formar pessoal habilitado para o exercício de funções de Cabo PM do QPMP-O

IV – Curso de Formação de Soldados (CFSd)

Objetivo: preparar e formar pessoal habilitado para o exercício de funções e soldado PM do QPMO-O22

Entendo como importante transcrever os artigos acima para que posteriormente possa estar analisando alguns destes cursos que tive oportunidade de acompanhar ao longo do trabalho de campo.

Como bem é sabido, todos os procedimentos na PM estão documentados, manualizados; todas as regras estão contidas em regulamentos, regimentos, diretrizes e etc. Diante do acesso a estes documentos pude conhecer procedimentos, resgatar fatos históricos e sobretudo entender o universo de siglas em que a PM do Rio está mergulhada. Sem o mínimo de conhecimento sobre esta linguagem, fica difícil para um pesquisador, compreender o que os policiais militares querem dizer em suas conversas informais ou em seus procedimentos formais. Por isso a leitura dos manuais, regimentos e regulamentos, mesmo que enfadonhos, foram importantes para a realização deste trabalho.

Como disse em passagem anterior, o CFAP é o principal centro de formação de praças da Polícia Militar do Rio, mas não é o único. Durante a gestão do governo estadual, no período de 1999 a 2002, houve um acréscimo substantivo do número de policiais militares no Rio de Janeiro²³. Este incremento fez com que a formação de soldados fosse descentralizada.

Vários concursos foram abertos em curto espaço de tempo o que impediu que o CFAP absorvesse um número alto de alunos em suas acomodações. Deste modo, algumas unidades operacionais transformaram-se em Batalhões-Escola que seriam responsáveis pela

²² Este termo refere-se ao Quadro de Policiais Militares Combatentes.

²³ Aumento de aproximadamente 10.000 policiais. Fonte: PMERJ

formação dos futuros soldados. A grade curricular é a mesma e em tese, os cursos devem seguir a mesma orientação pedagógica do CFAP, sob a coordenação da Diretoria de Ensino e Instrução - DEI.

Cabe salientar que esta prática não começou a ser utilizada neste período, já havia sido aplicada em outros momentos, foi apenas acentuada nesta gestão.

Logo nos primeiros contatos com as praças, pude conhecer alguns que passaram pela experiência de terem tido formação nestes Batalhões-Escola. Todos falavam com muito prazer desta experiência porque segundo eles, haviam vivenciado desde o início o dia-a-dia de um policial num Batalhão, diziam que esta experiência tinha sido fundamental para sua formação.

Este é dos pontos que estarei analisando no capítulo seguinte, tendo em vista que este aspecto despertou meu interesse em entrevistar policiais que foram formados nestas condições, ou seja, fora da Escola tradicional. Quais seriam, então as implicações deste tipo de formação na construção do saber prático destes policiais?

Do levantamento que pude fazer sobre a estrutura do CFAP, também tive acesso aos currículos de 2002 dos cursos de formação de soldados, Curso Especial de Formação de Cabos, Curso Especial de Formação de Sargentos e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos à Distância.

Seguem as grades curriculares de cada um deles²⁴:

1) Curso de Formação de Soldados – CFSd

Duração do curso: 26 semanas

Carga Horária Total : 940 horas

Dividida em 03 módulos

²⁴ Fonte: PMERJ/Diretoria de Ensino e Instrução – ano 2002

As Disciplinas Curriculares são divididas segundo sua funcionalidade: a) Fundamentação Geral; b) Instrumentais; c) Complementares e d) Operacionais.

Módulo I

MATÉRIA	CARGA HORÁRIA
Direitos Humanos e Conduta Policial Ética	12
Psicologia	08
História da PMERJ	10
Saúde, Higiene e Socorros de Urgência	17
Comunicações	09
Instrução Policial Básica Individual	81
Unidade Didática I – Sistema Criminal e Policiamento Ostensivo	(13)
Unidade Didática II- Fundamentos de Abordagem	(20)
Unidade Didática III – Legislação Penal e Práticas Operacionais	(26)
Unidade Didática IV- Legislação Aplicável a PMERJ	(12)
Educação Física	24
Defesa Pessoal	18
Tiro Policial	13
Técnica de Narração e Confecção de Documentos	15
Ordem Unida	12
Serviços Internos	24

Feriados	12
Providências Administrativas	24
Aula Inaugural	02
Solenidades Diversas	16
Atividades Gerais	24

Módulo II –

Estágio Prático nas Unidades Operacionais - 280 Horas

Módulo III

MATÉRIA	CARGA HORÁRIA
Palestras sobre o tema Drogas (Centro de Reabilitação Renascer)	10
Saúde, Higiene e Socorros de Urgência	11
Comunicações	12
Instrução Policial Básica Individual	61
Unidade Didática V – Abordagem de Veículos e de Edificações	(24)
Unidade Didática VI – Legislação Penal e Práticas Operacionais	(14)
Unidade Didática VII – Legislação de Trânsito	(15)
Educação Física	24
Defesa Pessoal	

Tiro Policial	18
Armamento	36
Técnica de Narração e Confecção de Documentos	12
Ordem Unida	13
Serviços Internos	10
Ferriados	32
Providências Administrativas	20
Treinamento para Formatura	08
Formatura	24
Atividades Gerais	04
	24

2) Curso Especial de Formação de Cabos

Duração: 05 semanas

Carga Horária: 152 horas

MATÉRIAS	CARGA HORÁRIA
Psicologia – Relação Interpessoal	06
Ordem Unida	08
Saúde, Higiene e Primeiros Socorros	08
Técnicas de Abordagem	16
Legislação Penal e Ação Policial	12
Instrução Policial Básica Individual	26
Instrução Geral	10
Tiro Policial	10
Educação Física	10
Deontologia Policial Militar	08
Aula Inaugural	02
Feriado	08
Providências Administrativas	08
Treinamento para Formatura	08
Formatura	04

3) Curso Especial de Formação de Sargentos

Duração do curso: 08 semanas

Carga Horária total: 288 horas

MATÉRIAS	CARGA HORÁRIA
Deodontologia Policial Militar	10
Ordem Unida	10
Tiro Policial	16
Segurança Pública	35
Português	12
Informática	12
Psicologia Institucional	08
Relações Interpessoais	08
Sociologia	08
Educação Física	20
Administração	20
Técnica de Polícia Judiciária Militar	20
Instrução Policial Básica Individual	13
Estágio de Técnica de Abordagem – ETA	10
Direção Defensiva	04
Aula Inaugural	02
Palestras	12
Visitas	08
Providências Administrativas	08
Feridos	16

Treinamento para a Formatura	32
Formatura	04

4) Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos à Distância

Duração do Curso: 22 semanas

Carga horária: 430 horas

Este curso, diferentemente dos demais, é realizado à distância, ou seja, cada 2º Sargento recebe sua apostila que deverá ser estudada, para posteriormente serem realizadas as avaliações de conteúdo.

Sua grade curricular está dividida em duas modalidades: Ensino Fundamental e Ensino Profissional. Na primeira modalidade estão concentradas as seguintes áreas de estudo: a) Linguagem e informação e b) Cultura Jurídica. Na segunda modalidade estão: a) Saúde Policial; b) Missão Policial; c) Eficácia Policial e d) Técnica Policial Militar.

MATÉRIA	CARGA HORÁRIA
Português	32
Legislação Aplicada à atividade Policial de Segurança Pública	30
Direitos Humanos	32
Direito Penal Militar	32
Saúde Psicológica	30
Abordagem Sócio-Psicológica da Violência	32
Ética e Cidadania	30
Qualidade em Serviço	30

Administração Policial Contemporânea	32
Atividade de Polícia Ostensiva	32
Tiro Policial Militar	20
Orientação Escolar	42
Aula Inaugural	01
Avaliação	47
Treinamento e Solenidade de Formatura	08

Tive a oportunidade de entrevistar um 1º Sargento que participou deste curso. Dizia-me que de todos os cursos que já havia feito na polícia militar, este tinha sido o mais proveitoso porque dispunha de disciplinas que ao seu ver eram muito interessantes, porque estavam relacionadas diretamente as atividades de polícia. Questionei-o, então, se não se sentiu solitário ou desestimulado por ter que estudar sozinho ao longo de todo o curso, já que não participava de uma turma como no modelo convencional. Afirmou-me que não, porque em geral os policiais militares estudam de fato pelas apostilas e manuais e que portanto, não havia nenhuma novidade nisso, voltando a afirmar que o que chamava sua atenção era justamente o conteúdo de cada disciplina.

Comparando a grade curricular deste curso com as demais, anteriormente apresentadas, facilmente, iremos entender o que o policial queria me dizer, já que ao invés de uma carga horária de temas excessivamente jurídicos ou de técnicas militares, neste era possível falar sobre ética, Direitos Humanos, “sócio-psicologia da violência” e assim por diante.

Não foi possível acessar os conteúdos programáticos das disciplinas, porém fazendo uma leitura rápida das disciplinas ofertadas desde o curso de soldados até o de aperfeiçoamento de sargentos, é possível perceber as diferenças que descrevi acima.

Araújo Filho, em seu trabalho sobre a formação dos soldados da PMERJ, já chamava atenção para o fato de que apenas 20% das disciplinas do Curso de Formação de Soldados dedicarem-se a questões que suscitem nos futuros soldados “uma visão mais ampla dos fenômenos sociais ligados à criminalidade, violência, ordem pública e etc”. (Araújo Filho, 2003, p.133)

Segundo o Plano de Matérias do ano de 2002 a que tive acesso, a Ordem Unida ainda prevalece sobre a Ordem Pública, como frisou também Araújo Filho em seu estudo. Tal fato se repete no currículo dos cabos, porém para os sargentos, esta questão já toma outro vulto, tendo em vista que disciplinas relacionadas a segurança pública já começam a fazer parte da grade curricular.

É igualmente surpreendente que no curso de soldados, o treinamento para formatura (24 horas/aula) seja superior a carga horária destinada à defesa pessoal (18 horas/aula). Assim como, no curso de cabos é destinado 08 horas/aula para treinamento de formatura, sem ser previsto nenhum treinamento de defesa pessoal. No Curso de Formação de sargentos, mesmo sendo aberto espaço para a matéria de segurança pública, ainda continua sendo alto, o número de horas dedicadas ao treinamento para formatura (32 horas/aula); caso que se repete até mesmo no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos que dedica 08 horas para o mesmo fim.

Se analisarmos que, segundo a doutrina policial militar, compete ao sargento auxiliar o oficial e também “instruir e adestrar as praças” faz-se necessário que este seja mais qualificado e tenha uma visão mais ampliada do “papel de polícia”. Esta visão reforça a idéia de que “os inferiores”(soldados e cabos) devem estar preparados sim, para cumprir prontamente as ordens recebidas. Vários pesquisadores vem sinalizando para o fato de que a formação do policial de base é ainda marcada por uma tradição militar que não condiz com a realidade vivenciada por este mesmo policial na ponta da linha de seu trabalho de rua.

Entendi como necessário retornar a esta discussão justamente porque ao longo do trabalho de campo, tanto em Batalhões como no próprio CFAP, muitos policiais afirmavam desconsiderar grande parte de sua formação institucional, tendo em vista que para “tornarem-se policiais de verdade” precisaram criar outras possibilidades de “formação” preenchendo segundo eles, a lacuna da “teoria que não condiz com a prática”.

CFAP in loco²⁵

Fui visitar o CFAP pela primeira vez em outubro de 2003, depois que a equipe do Viva Rio, da qual faço parte, foi convidada a aplicar a proposta pedagógica que já desenvolvia em diversos Batalhões nos Cursos regulares de formação de Sargentos e Cabos.

Após dois anos de contato próximo com a PM do Rio, eu já conhecia bem o funcionamento de Batalhões; já havia visitado a Escola Superior de Polícia Militar - ESPM na qualidade de aluna da pós-graduação da UFF, assim como já havia dado aulas no Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança – CQPS, localizado em Niterói.

Mas era a primeira vez que eu avançava pelos 32 quilômetros da Avenida Brasil, em direção à Vila Militar para, finalmente, chegar ao bairro de Sulacap e, por conseguinte, ao CFAP. Fiquei impressionada com o tamanho do lugar, era realmente muito amplo. Aquela enorme fazenda comporta o CFAP, a Academia D. João VI, o Centro de Recrutamento e Seleção de Praças - CRSP, assim como muitos outros setores da PMERJ.

As aulas começavam às 08 da manhã, por isso com receio de chegar atrasada, acabei saindo cedo demais e cheguei ao CFAP às 7:15h. Assim, resolvi aproveitar o tempo livre para conhecer o local. Logo ao chegar, me deparei com um prédio que sediava o Comando, Estado Maior e Assessorias. Era muito bonito, com uma escadaria vermelha que levava à sala do Comandante e aos demais departamentos. Como estava um sol maravilhoso naquela manhã de Segunda-feira, resolvi sentar nas escadas para tomar sol. Rapidamente, um sargento que havia chegado cedo também, me advertiu que era proibido e logo caí em mim, eu estava num ambiente militar onde tudo que você faz é regulado, onde todos te vêem e você vê a todos.

O tempo foi passando e o Major responsável pela divisão de ensino chegou e foi levando a mim e as demais integrantes da equipe até a 2ª Companhia. O Centro de Formação é dividido em três companhias de ensino, que seriam como três escolas, cada uma delas possui o seu comandante, quase sempre um tenente ou um capitão. Elas são divididas em Pelotões que seriam as salas de aula e cada pelotão tem o espaço de aula mais um alojamento e um banheiro. Em geral, cada pelotão recebe 60 alunos.

Ao longo da semana ininterrupta que passei lá, pude almoçar com os policiais e assim conhecer tanto o refeitório das praças que é chamado de *rancho*, como também o refeitório dos oficiais, mais elegante e conhecido como *Cassino dos Oficiais*. Os termos em si, já denotam a hierarquia que envolve estes ambientes.

Obviamente que minha presença no *rancho* chamou a atenção e logo todos sabiam que eu era do Viva Rio, a única mulher civil almoçando naquele lugar. Não que não houvesse outras mulheres, mas as PFEMs, como são chamadas as Polícias Militares Femininas são muito poucas por ali.

A comida era simples, mas farta... Feijão, arroz, isca de fígado e batata. Eu sentei à mesa de alguns sargentos que tinham sido meus alunos e chamou-me logo atenção um grupo de policiais do BOPE – Batalhão de Operações Especiais que estavam sentados juntos, sem nenhum outro policial de outra unidade por perto. Era fácil identificá-los porque usavam fardamento preto. Perguntei então ao Sargento que almoçava comigo, porque eles ficavam tão isolados e prontamente me respondeu, dizendo que “os ‘Bopianos’ são diferentes, eles se acham mais polícia que nós, só porque são de uma unidade especializada, mas olha, o salário é o mesmo, hein”.

Fiquei por alguns instantes pensando que até mesmo entre as praças havia grupos distintos, acabava de conhecer os “bopianos”.

Também fui convidada para almoçar no *cassino dos oficiais* com o Comandante da Unidade e que das vezes em que estive no CFAP, almocei muito mais neste lugar do que no

²⁵ Ver mapa do CFAP em anexo

rancho, não que quisesse comer melhor (já que a comida cai de nível como cai a patente), mas porque os convites dos oficiais eram insistentes e ficava muito complicado não aceitar.

Então, lá fui eu conhecer o *cassino*. Logo na entrada, existe um amplo salão com várias pias para lavar as mãos. Depois, entra-se num amplo refeitório onde as mesas estão dispostas em L ao contrário, ou seja, há uma fila de mesas do lado esquerdo de quem entra e lá no fundo uma fila de mesas de frente para porta principal. É justamente no fundo do salão que senta o Comandante, seu lugar está reservado e ao seu lado sentam seus auxiliares. Fiquei por um instante entendendo como se dava a distribuição daqueles oficiais pela mesa para verificar onde poderia sentar, sem causar nenhum constrangimento.

Em geral, o Comandante é o primeiro a entrar no recinto, caso contrário, aqueles que lá estão se levantam quando a autoridade máxima chega. Todos aqueles que chegam depois vão até a mesa do comandante para pedir permissão para sentar, concedida a permissão podem voltar para fazer seus pratos.

Toda a comida é feita e servida por policiais militares, obviamente praças. Estes são os cozinheiros do Batalhão, do Quartel General e também do CFAP. Além de cozinhar, eles administram os alimentos, controlam a cozinha em todos os seus aspectos.

Depois de passar tantas horas no CFAP senti vontade de ir ao banheiro e como em todas as unidades por que passei e em que precisei ir ao banheiro, esta é uma hora terrível. Qual é a solução então, para estes casos? Ir ao banheiro do Comandante (caso mais usual, sobretudo para figuras femininas civis) ou como fiz eu numa das vezes que não quis incomodar o comandante, pedir permissão para usar o do posto de saúde.

Rapidamente acabei conhecendo as praças que trabalham no expediente administrativo, eles mostraram-se solícitos e ajudaram muitíssimo a realização desta pesquisa porque me orientaram a encontrar documentos, manuais, apostilas, Registro de Compra e Venda da Fazenda dos Afonsos, Mapas e etc.

Todo material reunido neste capítulo eu consegui ter acesso na Biblioteca da Academia D. João VI (Escola de Oficiais). Não existe biblioteca no CFAP, por isso aqueles praças que querem consultar algum livro ou simplesmente estudar devem se dirigir a esta biblioteca no horário reservado para atendimento às praças. A não presença de uma biblioteca no

CFAP, no mínimo, indica que, aos olhos da instituição, as praças não necessitam “saber muito”, apenas acatar o que os superiores dizem e determinam. Mais uma vez, o que está em jogo não é a construção de um conhecimento coletivo pelos praças e para as praças, antes, há um “saber intelectual” só acessado pelos integrantes do oficialato.

Também pude conhecer o stand de tiro, assim como o local onde são feitas as simulações de abordagem em prédios, casas e favelas.

Outro momento extremamente rico, do ponto de vista antropológico, foi quando tive a oportunidade de conhecer o gabinete do Comandante onde estive conversando, entre outras coisas, acerca de minha pesquisa e solicitando a autorização para desenvolvê-la naquele espaço.

O gabinete traz em si a imponência de um recinto militar, logo ao entrar chamou-me atenção o amplo painel retratando todos os Comandantes que aquela escola já tivera, os mais antigos pintados com tinta à óleo.

Em outra parede, que fica em frente à mesa do Comandante, localiza-se um amplo painel que preenche toda a parede. Este painel tem como título: “O Sonho de um Comandante²⁶” e nele é possível ver retratada a Escola de praças com suas Companhias de ensino, capela, prédio principal, refeitório... Enfim apresentando em geral o espaço físico do CFAP com suas instalações. Acima desta descrição espacial, tem-se a pintura da imagem do primeiro Comandante da Escola, como se este estivesse observando tudo abaixo de seus olhos. Representando ali um olhar panóptico sobre a instituição.

Do lado esquerdo do painel está retratada a imagem de um rapaz, usando calça jeans e camiseta e ao seu lado, uma moça, usando calça jeans justa e um mini-blusa. Em seguida, seguem retratadas algumas das instalações físicas do CFAP, como descrevi anteriormente e na ponta final do painel, ou seja do lado direito, aparece então o mesmo rapaz e a mesma moça, agora, retratados fardados e com os cabelos curtos, usando kepe na cabeça e em posição de continência sob olhar profundo do primeiro comandante da escola.

Esta imagem deixou-me por alguns momentos num processo de reflexão, levando-me a analisar que tal tela representaria em linhas gerais, o processo de *disciplinarização do eu*

²⁶ Ver foto em anexo.

onde precisam, segundo os policiais, “livrarem-se das características individuais e do mundo civil” para “transformarem-se em policiais 24 horas por dia”, assumindo uma nova identidade que seguirá com eles ao longo de toda a vida.

Um das inúmeras frases espalhadas pelas unidades policiais que conheci e que chamou minha atenção é a que está estampada no pátio da Academia D. João VI, aplicando-se também ao caso do CFAP. Naquele lugar está escrito em letras garrafais: “*Aqui forjam-se homens*”, chamando atenção a todos que a lêem que aquela não é uma Escola qualquer...A mensagem pode ser interpretada como que sinalizando para o leitor que dali sairão homens e mulheres “transformados” em Policiais Militares.

1.3 “Rompendo com a lógica da Instrução formal” – O que o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã propõe

Como sinalizei na introdução deste trabalho, tenho utilizado como estratégia de aproximação do meu objeto de pesquisa, a experiência do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã que agora passo a descrever em detalhe.

Concepção do Projeto

Desde 2000, a organização não governamental Viva Rio iniciou um projeto de elaboração de um curso de qualificação para policiais militares, em parceria com o Instituto de Segurança Pública - ISP e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ.

A proposta central desta iniciativa era fazer com que os policiais de ponta tivessem a oportunidade de refletir sobre suas práticas profissionais cotidianas através de *estudos de caso* que fossem extraídos das ocorrências policiais. A idéia era disponibilizar para um debate entre as praças, algumas situações corriqueiras no trabalho de polícia no Rio de Janeiro.

A concepção inicial deste projeto é do Tenente Coronel PM Luiz Fernando Santos de Azevedo, que tinha uma idéia de trabalhar com a graduação de sargento no papel de educador ou como foi por ele chamado, como “agente multiplicador”. Sustentava sua escolha pelo Sargento afirmando que esta graduação representa a ligação entre os oficiais (Tenentes, Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis) e as praças (soldados e cabos). Argumentava também que em virtude da escolha de temas vividos pelos policiais no dia a dia, tornava-se fundamental ter à frente um sargento que, via de regra, já possui mais de 15 anos de profissão e por isso, ao seu ver, acumulava um saber prático passível de ser repassado para os policiais mais novatos.²⁷

Cabe salientar ainda que o grande diferencial deste projeto estava, sem dúvida, na idéia de introduzir no cotidiano dos policiais uma forma de aprimoramento e reflexão sobre suas práticas, que propiciasse uma maior interação e sobretudo um diálogo entre os policiais: no caso, entre um sargento - educador e os seus alunos, que seriam os soldados, cabos e demais sargentos de sua unidade policial.

Material Didático

O projeto começou a ser materializado, através de cartilhas e vídeos que buscavam retratar as situações mais freqüentes na vida profissional de um policial militar.

Para a construção deste material didático foram realizados grupos focais com os policiais que compunham o chamado “público-alvo” a ser atingido, a fim de extrair deles as principais problemáticas que deveriam ser analisadas. Em seguida, já sabendo quais seriam as situações a serem retratadas nos *estudos de caso*, foram realizadas pesquisas em arquivos jornalísticos como também nos próprios arquivos da PM.

O resultado deste trabalho foi a elaboração de 20 cartilhas e 14 vídeos, que contou com a participação de policiais militares no encaminhamento dos temas e na elaboração de alguns conteúdos, assim como uma equipe multidisciplinar, composta por sociólogos, antropólogos, psicólogos, comunicólogos, pedagogos, entre outros, que investiram na

²⁷ Ten Cel Luís Fernando Santos de Azevedo procurou a ONG Viva Rio para desenvolver este tipo de trabalho, por não encontrar (segundo ele) apoio dentro da Polícia Militar para a realização de um projeto desta natureza, assim entendia como necessário inserir a sociedade civil organizada neste trabalho.

melhor forma de abordar cada tema, introduzindo pontos que pudessem servir de subsídios para reflexões mais aprofundadas.

Cabe informar que os *estudos de caso* pretenderam dar conta de um universo amplo de assuntos que discutem desde o uso qualificado da força, técnicas de abordagem, situações envolvendo crianças e adolescentes em conflito com a lei, violência doméstica de gênero, uso da arma de fogo, conflitos de massa, mediação de conflitos, preconceito racial, ética, entre outros²⁸.

O que me chamou atenção, inicialmente, era a forma como cada tema fora trabalhado; neste caso, para cada assunto, estava presente no material, uma situação real (na maioria dos casos) ou uma situação fictícia para que os policiais pudessem debater.

Além disso, vídeos e cartilhas foram construídos sem a pretensão de serem utilizados numa seqüência pré-estabelecida. Por outro lado, propunha-se dar autonomia ao agente multiplicador para escolher os temas a serem trabalhados de acordo com a realidade de cada grupo policial participante desta experiência.

Esta flexibilidade visava respeitar as diferenças entre os policiais militares, já que é sabido que a realidade de quem atua na zona sul do Rio de Janeiro em muito difere da Baixada Fluminense ou do interior do Estado.

É importante registrar que a equipe pedagógica responsável pela elaboração destas cartilhas e vídeos enfatizava que “o tipo de material produzido, não se tratava de um material instrucional que apenas repassava informações e procedimentos. Tratava-se, portanto, da sistematização do conhecimento profissional de polícia que, por meio de técnicas participativas, dinâmicas de grupo, jogos e simulações, criariam oportunidades para que os alunos (policiais) refletissem sobre o seu dia a dia e elaborassem, a partir de sua própria experiência, conceitos e atitudes que valorizassem o caráter comunitário da ação policial, fazendo da segurança pública uma das dimensões fundamentais da cidadania”.

A proposta de “romper com a lógica da instrução formal” surgia da constatação, tanto dos pesquisadores, como dos próprios policiais de que a forma vertical de transmissão de

²⁸ Ver anexo lista de cartilha e vídeos, incluindo temas.

conhecimento, onde um só detém todo o saber e os demais apenas assimilam passivamente, não contemplava as expectativas dos atores envolvidos.

O primeiro grande desafio encontrado para efetivação deste tipo de proposta educacional estava em prever um tipo de qualificação que fosse trabalhar com a figura do sargento.

Neste caso, a justificativa em usá-lo estava em trabalhar com um profissional que possui uma graduação/patente que é caracterizada pela experiência prática (sobretudo de rua) acumulada. A idéia parecia bastante apropriada, porém a PMERJ, em seu Regulamento de Promoção de Praças – RPP não prevê que um sargento (posto subalterno) possa exercer a atividade de “instrutor”, categoria utilizada pela instituição militar para denominar aquele que é capaz de transmitir o conhecimento. Cabendo somente aos oficiais superiores²⁹ a função de instrutor e ao sargento somente o papel de monitor.

É preciso descrever tal questão administrativa porque ao longo do processo passou a ser um dos motivos de resistência ao projeto, já que grande parte do oficialato da Polícia Militar não concebia a participação de praças que foram “feitos para cumprir ordem” na posição de instrutor.

Cabe destacar que a formação e/ou qualificação dos profissionais da polícia militar está circunscrita pela idéia da “instrução” em detrimento a “educação”, ou seja, a instrução implica num processo de construção do saber que se pressupõe verticalizado onde quem instrui tudo sabe e quem está sendo instruído, cabe apenas acatar a orientação dada.

Segundo Kant de Lima, há uma distinção importante entre treinamento, que desenvolve instintos e inculca hábitos, e educação que reprime instintos e inculca regras, as quais podem ser praticadas por nós sem que sejam habituais. (Durkheim apud Lukes, 1973, p. 648- 649; Kant de Lima, p.17)

No caso do curso que estou descrevendo aqui, a estratégia, então, foi criar uma categoria que possibilitasse a participação de tais sargentos, sem que se infringisse as normas pré-

²⁹ Oficiais Superiores entende-se: Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.

estabelecidas. Deste modo, foi criada a função de “sargento multiplicador” para atuar como “instrutor” para alguns ou “educador” para outros no desenvolvimento deste projeto.

A tentativa de levar adiante um projeto de qualificação profissional que pretender romper com o paradigma instrucional até então referência na PM do Rio, explicitou uma série de conflitos que estarão sendo, em parte, analisados ao longo do próximo capítulo dedicado a descrever densamente esta experiência.

O Curso em números

A proposta do Governo do Estado³⁰ em conjunto com o Viva Rio era transformar o Curso num programa de qualificação profissional de grande escala que buscasse atingir de forma gradual todo o efetivo de praças da PM, aproximadamente 35.000 policiais militares, entre soldados, cabos e sargentos.

Desde maio de 2002, foram qualificados 142 “sargentos multiplicadores” para atuarem em suas respectivas unidades policiais. Este grupo foi distribuído por 50 unidades policiais militares de todo o Estado do Rio de Janeiro. Estas unidades são formadas não só por Batalhões operacionais, como também por unidades especializadas da PM do Rio.

Até dezembro de 2003 foram qualificados em todo o Rio de Janeiro, 6.452 policiais, entre sargentos, cabos e soldados, com, no mínimo, 20 horas/aula cada um³¹. Este número corresponde a 18 % do efetivo total de praças da PMERJ.

Ao ser aplicado simultaneamente em diversas unidades da PM, fui tendo a oportunidade de conhecer soldados, cabos e sargentos com experiências profissionais das mais distintas, sobretudo, porque atuaram e ainda atuam em locais dos mais diversos do Rio de Janeiro.

³⁰ Gestão Benedita da Silva (abril a dezembro de 2002)

³¹ O Curso é distribuído em três módulos de 20 hora, totalizando 60 horas/aula. O desenho modular visou atender uma demanda da própria PM que alegava grande dificuldade em manter um grupo de policiais militares afastados do trabalho de rua ao longo de 60 horas/aula. Assim, buscou-se solucionar a questão fracionando o curso em três partes, o que viabilizou a sua aplicação nos Batalhões de Polícia.

CAPÍTULO II - QUANDO APRENDER SIGNIFICA OBSERVAR – Construindo

Policiais Militares

2.1 Opções Metodológicas

Este capítulo inicia, com mais rigor e sistematicidade, a apresentação da etnografia que me propus realizar entre as praças da PMERJ. Para tanto, além da descrição do que foi possível coletar e das interpretações baseadas na teoria antropológica, busco aqui explicitar os caminhos metodológicos que utilizei para o desenvolvimento deste trabalho.

Como já havia pontuado na Introdução e no Capítulo I, a escolha do tema deveu-se à proximidade que tinha, em virtude de minhas inserções profissionais, como objeto empírico em questão. Porém, o simples fato de estar em contato permanente com as praças da PMERJ não poderia configurar-se como trabalho de campo nos termos utilizados pela Antropologia³².

Tendo como desafio organizar minha entrada no campo com a identidade de uma pesquisadora de Antropologia, resolvi recuar e por isso, comecei a distanciar-me da atividade cotidiana dos Batalhões de Polícia a fim de melhor elaborar as questões que mais suscitavam meu interesse de investigação. Esta possibilidade de retirada do campo levou-me à constatação de que o que mais me chamava atenção, em tudo que já havia visto e ouvido entre os policiais militares, era justamente a idéia de que aqueles profissionais construíam quase que diariamente um “fazer policial”, isto é, um saber oriundo sobretudo da prática, que merecia ser trabalhado à luz de um olhar antropológico.

Deste modo, optei por fazer em seguida, um levantamento bibliográfico sobre o tema- Polícia - de uma maneira mais ampla, a fim de mapear alguns estudos que pudessem me ajudar a entender a dinâmica do trabalho policial. Obviamente, me vi diante de uma

³² Tenho utilizado como referência metodológica os trabalhos de Malinowski(1922), Gluckman(1961), Cicourel(1969), entre outros.

bibliografia internacional que hoje torna-se referência neste campo de investigação, assim como localizei importantes trabalhos nacionais que possuem a Polícia Militar ou a Civil como temática central³³.

Em geral, os estudos brasileiros reportam-se, prioritariamente, para discussões sobre corrupção e violência policial, porém a minha opção visava contribuir para o entendimento de que tais atores são detentores de um saber profissional que é acumulado, interpretado e reinterpretado a partir da dinâmica da vida cotidiana.

Assim, o foco de minha análise foi se direcionando para a tentativa de compreender a visão de mundo e, por conseguinte, as representações que os soldados, cabos, sargentos e subtenentes da PM possuem sobre suas práticas e seus saberes acumulados, desde o momento de entrada na instituição, passando pelo processo de formação profissional e finalmente, atuando diariamente nas ruas do Rio de Janeiro.

Depois deste período de afastamento, retomei as visitas aos Batalhões de Polícia Militar para assistir algumas das aulas dadas pelos “Sargentos-Multiplicadores”, do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã³⁴. Como as aulas são modulares, ou seja, cada uma delas discute um tema específico, a partir do material didático que foi elaborado, pude observar discussões das mais variadas possíveis, mas que de certo modo retomavam a problemática da construção do saber prático, na medida que o Curso tem como diretriz fundamental “aprimorar a prática” das praças da Polícia Militar; e este processo de aprimoramento, segundo seus idealizadores, se daria a partir da troca de experiências entre estes profissionais.

Isto significa dizer que independentemente da temática do dia, seja violência contra crianças e adolescentes, seja uso da arma de fogo ou, quem sabe, Policiamento Comunitário, havia uma base comum na fala destes atores que remontava à experiência acumulada através dos anos de atividade policial.

³³ Os principais trabalhos utilizados estão listados nas referências bibliográficas.

³⁴ Ver descrição do projeto no Capítulo I.

Logo, esta oportunidade de estar numa sala de aula num Batalhão, não na qualidade de assessora de governo, ou técnica do Viva Rio, começava a configurar-se como *locus* privilegiado de minha observação participante.

Por trabalhar sistematicamente com os sargentos multiplicadores, percebi que alguns se aproximavam de mim no intuito de conversar sobre a dinâmica interna da Polícia Militar; num primeiro momento, enxergavam a possibilidade de eu ser uma porta-voz de seus dilemas, por conta do meu engajamento em outros setores. Logo, esta possibilidade de contato trouxe-me vantagens e desvantagens. A grande vantagem era oportunidade da conversa mais densa e prolongada, a desvantagem estava em dialogar com profissionais que sistematicamente se colocavam como vítimas de uma instituição que os “persegue”.

Neste momento, precisei redobrar minha atenção, enquanto pesquisadora, para não *embarcar* nesta lógica, poluindo meu olhar com um discurso que pretende polarizar aqueles que são oprimidos e os que são opressores. Procurei, incessantemente, *relativizar* aqueles discursos a fim de trabalhar minha problemática sem ser englobada por ela, ou seja, sem tomar a fala de meus interlocutores como uma “verdade absoluta”.

Do trabalho de campo, tanto nos Batalhões como no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP, pude estruturar algumas questões que passaram a fazer parte do roteiro de perguntas que procurei aplicar, principalmente a alguns sargentos que se tornaram meus interlocutores privilegiados, assim como também para os Cabos e Soldados que fui conhecendo ao longo do caminho.

As entrevistas que realizei pretendiam trabalhar questões mais gerais em torno da problemática da construção de um saber prático, porém de modo algum desenhei um roteiro que não me possibilitasse um espaço de manobra com meu interlocutor, ou seja, em muitos casos, as entrevistas tocavam em outros pontos da cultura policial militar que antropologicamente, foram configurando-se como ricas para análise não só neste trabalho como também numa futura pesquisa para o doutoramento em Antropologia.

Entre 2002 e 2003 fiz minha observação participante em diversas unidades policiais militares da Região Metropolitana do Rio³⁵. Ao longo de 2003, realizei 08 entrevistas em profundidade, com sargentos e soldados. No período de outubro a dezembro do mesmo ano, estive mais dedicada em conhecer e observar a dinâmica do CFAP. Também tive a oportunidade de participar de um grupo focal³⁶ que reunia cabos, com ampla experiência na chamada “atividade fim”, isto é, na atividade de policiamento ostensivo; além de participar de um grupo de trabalho sobre formação policial³⁷ onde me aproximei de soldados que atuam no Programa de Policiamento Comunitário da Cidade de Niterói.

Como estratégia de monitoramento e avaliação do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã, o Viva Rio dispõe de uma equipe que acompanha com regularidade as aulas desenvolvidas nos Batalhões. Destas visitas são registradas percepções qualitativas que giram em torno dos assuntos que os policiais militares suscitam em sala de aula. Assim, também tive a oportunidade de ter acesso a estas informações, além de debater com esta equipe de trabalho alguns pontos que julgava importantes para o desenvolvimento de minha pesquisa³⁸.

É importante frisar que priorizei a observação *in loco* justamente porque entendia que seria a partir desta experiência de campo que *as problemáticas obrigatórias*, em torno do tema escolhido, seriam explicitadas e poderiam ser posteriormente exploradas em entrevistas individualizadas.

Já as entrevistas individualizadas, que sucederam ao trabalho de campo, tiveram como critério escolher policiais militares (praças) de postos hierárquicos diferentes e que tivessem entradas na PM em momentos diferentes, assim como experiências de formação também distintas. Isto porque o levantamento inicial sobre formação das praças apontava para a possibilidade de se tornar policial militar não só via CFAP como também no chamado Batalhão-Escola.

³⁵ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é formada pelo município do Rio, Niterói, São Gonçalo e os municípios da Baixada Fluminense: Itaguaí, Paracambi, Seropédica, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapi .

³⁶ Grupo Focal realizado no âmbito da pesquisa “*Determinação do valor econômico do mercado Ilegal de Armas no RJ*” – Pesquisadora: Patricia Rivero/ISER/Small Arms Survey – 2003-2004(em mimeo)

³⁷ IV Fórum Internacional de Formação Policial, realizado em Niterói – Outubro de 2003.

Tive a preocupação de entrevistar os policiais militares, quando possível, fora de sua unidade policial, já que a presença de um pesquisador no Batalhão, entrevistando um praça não é uma situação confortável, para ambos os lados. A opção de estar fora do Batalhão não deixou de levar em conta a necessidade de obter consentimento de todos que foram entrevistados, assim como fornecer explicações sobre o objetivo das entrevistas, quantas vezes fossem necessárias. Porém, acordei com todos aqueles com quem conversei que iria preservar os seus nomes verdadeiros, com intuito de não lhes causar problemas institucionais.

Vale registrar que muitas das observações aqui descritas e as possíveis interpretações em torno delas é fruto do que poderíamos chamar de uma *antropologia do botequim* ou *antropologia do intervalo*. Foi justamente no contato com os policiais extramuros ou nos intervalos das aulas que eu pude exercitar meu olhar antropológico de forma mais profunda. O momento de descontração levava a um bate-papo que me possibilitava dar início ao entendimento da cosmologia em que este “outro” estava inserido.

2.2 “EU ESCOLHI A PM OU A PM ME ESCOLHEU?” - uma análise sobre a entrada dos futuros praças na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Porque homens e mulheres escolhem ser policiais militares no Rio de Janeiro? Esta não é uma pergunta fácil de se responder, já que podemos rapidamente presumir inúmeras possibilidades que levam, um(a) jovem optar pela Polícia Militar. A entrada nesta instituição tornou-se um tema corriqueiro em qualquer conversa que eu pudesse iniciar com um policial. Antes mesmo de construir qualquer pergunta neste sentido, os policiais praças, sempre estavam ansiosos em contar como entraram na PM e porquê. Logo, percebi que havia algo de comum em tudo que eu ouvia, seja na motivação de um sargento de 25 anos de profissão, seja num soldado de apenas 02 anos de serviços prestados.

Diante disto, percebi que poderia estar contribuindo para o debate acadêmico analisando algumas destas narrativas que apontam para uma escolha, nem sempre envolvida, no sonho

³⁸ A equipe de Monitoramento do Viva Rio é formada por estagiárias da área de Ciências Sociais e Psicologia.

de “servir a Polícia Militar”, ou numa “vocação para atividade policial militar”. Isto não quer dizer que não existam praças que tenham tido estas como motivações iniciais; porém, no diálogo com diversos policiais militares, outras questões foram apontadas como decisivas para escolha de tornar-se mais um PM no Rio de Janeiro.

Penso também que tal questão poderá ser um ponto importante de debate com outros pesquisadores que investiram numa reflexão sobre as Escolas de Oficiais das Polícias Militares, a fim de verificar se existe algo de semelhante na motivação daqueles que entram pela porta das praças e daqueles que entram pela porta dos oficiais.

"Eu não sou policial porque quero. Eu estou na polícia porque senão estaria desempregado!"

(Soldado, 02 anos na Instituição)

*"Eu entrei na corporação por causa do desemprego na época".
(Sargento, 16 anos na PMERJ)*

Ao mesmo tempo em que um policial novato declara que está na Polícia Militar porque a oferta de empregos é restrita, outro, já na graduação de Sargento também aponta para a mesma questão no momento em que optou pela PM há 16 anos.

Durante minhas conversas com as praças, a identificação com a atividade policial era sempre lembrada: “*Não sei fazer outra coisa, só sei ser PM*”, esta era uma das frases que ouvia constantemente, mas ao mesmo tempo, estes mesmos policiais, faziam questão de afirmar que nem sempre pensaram assim. A princípio, a PM era vista como, “uma luz no fundo do túnel” (Sargento, 25 anos na PM). Túnel este onde só era possível ver desemprego e subemprego em seu caminho.

"Eu na verdade não queria ser policial, eu era até meio hippie, mas a necessidade me fez entrar para a força. Eu primeiro não queria e tinha um desapontamento muito grande com a polícia, mas depois eu passei a me orgulhar porque passar pelo que a gente passa e permanecer íntegro, pelo menos os que se mantiveram assim. Você inclusive presta serviço para uma sociedade corrupta também. Somos heróis. Não é fácil para os que resistem".

(Sargento, 15 anos na PMERJ- grifo meu)

É possível perceber que o candidato a praça se vê diante de um dilema: por um lado não deseja estar numa instituição que, via de regra, é vista com maus olhos pela sociedade; por outro lado, esta pode ser a grande possibilidade de profissionalização e de estabilidade no serviço público. E se passarem ao largo da corrupção durante sua trajetória policial militar, ainda poderão ser considerados *heróis*, não para sociedade, mas para eles próprios e para os seus familiares.

“Resolvi me inscrever no Bombeiro, mas a inscrição havia acabado, aí resolvi tentar a PM, na, verdade eu não tinha nenhuma afinidade com a PM, nunca gostei da PM, até por morar, no que chamam comunidade, ou seja, na favela... quer dizer, a gente via a ação da polícia, é diferente, não é, quer dizer a gente não gostava, eu particularmente, não gostava da PM, aí entrei de para -quedas na PM.”

(1º Sargento PM, 23 anos na PMERJ)

Alguns dos policiais que entrevistei relataram-me que antes de passarem no concurso da PM haviam sido camelôs ou faziam biscate. Por isso, para um jovem entre 18 e 22 anos, oriundo das camadas populares do Rio de Janeiro, a abertura de um concurso público que exigia Ensino Fundamental, até pouco tempo atrás³⁹, era uma ótima opção. Logo, pude constatar que muitos dos policiais que conheci eram justamente representantes da periferia da cidade ou da Baixada Fluminense. Porém, por serem oriundos das camadas populares, a decisão se colocava de forma mais complexa: *“como decidir pela instituição, que desde criança eu vejo agir negativamente no meu local de moradia?”* Este foi o questionamento do Sargento Amaro, que afirmou *“ter caído de para -quedas na PM”*, justamente porque nunca havia imaginado em sua vida ser um policial militar, ou seja, fazer parte da instituição que ele sempre viu reprimir os seus pares.

Em outros casos, o incentivo veio da própria família, que via na PM a possibilidade de estabilidade financeira e por conseguinte um futuro promissor e seguro para o filho, como relata a Sargento Ana:

*“... A gente sempre procurava serviço e tal, só que antigamente, na época que eu me formei(normalista), começou a dificuldade de emprego, você andava, andava... como você não tinha experiência as pessoas não queriam te empregar. Ai minha mãe falou, vai lá e faz o concurso da PM. Eu não trabalhava, não tinha aquele dinheiro certo, você faz o concurso que eu pago, faz a inscrição que eu pago. Ai eu fiz e fui passando. **Foi meio que por***

³⁹ Até 1999 era exigido apenas, ensino fundamental para o concurso de soldados.

acaso, eu não tenho aptidão para a coisa. Foi bem por acaso. Ai acabei ficando.

(Sargento, 19 anos na PMERJ - policial feminina – grifo meu)

O incentivo da mãe foi fundamental para a decisão desta sargento que, mesmo passados 19 anos na instituição, não se vê como tendo aptidão para a profissão, mas conseguiu romper o desemprego, estando segundo ela, numa profissão estável. Seu discurso aponta para um perfil característico de um policial militar, uma aptidão específica que ela anuncia não ter... mas, mesmo não possuindo tais características que compõem o *tipo ideal* PM que ela imagina, vai ficando por ali, garantindo o seu lugar numa instituição que aos seus olhos é “estável”.

A idéia de um “tipo PM” como aponta a sargento, está diretamente relacionada à construção de um ideal de profissional, que na visão de mundo dos policiais militares, em especial as praças, o distingue de qualquer outro servidor público ou até mesmo de outro cidadão. Mesmo identificando que alguns praças não concordam ou dizem não se *enquadrar* neste tipo, todos o descrevem a partir das mesmas características e o apontam como o *padrão* recorrente neste universo de profissionais. No capítulo a seguir, estarei refletindo com mais profundidade sobre esta questão, trazendo para o debate as percepções destes atores sociais sobre o que julgam ser o “Tipo PM”.

Ainda sobre a opção pela PM, muitos jovens apontam que por terem passado pelo serviço militar obrigatório se vêem motivados em prestar concurso para soldado, seja da PM ou dos Bombeiros; por ser tratarem também de instituições militares. Imaginam que poderão aproveitar todo o treinamento militar que tiveram previamente, atuando numa força militar estadual.

“Eu já era casado né, tinha 2 filhas, ai eu falei, o que eu vou fazer saindo das Forças Armadas, só tinha o 2º Grau, eu vou fazer o quê, só sei atirar para matar: PM e Bombeiro, ai eu falei vou para lá, para o Bombeiro, ai eu fui, fiz a prova para o Bombeiro primeiro e depois fiz a prova para polícia. No Bombeiro eu passei na prova escrita, passei no teste físico e no psicotécnico fiquei reprovado, ai sobrou a polícia, ai eu fui fazer para polícia...” (3º Sargento, 19 anos na PMERJ- grifo meu)

Este sargento enxerga na PM a possibilidade de dar prosseguimento a uma carreira militar que não seria possível no Exército, já que pelas regras vigentes naquele momento, ele não

poderia ascender de graduação por já ser casado. Saiu então do Exército como Cabo, para tentar investir na PM, depois de ver frustrada sua primeira opção, que era a dos Bombeiros. Contou-me que tentou por duas vezes o concurso da PM, sem obter êxito, porém, na sua última tentativa, conseguiu passar no concurso, sendo classificado, justamente na prova de tiros, em função de habilidade desenvolvida nos sete anos de experiência no Exército.

A idéia do trabalho de polícia ostensiva na narrativa deste policial está vinculada diretamente ao paradigma militarista, de combate a um inimigo determinado, por isso, faz sentido para ele, imaginar que “por só saber matar”, poderia ter chance nos quadros da PM.

Ao longo desta etnografia, estarei retomando o “militarismo”, como uma categoria empregada pelas praças. Em muitos momentos, por terem participado anteriormente do Exército e agora estarem na PM, manifestam interesse em pontuar as diferenças “entre os militarismos”, isto é, no que eles entendem como “militarismo” na ou da PM e o “militarismo” no ou do Exército. Este debate nos remeterá à discussão sobre o conceito de *hierarquia* para melhor compreensão destas questões.

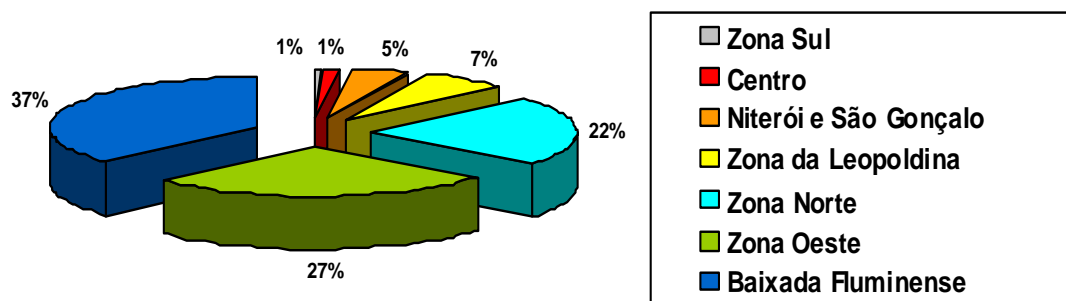
Retomando passagem anterior em que se discutia, à luz de Holloway e Bretas, a composição das praças na Polícia no século XIX, como sendo essencialmente formada por *pobres livres*, oriundos das camadas populares, não é difícil perceber hoje, início de século XXI, que o quadro não é muito diferente. (Holloway: 1997, Bretas: 1997)

Ao propor analisar os dados acerca do local de moradia destes policiais, não pretendo de modo algum, incorrer num erro grosseiro de *determinismo geográfico*, achando que todos os pobres são oriundos exclusivamente da periferia, mas, não se pode negar que a concentração das camadas populares está nas chamadas áreas periféricas e que estas se fazem mais representadas no universo de residência das praças da PM fluminense.

Não foi possível dispor dos dados oficiais da PM, porém como são aplicados questionários quantitativos aos policiais praças que participam do Curso de Aprimoramento da Prática

Policial Cidadã, onde é perguntado o local de moradia, resolvi disponibilizar esta informação.⁴⁰

Distribuição de praças da PMERJ por Local



Fonte: Banco de Dados Viva Rio/PMERJ - 2004

É possível analisar que a PM do Rio, através de sua larga porta de entrada, ou seja, a porta das praças, configura-se, para muitos, numa possibilidade real de ascensão social; para outros, ela é uma alternativa de estabilidade momentânea que garante, num curto e médio prazo, as condições necessárias para realizar um curso superior e assim, poder investir num próximo concurso de mais prestígio, quem sabe para Delegado da Polícia Civil ou Agente da Polícia Federal⁴¹.

Utilizo prestígio neste caso, apropriando-me do discurso de meus interlocutores que se vêm representados como inferiores, por estarem na base da pirâmide hierárquica, internalizando assim que são subalternos e por isso *desprestigiados*.

⁴⁰ Os questionários são aplicados a partir de uma amostra representativa do efetivo total de praças de um Batalhão. Por isso, optei por disponibilizar este dado que segue critérios estatísticos rigorosos.

⁴¹ Atualmente existem convênios de Universidades particulares com a PMERJ para que policiais militares e seus filhos possam cursar ensino superior com desconto nas mensalidades; por isso, com quem conversei; aparece a motivação em buscar formação superior.

No momento em que desenvolvia este capítulo, abria-se novo concurso para soldados da PMERJ, onde eram ofertadas mais de 500 vagas. No Domingo, dia 25 de janeiro de 2004 foi publicada, no jornal EXTRA, a matéria intitulada; “Estabilidade vale risco de ser PM” com a chamada dizendo que “milhares de trabalhadores enfrentam filas atrás de um emprego fixo, mesmo sabendo do perigo da profissão”.

A matéria anunciava que mais de 11 mil homens entre 21 e 30 anos já estavam inscritos e que rapidamente, passeando pelas longas filas de inscrição era possível identificar dois grandes fatores que levavam aqueles jovens à procura da PMERJ: “não correr o risco do desemprego na iniciativa privada” e “horário flexível que permite se dedicar a uma outra atividade” ou “possibilidade de cursar uma faculdade”.

Mais uma vez me vi diante da constatação, que parece óbvia, porém fundamental de ser destacada, de que as praças procuram a estabilidade, esta se materializa não só na possibilidade de estar no serviço público, como também se configura como a porta para o bico, que hoje é a menina dos olhos das praças, onde na informalidade são garantidos os salários que superam, em muito, a renda oficial.

2.3 – Construindo Policiais Militares

“Existem duas grandes fábricas no Brasil: a Skol que fabrica cerveja e o CFAP que fabrica PMs”.

(3º Sargento, 15 anos na PMERJ)

Numa manhã de Quarta-feira, estava eu, numa sala de aula do Quartel General da PMERJ, apresentando o vídeo intitulado “Ser Policial” para os futuros sargentos multiplicadores do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã.

Dos 14 vídeos produzidos para este curso, este é o que mais sensibiliza as praças e também os civis que, como eu, tiveram a oportunidade de assisti-lo. Costumávamos brincar, antes de apresentar o vídeo, dizendo que a sessão choradeira iria começar. Mas por quê? O que tem este filme de tão impactante que deixa os policiais num primeiro momento calados,

para logo em seguida, ficarem ansiosos por falar. Pude, inclusive, constatar que alguns ficam com os olhos marejados, por mais incrível que possa parecer.

Bom, a sinopse do vídeo diz que “serão apresentadas declarações da população, casos e depoimentos relacionados à ética profissional no trabalho da polícia”.

Até aí, parece ser este mais um trabalho que pretende mostrar ao policial da ponta que ele deve ser honesto, íntegro, cumpridor da lei e da ordem. Só que neste vídeo há um *gran finale*, justamente, porque ele remete o seu espectador/policial, ao rito de passagem em que ele “deixou o mundo civil para ingressar no mundo Militar da Polícia”. Isto é, o vídeo apresenta algumas cenas da formatura de uma turma de soldados, realizada no CFAP, tendo ao fundo, como música tema, a canção do policial militar. É possível observar todos os futuros soldados perfilados, ouvindo as palavras do então Comandante Geral que em seguida inicia homenagem ao primeiro colocado da turma, este, é claro, dá o seu depoimento emocionado, analisando como foi difícil chegar até ali; as últimas palavras são do pai e da mãe deste soldado número um, que em lágrimas afirmam estar muito felizes pela conquista do filho; o pai finaliza dizendo que, mesmo tendo perdido um irmão na corporação, não se intimida e vê no filho a possibilidade de continuar a história da família na Polícia Militar.

Tendo este cenário como pano de fundo, os policiais militares ali presentes, todos com mais de quinze anos de atividade profissional, quando assistiram ao vídeo, pareciam estar diante do filme de sua própria vida, retomando sonhos, inquietudes e outros sentimentos que faziam parte de suas histórias no momento em que também passaram pelo mesmo ritual.

Foi neste clima que um sargento, no ímpeto de manifestar-se, afirmou: “O CFAP fabrica policiais” analisando que também pensava como aquele jovem soldado, que estava “preparado para o combate”; porém, afirma que, “na verdade, não há formação policial” porque “A maioria dos PMs que morre na força, morre com menos de 5 anos de serviço e isso é fruto da falta de preparo.”

A proposta central do vídeo era buscar trazer à tona “o sentimento de engajamento, autoestima e amor à profissão”, que o recém policial militar tinha no momento de sua formatura, porém, o que pude constatar em minhas *participações observantes* era que

aquele tornava-se o espaço em que a lembrança do período de formação fundia-se ao dia a dia da atividade policial, trazendo assim, para o debate, as percepções críticas que os policiais militares possuem sobre seu próprio processo de formação institucional em contraposição ao conhecimento informal que adquirem a partir da vida cotidiana.

O argumento do policial destacado acima, segue na direção de que há uma incompatibilidade entre a instrução formal e a formação necessária ao policial militar. Ao mesmo tempo, o dado por ele apresentado procura mostrar que os policiais novatos são os mais propensos a morrer porque não estão “formados por completo”, esta formação só acontece, a seu ver, a partir de uma vivência de rua que os mais novos ainda não possuem.

Ao longo das entrevistas que pude realizar, privilegiei dialogar sobre a passagem de meus interlocutores pelos cursos de formação realizados no CFAP ou nos Batalhões-Escola a fim de melhor compreender como estes atores aprendem a ser socializados para e pela instrução formal.

Como descrevi no capítulo anterior, as praças, a cada graduação que ascendem na carreira militar, realizam novos cursos de formação. Logo, um policial que hoje é sargento, passou primeiro pelo curso de formação de soldados, depois pelo curso de formação de cabos e em seguida, pelo curso de formação de sargentos. Esta trajetória seguem aqueles que ascendem por tempo de serviço. Também pode ocorrer de um soldado prestar concurso interno, direto para sargento, caso haja vaga para esta graduação. Na PMERJ, são raros os concursos internos e do grupo que pude conversar nenhum ascendeu mediante este tipo de concurso, somente por tempo de serviço em cada graduação.

Assim, ao longo de minhas conversas, pude exercitar a compreensão da dinâmica de formação das praças em diferentes momentos de suas trajetórias profissionais, porque optei entrevistar policiais de diferentes graduações. Passo, então, a analisá-la a partir do que consegui apreender da visão de mundo dos atores em questão.

O Curso de Formação de Soldados – CFSd é construído em três módulos. Cada módulo tem a duração média de 02 meses, totalizando, assim, 06 meses para que seja formado um soldado da PM.

Na primeira etapa do curso, estão concentradas as disciplinas classificadas como teóricas, em seguida, os *recrutas* (futuros soldados) passam para etapa de estágio, onde ele iniciará seus primeiros contatos com o “mundo da rua”, acompanhado sempre de um praça mais antigo, que será o seu responsável, ao longo de todo processo de estágio⁴². Ao retornarem da experiência de rua, fecham a última etapa do curso, completando a carga horária com mais disciplinas teóricas e disciplinas práticas.

Este é o detalhamento oficial que obtive do Curso, através da Grade Curricular do CFSd e das conversas realizadas com os dirigentes da Divisão de Ensino do CFAP⁴³.

Pude observar que esta divisão tem funcionado há muitos anos do mesmo modo porque, tanto os soldados mais novatos, como os sargentos mais antigos com os quais conversei, apontaram para esta mesma dinâmica de formação; assim, seja no CFAP, seja no Batalhão-Escola, as etapas são: teoria – estágio – teoria/prática.

O primeiro momento na Escola de Formação é descrito como aquele em que tudo se observa e nada se fala. É preciso reconhecer o terreno em que está se pisando. Entender como devem se comportar diante dos seus superiores. Aos poucos, *os recrutas* vão se familiarizando com a lógica da Escola.

Aqueles que passaram pela experiência do Exército, afirmam já ter um entendimento claro de qual é o papel de aluno: cumprir seus deveres sem questionamento; já aqueles que não possuem esta experiência necessitam observar com mais acuidade como se comportam os demais, para assim aprender como agir.

Mas, não é preciso muito esforço: os próprios superiores, sejam os sargentos ou os oficiais que serão monitores ou instrutores já se encarregam, logo de início, de alertá-los para as *regras* a serem cumpridas. Vale frisar que estas *regras* não são necessariamente as que estão pontuadas no Regulamento ou no Regimento Interno do CFAP, mas são, sobretudo,

⁴² Este ponto estarei explorando nos próximos capítulos por ser a chave reflexiva para o entendimento acerca da idéia de *construção de um saber prático* entre as praças da PMERJ.

⁴³ Ver Plano de Matérias do Curso de Formação de Soldados no Capítulo I.

aquelas que estão implícitas e que serão compreendidas a partir do convívio entre veteranos e novatos, entre superiores e inferiores, através da linguagem que se constrói a partir desta relação.

Uma destas regras não escritas, mas fundamentais de serem entendidas e cumpridas, diz respeito à possibilidade de questionamento. Isto é, como dirigir uma pergunta ao instrutor, caso haja dúvida quanto ao conteúdo que está sendo passado? Neste caso, é possível classificá-la como uma regra *flexível*. Isto quer dizer que, dependendo da *pessoa* que desempenha o papel de instrutor, pode haver espaço para intervenção, ou não. Portanto, o aluno necessita ter *bom senso* para saber se há abertura para o questionamento ou se a hierarquia deve se sobrepor à dúvida.

Ao longo das aulas, os alunos começam, então, a familiarizar-se com lógica daquele espaço: em geral é melhor concentrar-se em sua apostila, estudando-a de “cabo à rabo” para garantir o bom desempenho nas provas.

Durante as semanas que estive no CFAP, acompanhei a chegada de um grupo de recrutas. Diga-se de passagem, este era um grupo atípico, formado por aproximadamente 300 mulheres e 100 homens.

Logo que cheguei, me deparei com as/os recrutas em posição de sentido na porta do rancho dos soldados. Havia um oficial a frente do grupo, treinando-os para como responder ao questionamento de um superior. O que estava em jogo ali era a entonação da voz ao responder: Sim Senhor!!! e Não Senhor!!!

Várias vezes o grupo treinou como falar corretamente, em seguida, iniciaram os primeiros treinamentos de ordem unida, sendo enfatizado naquele momento a posição correta para permanecer em sentido. Depois, iniciaram um treinamento que consistia em como entrar e sair do rancho ordenadamente.

Neste mesmo dia em que estive acompanhando à distância o treinamento dos *recrutas*, fui apresentada a um dos instrutores que iria ser responsável por parte do treinamento desta nova turma.

Ele estava um tanto quanto agitado e me dizia que era por conta da quantidade de mulheres no mesmo grupo. Raramente a PM recebe número tão alto como aquele grupo e isto exigiu que a Escola fosse adaptada para recebê-las, implicando em organização de alojamentos, além de maior efetivo de mulheres oficiais e praças para conduzirem os passos das novatas no CFAP.

Dizia-me que o seu papel, enquanto instrutor, era fazer com que elas e eles (alunos) fiquem condicionados para enfrentar as dificuldades da rua. Por isso, era preciso discipliná-los para o enfrentamento. A seu ver, existe um mal que precisa ser combatido e para tanto, o policial militar deve sair dali preparado. Sua instrução está representada na citação a seguir:

“Quando algum civil chegar... pegar vocês, vão passar por cada situação... então vocês tem que aprender... no dia a dia .. não é humilhação o que a gente faz aqui com vocês é o que vocês vão passar lá na rua, então isto é normal, daí tem que aprender... o povo é cruel, o povo não respeita a polícia, o povo é mal educado, então tem a polícia que merece porque ninguém é tirado de Marte...”
(Sargento, Instrutor no CFAP)

Durante este bate-papo, o instrutor falou-me que tinha muita gente naquele grupo que estava esperando outra coisa dali. Então, perguntei-lhe o que seria esta outra coisa. Foi quando me disse *“que todos ali esperavam estudar e sair policial”*. Fiquei eu, então sem entender: este não seria (em tese) o objetivo de quem cursa uma escola de formação de policiais? Mas, ele resolveu explicar-me o que queria dizer, analisando que o *“grupo esperava chegar ali, estudar teoria e aula de tiro e acabou... só que ali tem que aprender a vivacidade... e na hora de rolar na rua, não tem que rolar? e na hora do combate? Então tem que perder esta coisa de casa, esta coisa de social um pouquinho....”*

Percebi então, a partir deste diálogo e de tudo que via neste primeiro dia de treinamento dos novos *recrutas* que antes de qualquer contato com alguma matéria de cunho teórico e ou técnico, era preciso passar pelo processo de *disciplinarização do corpo*. Portanto, deveria

ser *condicionado*, tanto o tom de voz que seria a partir daquele momento utilizado, até a postura diante de um superior ou entre seus próprios pares.

Um dos sargentos, dizia-me que aquele era o momento de “*formatação*” pelo qual todo e qualquer futuro praça deveria passar. Assim, é possível perceber que a etapa da disciplinarização do corpo passa transversalmente pela *teoria / estágio / teoria- prática*. Isto porque, ao longo do processo de “construção dos policiais militares”, o corpo é o *locus* privilegiado onde a marca da disciplina militar torna-se materializada. Neste caso, tal processo pressupõe que o corpo seja *manipulado, modelado e treinado para obedecer e responder*, tornando-se assim hábil. (Foucault, 2002)

“O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos o ofício das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra...” (Foucault, 2002, p.117)

Se não soubéssemos, através de Foucault, que esta era a descrição da figura ideal de um soldado no início do século XVIII, poderíamos supor ser uma citação mais rebuscada de algum instrutor dos futuros praças da PMERJ.

Antes de tudo, pelo que é possível compreender, um policial militar precisa carregar em si, as marcas da *vivacidade* em seu corpo *formatado* para a obedecer e responder habilmente.

A citação de um sargento, que inaugura o tópico aqui discutido, não parece ter sido dita numa sala de aula do Quartel General da PMERJ, aproximadamente em agosto de 2002. Antes parece estar em sintonia com a segunda metade do século XVIII, onde “o soldado tornava-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’”. (Foucault, 2002, p. 117)

Deixar a vida dócil e *social* de casa é condição básica, segundo o instrutor, para que o indivíduo torne-se um soldado; é preciso, assim, “expulsar o camponês” a fim de que neste

corpo sejam impostas limitações, proibições e obrigações, exercendo “sobre ele uma coerção sem folga”. (idem, p.18)

Para o debate que proponho aqui realizar, autores como Berger e Luckman configuraram-se como fundamentais, não só para a reflexão sobre a realidade da vida cotidiana como sendo uma construção social, mas também para o entendimento de que a sociedade é uma realidade que se constrói a partir de um processo dialético de objetivação e subjetivação.

Segundo os autores, o homem acaba por produzir o seu mundo se produzindo; este processo acontece porque o homem vai ao mundo (exteriorização), em seguida, ele objetiva as coisas que o cercam (objetivação), para finalmente interiorizar a realidade por ele objetivada (interiorização). Este é portanto, o processo de naturalização da cultura.

O interessante aqui é compreender que a realidade da vida cotidiana é apreendida como uma realidade ordenada, mas tal fenômeno só ocorre porque acontece o movimento de exteriorizar – objetivar – interiorizar, e neste processo insere-se a linguagem como fundamental para que a realidade seja socialmente construída e portanto, objetivada.

Os autores apontam que o mesmo processo ocorre com o indivíduo na sociedade, que simultaneamente exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva. Isto quer dizer que ao estar na sociedade, o indivíduo acaba por participar desta dialética. (Berger e Luckmann, 1985)

Os autores analisam que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas passa a fazer parte dela através da sociabilidade que lhe é predisposta, sendo o ponto inicial deste processo, a interiorização, onde o indivíduo compreende e apreende o mundo como uma realidade social que possui sentido.

Assim, “o indivíduo ‘assume’ o mundo no qual os outros já vivem”. Este é, portanto, o processo de socialização primária que os indivíduos experimentam na infância, momento este fundamental para que aqueles que por ela passam, tornem-se membros da sociedade.

Em seguida, os autores destacam a socialização secundária, processo pelo qual os indivíduos já inseridos no mundo social passam a fazer parte de “novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (idem, p.175)

O conceito de socialização secundária tornou-se fundamental para a compreensão do processo pelo qual passam os homens e mulheres que adentram neste novo setor objetivo da sociedade, que no caso em questão é o CFAP.

Assim, a socialização secundária seria “ a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições”; esta socialização em segunda instância “exige a aquisição de novos vocabulários”, levando o indivíduo a interiorizar novos campos semânticos que passarão a estruturar as interpretações e condutas deste indivíduo na rotina que, a partir de então, terá numa nova área institucional. Isto implica em dominar novas linguagens que vêm acompanhadas de novos símbolos rituais e materiais. (ibidem, p. 185)

Entretanto, Berger e Luckmann argumentam que, para que haja a socialização secundária, torna-se necessário supor um processo precedente de socialização primária; para tanto, o indivíduo deve ser dotado de uma personalidade já formada e, assim, já possuir um mundo interiorizado.

No caso estudado, à primeira vista, parece que estamos diante de um processo de socialização secundária, onde o fato de estar adentrando num “submundo cultural” pressupõe interiorizar novas linguagens, ritos e mitos que passaram a organizar a vida em sociedade daqueles indivíduos. Todavia, não me parece claro que esta socialização está baseada na idéia de que os indivíduos já possuem uma personalidade formada; antes, existe a idéia latente e em muitos casos, pode-se dizer, manifesta que aquele é o espaço de construção de novos homens e mulheres que são forjados ali, com o intuito de transformarem-se em policiais 24 horas por dia. Neste caso, é preciso construir uma nova identidade que organizará a vida destes indivíduos.

2.4 Instrução x Educação

Como não poderia deixar de ser, na estrutura militar na qual a PM está inserida, a formação institucional pressupõe uma transmissão de conhecimento de forma verticalizada. Aqueles poucos que “tudo sabem”, passam informação/instrução para os muitos que “nada sabem”. Isto se materializa no desenho clássico da sala de aula: tablado, no alto, onde fica o instrutor, mais carteiras perfiladas onde se sentam os alunos/recrutas.

Antes do início de cada aula é feita a conferência, ou seja, a contagem dos alunos; todos ficam em posição de sentido, no pátio da Companhia de ensino, para responderem a sua presença; em seguida, ocupam ordenadamente a sala de aula.

“...É, nesse ponto o militar tem uma deficiência enorme, porque; o instrutor não tem contato com a turma mesmo, o instrutor não tem, é uma coisa militar mesmo. São os alunos militares lá sentado e o instrutor lá, entendeu. Atualmente, de repente pode ser até que tenha modificado. Mas antigamente a gente tinha até medo de perguntar alguma coisa. Mas as pessoas que tinham um pouquinho mais de instrução, até perguntavam debatiam um pouco, mas ai eles cortavam, porque a gente não tem que saber muita coisa, aquela velha história.”
(Sargento PM, 18 anos na PMERJ)

“Na matéria, ele(instrutor) vai lá e explica... tipo... Não existe matéria, por exemplo... Como é que eu poderia colocar aqui? Ele vai falar sobre prática policial. Ele tem lá o manual dele, ele vai lá, explica e tal, diz o que tem que fazer, o que não tem que fazer, explica a matéria, como é que é, como é que não é, como se deve agir, como não se deve agir, entendeu? E vai por aí.”
(Sargento, 18 anos na PMERJ)

Esta citação propõe explicar como se dá o processo de transmissão do conhecimento entre instrutores e alunos. No caso, a grande referência é o Manual. Este instrumento pode até ter sido feito por aquele instrutor, mas não necessariamente. Isto porque o que importa é cumprir com os tópicos previstos naquela *matéria*. Assim, enquanto instrutor, posso utilizar um manual que já foi previamente preparado e está arquivado na divisão de ensino.

O instrutor/monitor não precisa ser conhecedor do assunto que ele irá conduzir, o importante é que ele tenha a graduação de sargento em diante. Isto fica claro na explicação dada por esta sargento:

“Um dia tivemos aula com uma Tenente sobre como administrar o rancho... a parte de alimentação do batalhão....ai ela chegou na sala e disse: Bom a minha instrução hoje é só uma folhinha, não quero pergunta, não sei de nada, vou passar o que está na folhinha e não aceito questionamento. É isso e está acabado”.

(Sargento, 19 anos na PMERJ)

A máxima de que o superior hierárquico tudo sabe por ter patente maior ou mais tempo na corporação é passível de questionamento na medida em que o domínio de um determinado conhecimento teórico e/ou técnico não é condição *sine qua non* para que um integrante da PM possa ser instrutor. Esta constatação não exclui o fato de que muitos policiais que atuam na área de formação estejam ali porque se dedicaram a um determinado tema. É interessante salientar que, por se tratar de um conhecimento que ser quer dogmático e doutrinário, o mais importante é assimilar a “verdade” que já foi previamente, manualizada.

“... a maioria muito novo, 19, 20 anos, ... a gente não tinha muito noção do que era a Polícia Militar, então os caras davam a informação para a gente e pronto, aquilo ali, para gente era a verdade que eles estavam passando”

(2º sargento, 19 anos na PMERJ)

Logo, os inúmeros manuais que pude ter contato ao longo do trabalho de campo apontam para um conhecimento que é doutrinário, e, portanto, inquestionável. Neste sentido, os conteúdos perduram para além do tempo, não necessitam dialogar com o real, que no caso da polícia se constrói a cada segundo nas esquinas das cidades⁴⁴.

Durkheim analisa que há uma grande diferença entre *treinamento* e *educação*, já que treinar pressupõe desenvolver instintos e educar pressupõe reprimi-los; por isso, as noções de *treinamento* e *educação* são antagônicas. Argumenta ainda que o *treinamento* inculca hábitos e em contrapartida a *educação* inculca regras. Neste sentido, o autor avalia que a *educação*, por inculcar regras, só existe atrelada a autoridade moral. (Durkheim, apud Lukes, 1973 p. 648-649)

⁴⁴ Para este debate ver Bittner(2002)

Kant de Lima, a partir deste diálogo com Durkheim, analisa a antropologia enquanto *disciplina acadêmica*, como sendo um campo de conhecimento que “está submetido a regras que controlam a quantidade e qualidade do conhecimento que é incorporado aos seus domínios”, por isso, se constitui, enquanto disciplina. Por outro lado, o autor analisa que a *repressão institucional* visa produzir um determinado comportamento físico e mental opondo-se então à *disciplina* que “visa produzir certos comportamentos de uma determinada maneira”. (Kant de Lima, 1997, p. 16)

A partir deste referencial teórico busco refletir sobre a noção de *instrução*, tão presente no contexto de formação das praças da PM. Logo, *treinamento*, como é empregado por Durkheim, pode ser compreendido, como a noção de *instrução* utilizada pelos policiais militares.

Neste caso, a *instrução* visa treinar para um determinado comportamento físico e mental que é assimilado via repetição contínua, a fim de que *os hábitos sejam inculcados*. Não há portanto, o que questionar, apenas é necessário assimilar as informações que deverão fazer parte do repertório formal que o indivíduo pertencente àquele grupo deve dominar. Não é por acaso que o ato de receber informações de alguém superior é classificado, no mundo policial militar, como *instrução* e quem passa a instrução é classificado como *instrutor*. Isto parece óbvio, porém traz em si o significado da noção de instrução que pretende ser doutrinária e, sobretudo, totalizante, como apontei anteriormente.

Em geral, aqueles que são classificados como *professores* não são do mundo militar. Logo, ao falar para as praças a palavra professor, rapidamente, estes associavam a algum palestrante civil que vinha debater um tema específico, em geral, assuntos que não fazem parte do rol oficial disponível. Um professor, neste caso, pode ser um palestrante sobre direitos humanos, violência doméstica contra crianças e mulheres ou quem sabe sobre os direitos dos homossexuais.

Kant de Lima avalia que “a formação policial entre nós tem sido tradicionalmente centrada na idéia de ‘treinamento’ ou ‘instrução’, onde se busca a padronização de procedimentos, na base de repetições mecânicas, reproduzindo uma ideologia marcadamente repressiva e punitiva, retirando dos policiais a capacidade reflexiva diante de situações complexas. Em suma, ‘condiciona-se’ o policial para obedecer ordens irreflexivamente, seguindo comandos, para depois colocá-lo sozinho diante da realidade conflitiva das ruas, esperando que ele aja reflexivamente, e tome suas decisões com bom senso e equilíbrio”. (Kant de Lima, 2003, p. 14).

O saber doutrinário, reproduzido através dos manuais de cada matéria, não pode ser entendido como uma *disciplina*, já que o seu conteúdo não é submetido a regras que controlem sua qualidade e quantidade. Tal questão fica evidenciada na análise dos manuais instrucionais que reúnem informações que não são autorais. Por isso, é impossível concordar ou contra-argumentar de algo ou alguém que não é previamente conhecido.

Os manuais a que tive acesso, não possuem bibliografia nem tampouco autoria, o que pressupõe ser este um conhecimento incontestável, baseado numa verdade absoluta que necessita apenas ser perpetuada.

Um dos exemplos que mais me chamou atenção foi o Manual sobre a História da PMERJ, aplicado nos cursos do CFAP, que se inicia com a seguinte indagação: Por que estudar história? Em especial a história da PMERJ? Porém, mesmo justificando tal estudo, dentre outros, como sendo necessário para “analisar e avaliar a participação da PM nos diferentes momentos de crise”, não são disponibilizadas as fontes que serviram de base para aquele documento, que se pretende historiográfico nem, tampouco, esta coletânea possui autoria.

Outro exemplo, tão interessante quanto o primeiro, diz respeito a Apostila de Investigação Criminal aplicada ao Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos. Nela estão registrados os pressupostos fundamentais que, segundo a apostila, dão origem à investigação criminal. No

tópico 1, dedicado a resgatar historicamente a noção de investigação, são pontuadas três fases que vão desde a religiosa(inquisição) até a legal(código de processo penal)⁴⁵.

Em nenhum momento a apostila cita a fonte de tais informações, portanto não se pode conferir se a investigação é composta historicamente de três fases ou de dez. A apostila, de conteúdo técnico, segue em suas afirmativas sobre como classificar, como pesquisar e planejar uma investigação criminal sem disponibilizar o autor desta *receita*. Ao final, também não é possível ter acesso às referências bibliográficas. Apenas, o *instruendo*⁴⁶ deve se contentar com a passagem bíblica que vem ao final, dizendo “*Entrega teu caminho ao Senhor, confia Nele e o mais ele fará.*” (Salmo 37:5). Quem sabe esta não seja a chave para meus questionamentos, ou melhor, neste caso é melhor não ter questionamento: apenas confiar.

Durkheim, em seu estudo sobre *As formas elementares da vida religiosa* apontava que o elemento essencial da religião são as crenças que coordenam, de forma total, a experiência cotidiana dos indivíduos, fazendo-os agir, criando e recriando o seu mundo real. Assim sendo, a vida religiosa faz sentido, tendo os dogmas como orientadores. Por outro lado, o autor enfatiza que o saber que se pretende científico, é fragmentário e incompleto, avançando sempre de forma lenta e jamais com a pretensão de ser conclusivo. (1922, p.233)

Deste modo, o saber instrucional produzido e reproduzido no CFAP está mais próximo da lógica religiosa dogmática, no sentido de propor uma doutrina que é em si afirmativa e conclusiva, não havendo espaço para questionamentos que promovam rupturas e, por conseguinte, adaptações, aperfeiçoamentos e eventuais mudanças.

É oportuno lembrar que assim como a dogmática religiosa está pautada numa verdade divina inquestionável, a cultura jurídica brasileira, por sua vez, também está baseada “na chamada dogmática jurídica, que é transmitida através de procedimentos escolásticos,

⁴⁵ Ver manuais em anexo.

⁴⁶ Categoria utilizada no meio militar para designar aquele que recebe a instrução.

baseados em ‘fatos’ que serão provados, mediante disputa, como verdadeiros”. (Kant de Lima, 2003,14)

Logo, o saber jurídico, neste modelo, é normativo e autoritário, produzindo e se reproduzindo com o intuito de ser homogeneizador, essencial e totalizador da ordem social, diferindo-se, com Kant de Lima pontua, de um saber que se pretende científico. (Kant de Lima, 1995)

É possível perceber que o saber doutrinário militar empregado na escola de formação das praças funde-se à doutrina e à prática jurídica brasileira, produzindo, neste contexto, uma verdade que não é negociável, nem construída pelos indivíduos que nele estão inseridos; um saber que se caracteriza por pertencer a alguns poucos.

*“...a gente via o instrutor, como um semi deus, incontestável, a verdade dele pra nós era verdade absoluta...
(Sargento , 23 anos na PMERJ)*

Tive acesso também ao Manual Básico da Polícia Militar, na verdade fui agraciada com um exemplar dado pela bibliotecária da Academia D. João VI. Esta publicação de 1987 deveria ser a “bíblia” do Policial. Foi criado na gestão do então Comandante Geral, Carlos Magno Nazareth Cerqueira⁴⁷, trazendo em suas páginas informações relacionadas como proceder em ocorrências classificadas como padrão, específicas, e as tão conhecidas diversas, ou seja, aquelas que fogem as classificações, até então existentes⁴⁸.

Destaco aqui os artigos referentes à finalidade e objetivo deste Manual:

Art. 1º - O Manual Básico do Policial Militar tem por finalidade regular providências, ordenar seqüências de ações e padronizar comportamentos Policiais Militares empenhados nas diversas atividades do Policiamento Ostensivo, baseado nas Leis, Regulamentos, Diretrizes, Normas e Instruções já existentes sobre a matéria.

Parágrafo Único – Este Manual complementa a Instrução Policial Básica ministrada nos diversos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização.

⁴⁷ Os únicos estudos sobre temas específicos que consegui levantar na biblioteca da Academia D. João VI, referem-se ao período em que o Cel Nazareth Cerqueira era Comandante Geral da PM ou Secretário de Estado. Pude constatar que ao lado da Biblioteca havia um centro de pesquisa com o seu nome que há anos encontra-se desativado.

⁴⁸ Ver artigo de Guedes sobre sistema classificatório das ocorrências policiais militares. (2003)

Art. 2º - O objetivo principal deste Manual é auxiliar o Policial Militar na condução de ocorrências e na execução do serviço, visando a unidade de doutrina e procedimentos nas mais variadas ações policiais militares.

Quando constatei que não havia nenhuma versão mais recente do “adolescente” manual de 16 anos de vida, comecei a me perguntar como eram equacionadas as situações que acontecem no cotidiano e que precisam ser transformadas em procedimentos técnico-operacionais? Isto porque, o trabalho de campo tanto na escola de formação como nos Batalhões, mostrava-me que havia lógicas distintas atuando na mesma instituição, ou seja, havia, por um lado, a instrução formal, baseada numa verdade incontestável, sendo perpetuada nas companhias de ensino do CFAP, e por outro, a lógica da rua se impondo diante dos olhos dos operadores da PM.

Sabendo, à luz das ciências sociais, que a realidade é construída socialmente e, portanto, dinâmica, imaginei que algum mecanismo, seja informal ou formal, a polícia militar deveria ter para minimamente “controlar” a realidade na qual ela própria está inserida.

Foi quando numa das conversas com os policiais, ouvi falar sobre o grande número de Notas de Instrução, as chamadas NIs que são publicadas no Boletim da PMERJ (o grande informativo dos policiais militares do Rio). Na ocasião, um deles me dizia que “*primeiro vem a realidade e depois as Nis*”. Argumentava que a Polícia está sempre em desvantagem em relação aos seus procedimentos porque a cada momento pode acontecer algo novo que obriga a PM a repensar a sua atuação. Percebi então que as NIs podem ser compreendidas, por um lado, como uma tentativa da instituição permanecer em sintonia com a dinâmica da vida social ou uma resposta rápida a algo de ampla repercussão. Esta segunda opção pode ser ilustrada pela informação dada por este policial sobre uma Nota de Instrução, publicada logo após o caso do “ônibus 174”, onde os procedimentos de abordagem em coletivos e situações envolvendo reféns foram reavaliados.

Os policiais argumentam, então, que o problema está na circulação e no volume de informações que precisam ter conhecimento para poderem agir. Pontuam que por estarem,

em sua grande maioria, atuando nas ruas, a possibilidade de acompanhar as mudanças de procedimentos via Boletim (que é disponibilizada na internet) é rara ou quase nula; afirmam que a informação não circula de forma ampla; por outro lado, alguns timidamente, deixam escapar que estão mais interessados em agir como acham que devem porque eles sabem melhor do que ninguém como *proceder* “no calor dos acontecimentos”. Por isso, não adiantaria acessar constantemente as publicações, porque, já que são tantas, estariam sempre desatualizados.

Neste caso, pareceu-me que este aspecto poderia ser bom para pensar a dinâmica do profissional de polícia militar que constrói sua lógica de atuação a partir dos elementos que vai incorporando ao longo de sua trajetória. Num jogo de acertos e erros, os policiais militares praças vão experimentando e construindo o que entendem como sendo o seu “fazer policial”.

Percebi também que a reflexão desenvolvida por Kant de Lima sobre o paradoxo existente entre a formação que pretende *condicionar* os policiais para obedecer ordens e a realidade vivida por eles nas ruas, faz com que estes atores desconsiderem o formal como estratégia de sobrevivência no dia a dia. (Kant de Lima, 2003)

“você tinha instrução na sala de aula, depois almoço, depois música militar e sala de aula de novo. Eu acho que hoje, sei lá, devia ser muito mais aprofundado em matéria de polícia. A instrução é boa, mas acho que ele devia ser muito melhor ainda. O preparo, já naquela época, já não era tanto assim.. dizem que hoje também não se prepara muito não...”

“Quando eu digo “em matéria de polícia”, é porque o polícia deveria vir pra rua sabendo um pouquinho mais de lei, um pouquinho de leis. Eles dão polícia assim: tipo herarquia, você tem... polícia é isso, polícia é aquilo, mas tem que se aprofundar mais.... Mas a polícia deveria ser mais bem preparada, ter pelo menos alguns artigos primordiais, coisa que você só aprende trabalhando no dia-a-dia, você não sai de lá sabendo...”

(Sargento, 18 anos na PMERJ)

Este sargento com 18 anos na PM, sendo grande parte do tempo dedicado à rua, suscita a questão previamente discutida. Para ele, “em matéria de polícia” está faltando muita coisa; há, portanto, uma incompatibilidade entre a *instrução* que recebeu e o seu trabalho cotidiano.

Os policiais apontam para uma dinâmica de curso que prioriza o teórico em detrimento da atividade prática; existem poucos expedientes que são utilizados no intuito de propor um diálogo com o que se imagina ser a “prática policial”. Por isso, os policiais com quem conversei sempre remontam à idéia de que “na prática é outra coisa”, e eles conseguem visualizar isto rapidamente no momento em que iniciam seus estágios.

A vida de um recruta no CFAP não se resume a instruções teóricas, ordem unida e alguma simulação prática. Como *instruendos* estão submetidos ao *flandú*, mas o que seria *flandú*?

Este nome a primeira vez que o ouvi, achei ter a sonoridade de uma palavra francesa, significa o ato de fazer faxina. Assim, os futuros soldados, logo de início começam a se habituar com a pesada rotina de faxinar o CFAP: isto implica capinar, lavar banheiros, pintar repartições, ajudar no rancho, lavar chão e etc.

Não é difícil de imaginar que o *flandú* causa um enorme desconforto, nem tanto nos futuros soldados que estão mais interessados em cumprir todas as ordens para não atraírem punições. O desconforto é maior entre os praças que retornam ao CFAP para fazer os cursos de cabos e sargentos. Um deles me dizia:

"... PM deveria ter a única função de ser PM, não de ser faxineiro. Este tipo de serviço deveria ser terceirizado." (Cabo, 09 anos na PMERJ)

Véspera de formatura, dia de grande solenidade no CFAP ou qualquer outra comemoração importante, já se transforma em sinal de alerta para aqueles que lá estão. Todos já sabem, vamos fazer *flandú*:

"... vamos supor, o CFAP estava com o capim grande, ai ele(Oficial responsável) pegava assim, olha, 1º e 2º pelotão, 3º pelotão, vai ficar de plantão, de flandú. Ai acabava de repente expediente 5 horas, tinha que ficar até 6 fazendo flandú, ou então durante o dia..."
(Sargento, 20 anos na PMERJ)

O ato de faxinar ou de ser “empregado no *flandú*” mostra claramente que esta não é uma atividade trivial, antes, é preciso compreendê-la como um *exercício de subalternidade*, que

ganha materialidade na prática do trabalho braçal, onde desde muito cedo os futuros praças começam a internalizar o papel que lhes cabe. Neste sentido, vale ressaltar que o *flandú* faz parte da escala regular de atividades dos *recrutas*, reforçando o argumento de que não é uma atividade esporádica, pelo contrário, é prevista e passível de punição, caso não seja cumprida.

CAPÍTULO III – CONSTRUINDO O SABER PRÁTICO ENTRE AS PRAÇAS DA PMERJ

No que consiste a experiência “prática” para as praças da PMERJ? O que é valorado nesta “experiência”? Como ela dialoga com o real? Mas o que seria o “real” para estes atores?

Estas são algumas das indagações que passaram a fazer parte do cotidiano de meu trabalho de campo e do diálogo com meus colegas antropólogos sobre os “casos” que as praças me contavam, quase sempre, valorizando, em suas falas, como fora importante ser “sagaz e vivo” para enfrentar “a realidade das ruas”.

Ao continuar neste exercício etnográfico pretendo evidenciar o que estes atores apontam como um “saber que não se diz”, que não é manualizado, mas que organiza sua atividade profissional; que saber é este que se transmite pelo olhar, implicando numa cumplicidade entre quem faz e quem aprende fazendo?

Ao mergulhar neste universo de significados do chamado “mundo prático” da atividade policial, estarei resgatando a primeira parte deste trabalho, no intuito de buscar possíveis interpretações e reforçar aquelas que foram previamente feitas sobre a desqualificação do ensino formal. Por que isto acontece? O que é valorado, então?

Como os profissionais de polícia, em especial as praças, dialogam com os elementos externos a eles (código penal, processo penal, constituição, regulamentos em geral), mas que restringem e regulam suas atividades?

Este exercício problematizador me colocou diante de diversas categorias nativas que, em geral, são construídas por oposição, isto é, para cada categoria construída há sempre uma outra que se opõe à primeira. Este emaranhado de significações possibilitou-me fazer ver as matrizes cognitivas que organizam o entendimento das praças da PM do Rio. Passo então, a apresentá-las.

3.1 - “Bola de Ferro” – aprendendo a olhar a rua

Retornando à dinâmica do curso de formação de soldados, vimos que ele é dividido em três etapas, sendo a intermediária dedicada ao “estágio prático”, configurando-se na primeira experiência dos recrutas no “mundo das ruas”.

Assim, logo depois do módulo teórico, os futuros soldados passam a ser distribuídos pelos diversos Batalhões operacionais do Estado do Rio de Janeiro. Diga-se de passagem, nada garante que um recruta morador da capital, fará seu estágio também na capital; ele poderá ser deslocado para o interior, assim como o movimento inverso também ocorre. Tudo de acordo com a demanda do momento.

“ você primeiro tem o aprendizado de dois meses dentro do CFAP, depois você vai pra rua pra você viver aquilo, né, você vê se realmente aquilo dá pra colocar em prática, aquele primeiro conceito que você tem do que é a polícia. Então, você vai pra rua pra ter uma visão daquilo. Você tem 2 meses de escola, 2 meses de rua, depois você volta pra academia pra poder fechar o seu curso.

(Sargento, 19 anos na PMERJ)

“Aquilo” traduz-se na interface entre teoria e prática; logo, *os recrutas* seguem para o estágio prático, ávidos de ver *in loco* se “o conceito de polícia” repassado nas instruções *cfapianas* terá aplicabilidade na prática. Este é momento de grande excitação para os futuros PMs porque estarão pela primeira vez, fardados, experimentando a rua, inicialmente no PO – Policiamento ostensivo à pé. Cabe salientar que o argumento deste sargento sinaliza para um primeiro conceito de polícia que passará pela prova de fogo das ruas, para ver se este se sustenta ou se a dinâmica da vida policial implicará na criação de um “segundo conceito”.

A primeira vez que ouvi a expressão “Bola de ferro” nada compreendi. Lembro-me que algum praça em sala de aula, fez menção ao período em que foi “bola de ferro” e que julgava ter sido fundamental para sua formação, enquanto policial militar. Fiquei então, interessada em descobrir que momento mágico seria este que “forma policiais militares”; recorrendo rapidamente aos meus interlocutores privilegiados, obtive as mais variadas formas de explicar este processo, mas todas seguiam na direção de que “bola de ferro é o

papel desempenhado pelo *recruta* no seu estágio prático”. Isto quer dizer que o futuro PM permanecerá “grudado” no policial “mais antigo” com o intuito de aprender a *arte* policial militar, observando o que seu superior hierárquico está ou não está fazendo, a partir da realidade que se impõe diante dele.

Como pontua este sargento:

“Bola de ferro é a mesma coisa que Agarradinho, porque tu não podia sair de perto do cara. Isso até hoje em dia ainda existe, e é uma responsabilidade muito grande, você é responsável pelo cara ali, você é responsável por um policial que é recruta, está se formando, o antigo lá, né, responsável pela gente, e a gente não pode desgrudar dele. De jeito nenhum. A gente tem que ficar mesmo ali no pé do cara. “Não suma da minha vista de jeito nenhum!” (sargento, 23 anos na PMERJ)

A explicação é enfática em afirmar que “bola de ferro” é o recruta que fica preso ao policial “mais antigo”, como se este estivesse acorrentado e por isso não pode sair do lugar. Ao mesmo tempo, o praça anuncia que o “mais antigo” carrega em seus ombros a responsabilidade de guiar este novato, não o deixando fugir de seus olhos.

Estabelece-se então a primeira relação de intimidade que o futuro profissional de polícia terá com alguém “experiente”. As praças anunciam em seus discursos, as implicações desta relação profissional, sobretudo porque esta é uma relação baseada num contato corpóreo em que o que o seu falar, o seu ouvir e o modo de se posicionar terá como referência uma figura que funciona como um espelho. Algo na linha da clássica brincadeira de criança onde “o que o macaco falar faremos todos”.

“A idéia é aprender com quem talvez, já tenha vivenciado aquilo, tenha mais experiência; então eu tenho que observar e aprender para depois que você venha a viver aquela mesma situação você já sabe...”
(Soldado, 04 anos na PMERJ)

“... é você ver, é você, vamos dizer assim, a gente aprende como é um acidente de trânsito com vítima, aqui na prática, aí você vai para rua, realmente, você vê a vítima no local., você vê muito sangue, sabe, a pessoa toda quebrada, de repente até criança, e tal, e você vê na prática.”
(sargento PFEM, 19 anos na PMERJ)

A expectativa de quem é novato e vai para rua na qualidade de “bola de ferro”, “agarradinho” ou “estepe”⁴⁹ é de estabelecer uma relação de confiança com alguém que, ao seu ver, sabe muito e, portanto, vai ensiná-lo:

“É ... de repente eu achava que ele tinha todo conhecimento, por ser mais antigo, porque a gente usa muito esse chavão: o mais antigo sabe tudo. Então eu achava, ihhh! surgiu uma dúvida, o mais antigo sabe...”.
(Sargento, 16 anos na PMERJ)

*“A gente era denominado bola de ferro... futuramente eu vou ser um graduado e vou ter o meu bola de ferro. O mais antigo vai acompanhado do mais moderno e vai tirar serviço na rua. **Neste caso**, a gente é a responsabilidade dele ali. Porque até então a gente vai para rua com cacetete. E tá fardado. Vai para rua com cacetete e o mais antigo é o nosso responsável. É o nosso tutor ali.”*
(Soldado, 04 anos na PMERJ)

O “mais antigo” causa fascínio nos chamados “mais modernos”, justamente porque ele traz em si a marca da “experiência”. Neste contexto, a “experiência” está vinculada à atividade de rua e isto se transforma num capital simbólico que faz do “mais antigo” uma figura que se quer ser um dia. Ter a incumbência de acompanhar um “bola de ferro”, representa o reconhecimento de quem acumula “experiência prática”, que passa a ser agora transmitida, traduzindo-se num *status* para quem alcança tal posição.

A experiência como “bola de ferro” pode ser entendida como um momento de liminaridade, onde o futuro PM ainda não apreendeu as características elencadas como fundamentais para a construção do tipo PM “operacional”, mas já começa a ter contato com elas, na figura de seu “tutor” que lhe apresenta este universo de representações.

“Com o tempo você vê quem é de combate” (Cabo, 11 anos na PMERJ)

O tipo ‘operacional’ se representa e é representado como aquele que possui aptidão para o confronto direto com a criminalidade nas atividades externas dos quartéis”, opondo-se então àquele que está voltado para as atividades administrativas, o “burocrata”. Desta feita,

⁴⁹ Estes são os outros significados dados ao Bola de Ferro. Foi possível verificar que a categoria “bola de ferro” é reconhecida por todas as praças.

o “operacional” é visto como o destemido que vivencia em sua trajetória “enfrentamentos com a marginalidade” que lhe garantem maior capital simbólico⁵⁰.

A convivência na rua traduz-se num ato de aprender a olhar, não só a dinâmica do local onde se atua mas, sobretudo, a olhar para o “mais antigo” como “espelho” que reflete o profissional de polícia que o novato será amanhã.

“Você sente, né! Começa a se sentir... começa a se sentir. Você não se sente ainda, porque esta só com o Bastão Laser. Você olha pra arma do mais antigo e pensa: um dia eu vou ter uma dessa. Aquela coisa assim, né. E aí você observa muito, pelo menos eu no caso, eu observo muito o procedimento do policial que está comigo.”
(sargento, 19 anos na PMERJ)

Esta relação faz com que o “bola de ferro” se projete no seu superior, imaginando como será quando ele mesmo estiver armado e *procedendo* nas ruas das cidades. Em breve, aquele que usava apenas um cassete, ou “bastão laser”⁵¹ passará a estar armado, o que, no seu entendimento, lhe possibilitará exercer poder. O porte da arma de fogo (sobretudo pelos novatos) confere ao indivíduo “sentir-se policial de verdade” já que a arma representa virilidade, poder, vivacidade, habilidade, destemor e paixão. Num dos vídeos produzidos pelo Viva Rio, um praça anuncia que durante a formação do CFAP, eles aprendem que “a arma é como se fosse sua esposa, sua namorada”... Logo, numa sociedade *machista* como a nossa, cabe à esposa ter um marido viril, destemido, que exercerá sobre ela poder e ao mesmo tempo a protegerá.

A possibilidade de contato próximo do “mais moderno” com o “mais antigo” coloca-os, forçosamente, numa relação de cumplicidade e lealdade que se configura numa “sociologia do segredo”, onde aprender a olhar também pode implicar em observar comportamentos que se contrapõem aos procedimentos formais, mas que de modo algum são publicizados, sob pena de que a quebra de sigilo possa acarretar sanções informais, isto é, perseguições, que nenhum praça pretende sofrer ao longo de sua carreira policial.

⁵⁰ Reflexão desenvolvida por Rodrigues da Silva (2002, p. 12) no trabalho intitulado “Os grupos informais e sua pequena política na instituição policial militar”. Para uma discussão sobre capital simbólico ver Bourdieu (2000)

⁵¹ “bastão laser” é apelido jocoso dado ao cassete justamente porque os policiais se sentem desprestigiados em estarem usando um cassete que, segundo eles, não impõe respeito.

“É pegar o policial antigo e botar o recruta do lado, no caso eu era o Bola de Ferro, porque eu ficava no pé dele e grudado e aquela coisa de Bola de Ferro, que ele não pode andar como ele andava, não é; por um lado era uma castração, ele(mais antigo) não poderia fazer algumas coisas que ele fazia na nossa frente não é, então de repente ele trocava de roupa, ia no quartel e voltava, pegava o arrego e tal que tem que pegar... mas eu era uma Bola de Ferro ao lado do cara, onde ele ia eu ia atrás.”

(sargento, 19 anos na PMERJ)

Meus interlocutores sinalizavam que a possibilidade de estar na rua, mesmo na posição de um *recruta*, já os colocava diante do chamado “vírus da rua”. Mas o que seria isto? Há um jargão entre os policiais de que “a polícia reflete a sociedade”. Seguindo este raciocínio, se a sociedade é ordeira a polícia também é; se a sociedade é corrupta, a polícia necessariamente será, fazendo com que estes atores se representem como estando num “círculo vicioso”, impossível de ser rompido.

Portanto, antes mesmo de ser investido como um PM, o *recruta*, no momento em que começa a aprender a olhar e experimentar a rua, já pode ser contaminado por este vírus que ainda não foi isolado:

“Olha só, por exemplo, já volta recruta, nesses dois meses que já havia arrumado dinheiro na rua, já tinha sido já, o vírus, já tinha recebido a primeira dose, a primeira vacina do vírus. Então já teve gente que... eu não consegui arrumar dinheiro não.... porque eu estava lá em Paraíba do Sul, mas já teve gente, que já estava com saudade(da rua), já foi trabalhar naquele setorzinho que toda semana tinha um dinheiro, tinha uma gratificação, entendeu. Já veio recruta com esse vírus...”

(sargento, 18 anos na PMERJ)

Aqueles que já passaram por diversos setores da PM e que hoje atuam em atividades internas, manifestam uma certa inquietação em imaginar que poderão retornar a qualquer momento para atividade de rua. Neste caso, a dinâmica da rua os coloca numa posição incômoda, já que cientes da lógica dominante neste espaço, se vêem alijados da possibilidade de trabalhar a partir de novos paradigmas⁵². Este sargento salienta que:

⁵² Este é um argumento recorrente dos policiais que se converteram ao protestantismo depois da entrada na corporação. Muitos são, inclusive, rotulados como “aqueles que fugiram das ruas porque viraram crentes.”

“hoje eu me coloco numa posição, devido o tempo que eu tenho de polícia, e o trabalho que eu faço (agente multiplicador)... eu acho que eu não posso mais trabalhar na rua.

Porque, eu vou ver as coisas que acontece de errado, eu vou ter que atuar, e eu atuando, eu vou ficar preso, eu vou ser transferido de batalhão e eu vou ser tachado como cara que incomoda... ah, tira esse cara daqui”

(sargento, 20 anos na PMERJ)

Aqueles que um dia foram “bola de ferro”, hoje, estando na graduação de cabo ou sargento poderão passar a conduzir um. Esta inversão de papéis possibilita que o “mais antigo” faça uma comparação destes dois momentos, sinalizando que, por um lado, o “bola de ferro” possui um misto de medo e imaturidade e, por outro, o condutor precisa entender que existe alguém que está sob sua responsabilidade, não somente para aprender como *proceder*, mas para que tenha sua vida garantida.

“Ai eu tive um sentimento assim de muita responsabilidade, porque o recruta, o Bola de Ferro, não tem responsabilidade nenhuma, não que seja irresponsável, ele não, como é que vou me explicar, ele não tem responsabilidade para fazer nada, eles não colocam nada na mão dele para ele resolver, ele apenas fica observando, e eu senti falta disso. Muita gente sentiu falta disso, muita gente resolvia nossos problemas. (Sargento, 20 anos na PMERJ)

Como já havia mencionado, estive muito próxima de um grupo de cabos oriundos de Batalhões conhecidos pelo número de conflitos armados em que estão envolvidos. Este grupo de policiais “operacionais” participavam de uma atividade em que, dentre outras abordagens, buscava-se explicitar o “valor simbólico da arma de fogo”.

Logo nas primeiras conversas, o grupo já anunciava que o contato com armas via PM os fez sentir mais responsáveis, já que “ao contrário das forças armadas, na PM a situação passou a ser real...”. Ao mesmo tempo em que se vêem como mais responsáveis porque estão, segundo eles, numa “guerra urbana”, sentem-se “mais homens”, retornando assim a idéia de poder que apresentei anteriormente.

Um dos cabos, classificado como “patameiro”⁵³ faz uma análise que resgata sua experiência no CFAP e também no “mundo das ruas”. Aponta que, na burocracia policial militar, as características individuais(habilidades) das praças não são levadas em conta, sendo quase sempre o policial visto como um número (de registro), “uma peça de reposição”. Segue seu comentário:

“A primeira sensação (de contato com a arma) é de grande responsabilidade e, se você vacilar, tanto pode perder a vida quanto a liberdade e isso não é passado nos bancos do CFAP. O que ocorre na rua é diferente, o CFAP não prepara o policial como deveria preparar e quando a gente sai do CFAP e vai para o Batalhão é algo muito impessoal, ninguém te pergunta se você tem condições de fazer alguma coisa. Está tudo nas suas costas. Nem a PM e nem a sociedade vai te perguntar se você estava preparado. Com o tempo, a sensação de poder vai abaixando gradualmente e com a experiência prática é que você aprende.”
(Cabo, 08 anos na PMERJ)

Neste caso, a sensação de poder é inversamente proporcional aos anos de experiência, na medida em que a vivência no mundo policial militar lhe mostra que nem sempre o pronto-emprego da arma de fogo é a melhor opção. Em sua declaração, pareceu-me que na prática (entre erros e acertos), ele testa o modelo de uso proporcional e legal da força e a partir desta declaração é possível entender que, mesmo a instituição não percebendo suas habilidades, a prática lhe mostrará quais são elas e assim o PM segue “testando” o que consegue fazer.

No tocante à relação arma de fogo x formação policial ficou evidenciado que até mesmo a técnica para utilização da arma passa pela troca de experiências com os “mais antigos”, ou até mesmo o seu uso é feito sem conhecimento técnico necessário, o que leva a uma situação de “aprender fazendo”, já que “na qualidade de PM, mais dias ou menos dias vou ter que aprender a atirar”.

“Saí do CFAP sem dar tiro, fui ver na escala e estava marcado flandú (faxina)”

(soldado, 03 anos na PMERJ, 22ºBPM)

⁵³ Patameiro é o termo usado para designar quem participa do PATAMO, modalidade de Policiamento, que, tecnicamente, é chamada de Patrulhamento Tático Motorizado. No Rio, identificamos rapidamente um PATAMO por ser uma Blazer com 05 policiais dentro. Em geral, uma reunião de PATAMO's é conhecida como comboio, responsável por fazer, dentre outras coisas, incursões em favelas.

Numa de minhas visitas aos Batalhões, acompanhei um dos vídeos que, dentre outros temas, discutia que o policial, ao atuar, precisa atentar para três princípios fundamentais: Legalidade, oportunidade e adestramento. Rapidamente, um dos alunos-policiais retrucou dizendo: “ora, a gente só sabe o princípio da oportunidade, porque estamos na pista(rua) e o que fiz de tiro foi na pista.” Apresentando assim, de forma clara, que o seu “adestramento” inicial para o uso da arma de fogo não foi feito num “teatro de operações” fictício e sim no mundo real.

Na medida em que “tudo está nas costas” do PM e, portanto, tudo é muito vago, e que ninguém pergunta se ele está preparado, parece que se abre um amplo espaço para a construção de diversas interpretações. Guedes já analisava, por exemplo, que as normas gerais de policiamento da PMERJ são tão generalizantes que ao mesmo tempo dizem tudo e não dizem nada; por isso, seria interessante perceber justamente o que ela não diz, porque é neste momento “que se abre um espaço para as construções de interpretações”, em torno do que o policial da ponta da linha fará ou não fará no exercício de sua profissão⁵⁴.

Já sinalizei em passagem anterior sobre a construção de um olhar policial. Retomo a esta questão por entender, como um dos aspectos fundamentais para a construção de um saber prático, na medida em que o primeiro movimento das praças nesta interação com os cidadãos e com os seus próprios pares refere-se à construção de um olhar que é, ao mesmo tempo, cauteloso e rápido, que pretende descortinar o “cidadão”/ “meliante” que está diante dele ou que simplesmente quer compreender um recado de seu companheiro de trabalho sem a necessidade do uso de palavras ou gestos. Esta impressionante habilidade desenvolvida no “mundo das ruas” é complementada pela construção de um gestual e uma linguagem própria dos atores inseridos neste campo de investigação.

*“... você tem uma profissão de polícia, você olha pra uma pessoa, com os anos de experiência, e tem uma pequena visão do que poderia ser aquela pessoa.”
(Sargento, 18 anos na PMERJ)*

⁵⁴ Professora Simoni Lahud Guedes fez tais considerações no seminário em comemoração aos 100 anos do texto “Algumas Formas Primitivas de classificação – contribuição para o estudo das representações coletivas. Durkheim/Mauss (1903)”, realizada no IFCS/UFRJ em outubro de 2003.

Esta “pequena visão” que se traduz como uma “tirada na pessoa de cima a baixo”, pretende identificar alguns signos que “ajudem” o policial a classificar aquele cidadão de alguma forma: gente de bem, rico, pobre, vagabundo, puta, crente, filhinho de papai e assim por diante. Como bem sabemos, esta não é uma classificação dada, ela é construída a partir de estereótipos que cada sociedade tem, baseados numa visão etnocêntrica e estigmatizante dos indivíduos⁵⁵.

Kant de Lima já sinalizava que, entre os policiais civis, o que eles atribuíam como um processo de “conhecimento” poderia ser interpretado como o “reconhecimento” de tipos criminais, a partir de um sistema classificatório estigmatizante que, tem por objetivo “fichar” e “manjar” os clientes preferenciais do sistema policial. (Kant de Lima, 1985)

O olhar treinado de um policial também tenta identificar no meio da multidão um outro colega policial; assim, o que está em jogo é perceber sua atitude, gesto, modo de ficar parado e etc.

“Por exemplo, quando eu andava de ônibus, você entra dentro do ônibus, o policial quando entra dentro do ônibus, você vê no banco de trás, faz uma visada todinha de dentro do ônibus. Uma pessoa normal não faz isso. Quem faz isso é policial ou então é vagabundo que tá com maldade. Policial com maldade sim, mas maldade profissional, pra ver se tem algum vagabundo dentro de ônibus. Outra característica que a gente tem também de visar pela atitude da pessoa, o gesto da pessoa, você consegue, não com certeza, com certeza você não pode ter, mas mais ou menos pelo gesto: pô esse cara não é boa pinta.” (Sargento, 18 anos na PMERJ)

Muniz, ao questionar um soldado sobre como ele via a cidade através da janela de uma radiopatrulha, obteve como esclarecimento que muitas eram as preocupações, já que era preciso “afinar os ouvidos para discernir os ‘sons das rua’, seus ruídos e silêncios; reconhecer e decifrar os mais distintos comportamentos e linguagens; capturar os mais inesperados movimentos; educar o olhar para ver o ‘que está por trás das coisas’, procurando sempre identificar o que antes estava presente e ele não via. (1999, p. 155)

⁵⁵ Para uma discussão sobre estigma ver Goffmann(1999) e sobre cultura e etnocentrismo ver Laraia (1987), DaMatta(1997); sobre a “tirada policial” ver Kant de Lima (1985)

Como já dizia Cardoso de Oliveira, a antropologia consegue apreender os fenômenos sociais a partir de três “atos cognitivos”: o olhar, o ouvir e o escrever. Sendo assim, através de um olhar e ouvir disciplinados pelo arcabouço teórico e metodológico da antropologia, exercitamos nossa percepção para seguirmos finalmente em direção à construção de uma teoria social, que se configura na “textualização dos fenômenos sócio-culturais observáveis.” (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 17 a 25)

No caso das praças, percebo que três atos cognitivos auxiliam na elaboração de um saber prático que leva a apreensão dos fenômenos sociais através do movimento de ouvir, ver, e fazer.

Estes três atos passam a organizar o mundo das representações dos policiais: olhar aguçado, ouvido atento e, sobretudo, ação; segundo estes atores, não há espaço para dúvida, o agora é soberano e o “princípio de oportunidade” deve falar mais alto.

*“no trabalho de rua não há espaço para dúvida...”
(cabo, 08 anos na PMERJ)*

3.2 - “Instinto Profissional de Polícia” – quando a intuição fala mais alto

“...Quando você se forma, é tudo na tua mão, quer dizer, é como se você fosse criancinha, tivesse crescido, e agora você vai pra rua. É igual a animal, exatamente, o animal não faz isso com o filho, não vai, aí solta e vai embora”.

(Sargento, 20 anos na PMERJ)

A representação do policial como um filhote de animal que é solto no mundo extramuros remete à lógica de que este profissional é dotado de uma irracionalidade e por isto precisa ser “adestrado” para que possa funcionar. Em vários momentos, as praças buscavam me fazer entender que o policial, no último segundo que lhes resta para atuar, age por um instinto que está baseado nos sentidos (em especial visão e olfato) que são “condicionados” para uma pronta ação policial.

Experimentar a rua significa aguçar o olfato para sentir os múltiplos odores das pessoas e das coisas, assim como é preciso aguçar a visão no intuito de perceber a rua através de uma lente multifocal, isto é, olhar para todos e tudo, ao mesmo tempo e agora.

Muniz ao analisar a cultura e o cotidiano na PMERJ levanta que “o saber construído pelos policiais é mergulhado na idiossincrasia das circunstâncias, das situações voláteis e fugidias,(e) prima pela sua adaptabilidade ou pela sua concessão ao imprevisto”. (Muniz, 1999, p. 168)

A autora aponta que o PM é conhecido como “faz tudo”, o especialista das generalidades, aquele que “dá o seu jeito” na hora que se precisa atuar, por isso, o saber construído por este ator acaba por trazer a marca da individualidade, confundindo-se, até mesmo, com a própria “trajetória individual de cada PM”. Deste modo, tem-se o acúmulo “de experiências particulares construídas a cada caso individualmente atendido”, conformando “um estoque de percepções e ‘macetes’ que estão distribuídos de forma heterogênea e particular entre os policiais.” (Muniz, 1999, p.168-169)

Esta personalização do saber prático das praças caracteriza-se pelo fato de que em cada esquina encontra-se um policial da ponta fazendo o seu policiamento ostensivo. Neste sentido, a natureza do trabalho policial traduz-se na forma de trabalhar daquele policial, adquirindo “uma roupagem personalizada que leva em consideração as características individuais como o ‘jeito do policial’, ou a sua personalidade, a sua vivência pessoal” e assim por diante.

Este tipo de saber que se caracteriza pela sua flexibilidade individualizadora, só pode ser assim definido porque se sustenta a partir da “brecha” existente no leque de possibilidades para atuação policial. Isto quer dizer que, por melhor ou mais completa que seja a lista de situações em que os policiais podem e devem intervir, as circunstâncias reais de atuação estão para além daquelas previamente tipificadas; por isso, a todo momento, cada policial da ponta aprende, rapidamente, que o “mundo da lei” precisa ser interpretado e, por sua vez, ajustado às diversas realidades que compõem as ‘leis do mundo’. Num contexto como esse, em geral, o discurso de seus operadores segue na direção de que os procedimentos

formais freqüentemente são suspensos por conta das “situações particulares” que se apresentam diante dos olhos. Assim, “na rua se faz tudo diferente porque a própria aplicação da norma parece sempre envolver a sua necessária adequação aos valorizados fatores circunstanciais”. (Muniz, 1999, p.168)

“na prática tem muita diversidade, viu? não dá para você ficar, ah faz isso porque está escrito no manual, é você na hora que vai decidir. Você é o Juiz, você é o advogado, ou você condena, ou libera. Ou executa ou libera, ou prende ou solta, você na boa, você que vai determinar, você e teu companheiro”.
(Sargento, 19 anos na PMERJ)

Uma frase recorrentemente utilizada pelos policiais e que auxilia no entendimento desta questão é “cada ocorrência é uma ocorrência”. Neste sentido, cada dia de atuação policial é necessariamente diferente do outro, não existem “circunstâncias iguais, podem ser parecidas, nunca iguais”.

Não se pode deixar de analisar o discurso deste sargento que já havia passado pelo exército e escolhe a PM pelo fato de poder aplicar a doutrina militar aprendida, numa outra instituição também militar. Ao perguntarmos a um policial qual é a sua missão? Em geral responderá: “servir e proteger”. Acrescentando que são agentes da lei que devem garantir a lei e a ordem. Esta é a declaração formal que poderemos obter de um policial, mas na declaração do sargento, outros elementos são apontados e precisam ser explicitados. Neste caso, o “fazer policial” apresenta-se para além do que é legalmente previsto, inclusive, estando este profissional assumindo posições de outros profissionais. “ele prende, condena, julga”, ou seja, o seu poder discricionário é confundido com o poder arbitrário e se transforma em algo para além dele mesmo, transformando-o num agente que decide sobre a vida e a morte, sobre sentença ou anulação de sentença, como se não se estivesse falando de uma polícia num Estado Democrático de Direito⁵⁶.

⁵⁶ Cabe ressaltar o que o Direito Administrativo Brasileiro diz sobre Poder discricionário e Poder Arbitrário: “Poder discricionário é o que o Direito concede à administração de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo. Convém esclarecer que *poder discricionário* não se confunde com *poder arbitrário*. Discricionariedade e arbítrio são atitudes inteiramente diversas. Discricionariedade é liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos da lei, arbítrio é ação contrária excedente da lei. Ato discricionário, quando autorizado pelo Direito, é legal e válido; ato arbitrário é sempre ilegítimo e inválido. (Meirelles, 1990, p. 102– 103).

Retomando a perspectiva nativa de que a atuação policial é instintiva, apresento um dos estudos de caso trabalhados no material didático do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã, que me pareceu elucidativo para compreender os múltiplos significados que envolvem a idéia de um “instinto policial”.

No vídeo intitulado “Técnicas de Abordagem” foi reproduzido o Caso Nossa Senhora da Paz, amplamente divulgado pela mídia televisiva. Passo a descrevê-lo:

Caso Praça Nossa Senhora da Paz

Cinegrafista amador consegue registrar o momento em que um Guarda Municipal informa a um Cabo da Polícia Militar que dois assaltantes que acabaram de roubar o Banco do Brasil, localizado na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, zona sul do Rio, estavam numa moto na sua frente, tentando fugir. Este policial progride em direção aos possíveis assaltantes com uma pistola em punho e com uma série de tiros mata os dois homens. Esta situação foi amplamente divulgada pela Rede Globo.

A equipe de comunicólogos, psicólogos e sociólogos, envolvida no processo de seleção dos casos midiáticos para compor o vídeo, argumenta que esta é uma situação emblemática porque possibilita um diálogo franco entre os policiais acerca da necessidade de se empregar corretamente a técnica em situações como esta.

Neste episódio, segundo a equipe, “o policial consegue matar os bandidos, sem que nenhuma técnica fosse utilizada, ele estava sozinho(desvantagem numérica) enfrentando dois bandidos numa praça movimentada da zona sul do Rio”, portanto, “o policial envolvido contou com a sorte que nem sempre está do lado do policial”.

No caso dos países de tradição anglo-americana (common law), *discretion* refere-se ao Princípio de oportunidade que é facultado aos agentes da ponta, não tendo nenhuma relação com discricionariedade como é entendido no caso brasileiro.

O que chama atenção, ao observar algumas aulas nos batalhões da PM, onde este material foi utilizado, é que os policiais reagem de forma bastante diferente do que os idealizadores do curso imaginaram. Diante daquela cena, que rapidamente todos se lembram, por fazer parte da memória coletiva dos mesmos, vários deles se manifestam favoravelmente, afirmando que aquele é um “bom exemplo de um policial corajoso, macho, que enfrenta com astúcia e rapidez os bandidos que ele deve combater...” . Ao serem questionados quanto a falta de aplicação da técnica, afirmam que “no calor dos acontecimentos” isto não é pensado, o que importa é a rapidez da ação para não se perder a oportunidade”.

Interessante é pensar que o mesmo policial que é avaliado como um exemplo a não ser seguido por colocar em risco a sua vida e a de outros, é resignificado rapidamente como um “herói” pelos policiais, ressaltando que este pode ser compreendido como um bom exemplo de praça que age a partir do “instinto profissional de polícia”. Em muitos momentos, argumentaram também que o “serviço policial é intuitivo”, segundo este raciocínio, o Cabo Teodoro “sentiu” que era possível agir com rapidez.

Este “sentir” ou esta “intuição policial” é extremamente valorizada no “mundo da rua”, tendo em vista que pode se apresentar como um impulso para tomada de decisão ou uma justificativa para ação de uma determinada forma. “Diante de situações pouco evidentes ou de difícil categorização, os pressentimentos ou o sexto sentido do policial assumem um papel decisivo no curso dos eventos”. (Muniz, 1999, p.172)

Destacaram ainda que aquele “herói” urbano só não foi valorizado como deveria ter sido, em virtude “da mídia que estava lá e filmou tudo e acabou por prejudicar a carreira do policial” que foi posteriormente punido pela corporação.

Kant de Lima teve a oportunidade de discutir sobre esta mesma cena com uma turma de oficiais do Espírito Santo, obtendo deste grupo justificativas muito próximas das que eu tive junto às praças do Rio de Janeiro.

Relata que após discorrer sobre seu argumento de que “em nenhum lugar onde a polícia fosse devidamente treinada seria justificável uma aproximação como aquela em que a polícia perde sua posição de superioridade e coloca-se no nível daqueles que quer revistar”, a turma foi unânime em dizer que todos ali sabiam as formas corretas de abordagem, já que

tinham sido treinados para isto na academia, só que “quando se vai para a rua” tudo é diferente... Logo, o padrão de comportamento anunciado por estes policiais é de confronto (sempre que possível) com o criminoso. (Kant de Lima, 2003, p.2)

Kant de Lima propõe um questionamento que verifico como crucial para a problematização da construção de um saber prático que se alimenta da interação entre policiais e cidadãos pelas esquinas das ruas das cidades, traduzindo-se, na maioria das vezes, em procedimentos informais que suplantam a moldura formal. Ora, “o que estamos chamando de mau desempenho é realmente mau desempenho ou é desempenho segundo um modelo, que na raiz, legitima as ações que estamos questionando? Depois, é preciso saber se os policiais fazem aquilo que consideramos errado porque não sabem o que é correto ou se, sabendo-o, simplesmente deliberam fazer o contrário. Eventualmente, poderemos concluir que o que estamos considerando despreparo é, na verdade, um preparo informado por valores e ideologia diferentes daqueles que informam explicitamente nosso julgamento.” (2003, p. 3)

Este caso evidencia que, a equipe produtora do material e a própria mídia, estão aparentemente envolvidas num sistema de valores que se opõe ao sistema de valores dos policiais militares, que imediatamente reagem de forma contrária a narrativa midiática, salientando, em contrapartida, o grande feito deste personagem policial. Cabe frisar que, o que está em jogo neste debate, não é uma atuação repressiva, onde o policial intervém brilhantemente para coibir a fuga de possíveis bandidos, nem tampouco é uma situação de confronto. Pelo contrário, o flagrante do cinegrafista amador difunde uma cena real de extermínio dos “inimigos” que os policiais analisam ter.

Pensando a partir das contribuições de Bourdieu, o campo jornalístico em questão, reforça a idéia de produtor de uma “verdade” capaz de influenciar diretamente a autonomia do universo de relações dos policiais militares. Não obstante, entendo que o que é divulgado na mídia cujo o foco é a atuação de PMs funciona, segundo Augé, como um dispositivo ritual ampliado. (Bourdieu, 1997, 1998, Augé, 1994,1997)

Augé está particularmente preocupado em analisar teoricamente a chamada supermodernidade a partir das noções de lugar e não-lugar. O não-lugar está relacionado

ao espaço do transitório e, portanto, marcado pela polifonia. Como afirma o autor, o não-lugar coloca em evidência uma outra questão fundamental para a antropologia que é o processo de construção tanto da alteridade quanto da identidade; por isso, na supermodernidade, a noção de sentido passa por profundas mudanças.

Augé propõe uma inovação teórica ao refletir sobre a noção de dispositivo ritual ampliado como sendo um só indivíduo ou um só acontecimento, apresentado a um número grandioso de pessoas através da mídia. Para o autor, este fenômeno está associado a idéia de espetacularização do mundo que se caracteriza basicamente pela “proliferação de imagens cada vez mais aos cidadãos-espectadores”. (Augé, 1994, p.104)

Hoje, o universo policial tem sido espetacularizado através do crescimento de programas de TV voltados para o chamado jornalismo policial, abrindo a possibilidade de interpretação sobre o “fazer policial” contemporâneo tanto para o espectador comum, quanto para os “cidadãos-espectadores-protagonistas-policiais” que por vezes, não reconhecem a mídia como capaz de apresentar a “verdade” sobre o trabalho de polícia.

Em geral, a crítica dos policiais segue na direção de que a mídia só mostra um lado da história, nunca apresentando o amplo espectro do trabalho policial. Vale destacar ainda que a mídia, sobretudo a televisiva, pode ser traduzida como um “fantasma” para muitos policiais, já que, em muitos casos, argumentam que “deixam de agir” porque podem estar sendo “vigiados” por uma câmera escondida.

Na medida em que o policial é, ao mesmo tempo, espectador e protagonista do acontecimento midiático, abre-se a possibilidade real deste indivíduo, ao ver publicizado o seu feito ou o de seus pares, não reconhecer aquilo como algo por ele produzido, atribuindo então a esta mídia, a construção de um “fazer policial” que não condiz com seu universo de significados, ao mesmo tempo que ela se transforma numa espécie de controle externo, já que o policial explicita que a sua atuação será diferente se souber que está sendo “vigiado”.

*“Se der para fazer a gente faz, agora se a câmera está lá, a gente age na legalidade”
(Cabo, 09 anos na PMERJ)*

3.3 - “Batalhão-Escola” – quando a formação se confunde com a prática

Como eu já havia abordado, as praças podem ser formadas também em unidades operacionais conhecidas como “Batalhão-Escola”. Como os policiais vêem então esta experiência? No que ela difere da formação do CFAP?

Em geral, aqueles que foram formados no “Batalhão-Escola” identificam como uma experiência diferenciada não só porque o espaço físico de instrução e treinamento é menor do que as amplas instalações do CFAP como também, porque uma vez estando num Batalhão Operacional, já começam a vivenciar o dia a dia do trabalho policial., por estarem convivendo num ambiente em que se fala, se ouve e se respira PM. Neste sentido, as praças que, geralmente, se representam como aqueles que acumulam experiência, isto é, como aqueles que “tiraram polícia” nos mais variados lugares, com os mais diferentes companheiros de trabalho, sendo comandados por diversos graduados e oficiais, identificam o Batalhão-Escola como o *locus* privilegiado para uma formação que não é pautada no paradigma instrucional do CFAP; antes, o novato já começa a ter um contato permanente com praças e oficiais que “vivem a prática de polícia” e por isso já começam a entender rapidamente a “realidade” que eles vão enfrentar.

“Eles(instrutores) falavam para gente, de teoria, mas falavam de prática, do que se vivia, falavam muito da realidade, agora em termos de conteúdo de sala de aula, tinha bastante sala de aula, instrução todos os dias, tinha provas ..., mas se falava da realidade”

(Sargento, 23 anos na PMERJ, aluno do 7º BPM)

“A vantagem de trabalhar num, de ter um curso dentro de batalhão , a formação dentro de batalhão e porque você vê a realidade. Eu via a realidade, de ver policiais que saíam para trabalhar e só voltou um. Saiu uma dupla pra trabalhar e só voltou um. Eu vi. E ainda mais quando aquele policial era uma pessoa bem quista dentro do batalhão você vê a revolta que isso criava dentro de um batalhão.”

(Soldado, 04 anos na PMERJ, aluno do 3ºBPM)

A “vantagem” de ser formado num Batalhão-Escola não é uma unanimidade, alguns policiais fazem questão de pontuar que tendo um Centro de Formação, o ideal seria que todos os futuros praças por lá fossem formados, tendo em vista que um Batalhão Operacional tem sua dinâmica própria que não é voltada para formação e por isso, os

recrutas deixam de ter contato com conteúdos formais importantes, para já começarem a atuar sem uma “base sólida” de conhecimentos.

O interessante foi perceber que os discursos apontam para um dilema: por um lado muitos praças desqualificam a formação instrucional do CFAP, porém argumentam que este é, por excelência, o lugar do ensino policial militar.; por outro apontam através de falas, gestos e histórias que viveram que o importante na formação policial é o contato com o “mundo da rua” e assim sendo, quem desde cedo já vive num ambiente cercado de policiais militares “experientes”, estará desfrutando de uma vantagem em relação aqueles que só depois de 06 a 07 meses de curso começarão de fato a ir para rua.

As praças que passaram pelo Batalhão-Escola anunciam que sua formação lhes possibilitou desde cedo ter um “choque de realidade”. E seria este “choque” que daria ao futuro profissional de polícia malícia, determinação, perspicácia, “faro policial” para lidar/enfrentar as incertezas e o caos dos “mundos” que eles são obrigados a entrar e sair diuturnamente no exercício de sua profissão⁵⁷.

3.4 - Possíveis percursos de um praça na PMERJ

Qualquer pesquisador que se dedica a estudar o universo policial militar, a partir de qualquer recorte empírico, sabe que os primeiros contatos com os interlocutores, seja num Batalhão, ou num Centro de Treinamento ou, quem sabe, no Quartel General, implica começar a entender o “mundo de siglas” em que estão envolvidos os policiais militares. Aquelas letras todas reunidas sempre têm algo a dizer para nós pesquisadores, em especial àqueles que estão dedicados a entender e interpretar este universo que se configura numa explosão de símbolos e significações.

Não são somente as siglas que chamam atenção, mas também as categorias nativas que, de certo modo, dialogam com estas siglas, organizando para o público policial militar suas atividades ostensivas, burocráticas, de ensino e de convívio entre os pares.

⁵⁷ Ver Muniz sobre a idéia de “faro policial” e “choque de realidade” (1999)

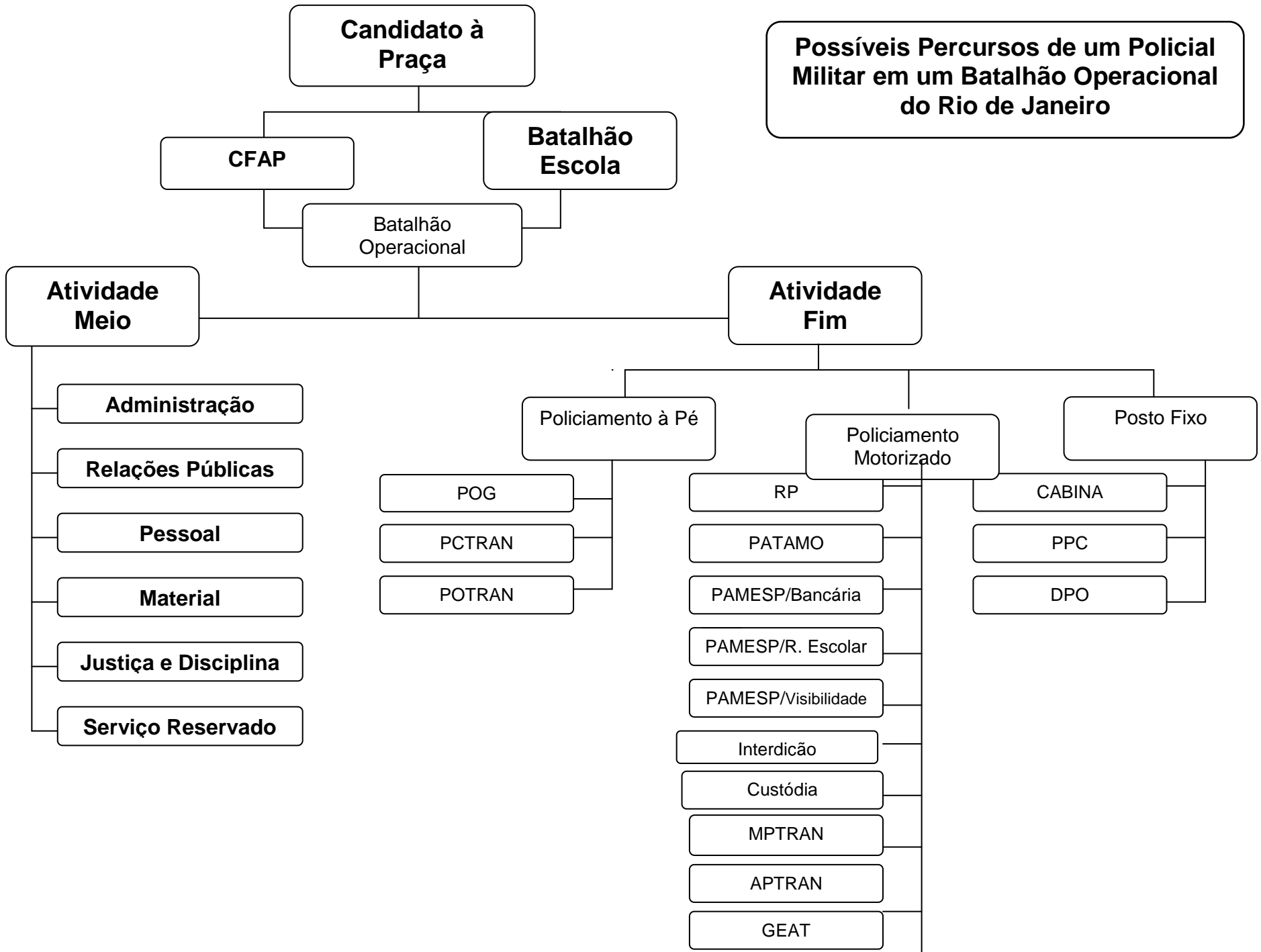
Com o intuito de entender um pouco da *gramática do campo*, resolvi apresentar, neste estudo, um dos possíveis caminhos institucionais que um praça pode percorrer desde sua investidura como soldado até ao final de sua carreira.

Vale ressaltar que existem inúmeras possibilidades de trajetória para um profissional de polícia, tantas quantas o destino de cada um permitir. Aqui, está sendo adotado como critério de abordagem, apresentar apenas uma das possibilidades existentes, que seria o caminho realizado a partir de um Batalhão Operacional.

Ao longo das conversas que tive com as praças, assim como nas visitas aos Batalhões, pude recolher os dados que apresento na forma de um fluxograma que se inicia no CFAP ou no Batalhão-Escola, seguindo para uma unidade operacional que é dividida basicamente em duas grandes atividades: a chamada atividade meio e atividade fim⁵⁸

⁵⁸ Vale salientar que o fluxograma aqui apresentado não é oficial, foi feito com base nas sugestões dadas pelos entrevistados, que apontaram as funções/modalidades de policiamento, aqui descritas, como as mais comuns numa unidade operacional. Portanto, é possível haver alguma diferença do organograma institucional. De todo modo, este foi o desenho sugerido pelos interlocutores como sendo o caminho por eles percorrido num Batalhão.

Possíveis Percursos de um Policial Militar em um Batalhão Operacional do Rio de Janeiro



Atividade Meio (Administrativo/Burocrático)	Atividade Fim (Policimento Ostensivo)		
	Policimento à Pé	Policimento Motorizado	Posto Fixo
P1 – Efetivo/Escala/Planejamento do policiamento	POG- Policiamento Ostensivo Geral – consiste no policiamento à pé. Ex: Cosme e Damião	RP – Rádio Patrulha – uma viatura(tipo Gol) interligada com o Centro de Operações(190)	CABINA – fixa . Ex: na orla, pontos turísticos e etc.
P2 – Serviço Reservado de Investigação e Inteligência	PCTTRAN – Policiamento Continuado de Trânsito	PATAMO –Patrulhamento Tático Móvel – 01 viatura tipo Blazer	PPC – Posto de Policiamento Comunitário – localizado próximo ao Batalhão faz policiamento ostensivo geral
P3 – Setor de Instrução	POTRAN – Policiamento Ostensivo de Trânsito	PAMESP – Policiamento Móvel Especial/ Rede Bancária	DPO – Destacamento de Policiamento Ostensivo – localizado distante dos Batalhões(quase sempre em áreas de favelas), realiza todo tipo de policiamento; como se fosse um “Mini Batalhão”
P4 –Compra de Material/almoarifado		PAMESP – Policiamento Móvel Especial/ Ronda Escolar	
P5 – Relações Públicas		PAMESP- Policiamento Móvel Especial/Visibilidade – quando a viatura permanece fixa em ruas, esquinas e etc.	
Serviço de Secretariado do Comando		Interdição – policiamento para áreas que foram interdidas pela justiça/defesa civil, entre outros	
		Custódia – de presos em hospitais, fórum, entre outros	
		MPTRAN – Policiamento de Trânsito com Moto APTRAN – Policiamento de Trânsito com Auto GEAT – Grupamento Especial de Ações Táticas – em geral composta por 03 viaturas com 12 a 15 policiais militares.	

A atividade meio caracteriza-se por ser voltada para a administração do Batalhão, é responsável por toda a burocracia necessária ao funcionamento da unidade. Sendo assim, esta atividade auxilia o Comandante a gerir todos os assuntos relacionados à administração, finanças, relações públicas, material, pessoal, alimentação, justiça, disciplina, serviço reservado de investigação e inteligência (em muitos casos, atua nas ruas, mas não no Policiamento Ostensivo), entre outros.

Aqueles que fazem parte deste segmento e que, portanto, estão fora das atividades de rua, são conhecidos como os “burocráticos”. Como bem aponta Rodrigues da Silva, “os burocráticos” se opõem aos “operacionais” e o capital simbólico do “burocrata” é a sua aptidão intelectual e capacidade administrativa, em oposição à força e aptidão física dos “operacionais”. (Rodrigues da Silva, 2002)

*“O pessoal da atividade meio é visto como aquele menos polícia não é, aquele cara que é o burocrata, não sabe nada, e o outro, ele acha que é o policial de rua, que sabe de tudo, que dá tiro, que prende; só que grande parte desse pessoal, talvez agora não, mas durante muito tempo, não sabiam nada de lei, não sabiam fazer nada administrativamente, quando lhe era cobrado, ou dado alguma coisa, não sabiam como resolver, quer dizer já tiveram problemas por não conhecer esse outro lado, claro nenhuma das duas vivem sem a outra não é, precisam das duas partes, sendo que o pessoal da atividade meio, eles tem privilégios no tocante a época de promoção, a conceito, entendeu. Esse cara da rua, o trabalho da rua é sempre visto como se fosse um servidor braçal não é, e o outro se fosse o homem do escritório, o intelectual, então o braçal para mim é **o inocente útil**. Inocente útil, eu costumo dizer que ele é o inocente útil, quando ele está lá tá prendendo, dando flagrante, a coisa está bom, que desgraça a gente vê todos os dias. Só que o policial não aprende com isso, quer dizer no meio desses policiais aí, teve um cara que já sofreu; ficou em disponibilidade, foi perseguido, aí ficou um tempão afastado, agora ele vai voltar, agora vai ficar na rua, ele só aprendeu a fazer isso. Disseram para ele que aquilo era o certo, aí, quer dizer introjetou aquilo para ele não é, como o certo, ele não sabe fazer outra coisa”.*

(Sargento, 23 anos na PMERJ)

Destaquei estes fragmentos porque eles explicitam dois *tipos ideais* marcadamente construídos por oposição: por um lado o “burocrático” que traz em si a o estigma do intelectual, daquele que domina o mundo das leis e a lógica burocrato-militar, por outro está o “operacional”, aquele “servidor braçal” que está no “mundo das ruas”. Os policiais explicitam que há uma escala informal de prestígio no mundo policial militar, onde, aqueles

que mais longe estão das ruas, mais facilmente ascenderão na profissão, galgando mais rapidamente graduações e patentes⁵⁹.

Isto demonstra que o “mundo da rua” é desprestigiado porque é insólito, porque “reúne o melhor e o pior de nós mesmos” e porque acaba “embrutecendo” estes profissionais. (Muniz, 1999)

“Acho que o cara que trabalha na atividade fim primeiro já se habituou com a escala. A escala 24/48, 12/48. Ele já se habituou com a escala e até porque ele tem uma atividade paralela, então ele necessita daquela folga, É outra coisa, tem o policial militar que gosta do combate. O policial militar que gosta da troca de tiros todo dia, que gosta de tá lá no combate, no dia - a - dia, fazer operação, fazer RP, entende? E vai e chega e sai, entendeu? E vai em apoio, vamos lá ajudar o colega. Tem o policial militar que se ele sair dessa atividade fim, né? do combate direto no dia- a - dia, da preservação da ordem pública, ele num, ele num vai conseguir trabalhar na atividade meioA atividade meio é um trabalho muito burocrático, muito de ler e de ter conhecimento daquilo que tá escrito, daquilo que tá previsto. Porque você na atividade meio você trabalha muito com papel e querendo ou não, você vai ter que ler. Aí vai, começa a entender, a ter , a ter o conhecimento daquilo que tá escrito e com aquilo que você praticava, não é? Com a tua prática, né? De tiro, porrada e bomba e dedo na cara e não fazer isso e fazer e dar chute na porta. Quando você começa a ver a situação da prática e da teoria e aí, você ouve um erro, e aí acontece uma situação do polícia que cometeu um erro aqui fora. Aí você vai pôxa, mas será que ele não tinha conhecimento disso. Fica até a dúvida, porque muitas das vezes, o cara não tem conhecimento da lei, ele, vamos supor, ele sabe que aquilo que ele está fazendo tá errado, mas ele não sabe o tamanho da consequência daquilo. Tem muito polícia que quando faz, comete tortura aí, e não sabe que é crime inafiançável. Entendeu o que eu quero dizer? O cara faz aquilo. Ele acha que tá fazendo bem, ele acha que é normal. Acha que ele tá fazendo o certo. Não, eu tenho que buscar a informação desse cara, ele tem que me dar a informação desse tal fulano. Ele tem que me dizer, onde tá o Linho. Vamos dizer, pega um cara que é do bando do Linho , e ele vai queimar o pé do cara, vai tacar fogo no cara, vai fazer qualquer coisa pro cara dizer onde tá o Linho, e isso é tortura”. (Sargento, 18 anos na PMERJ)

Além dos *tipos ideais* já mencionados, o sargento vai além em sua declaração, dizendo que existe uma dificuldade real de quem está na atividade fim, *no combate*, conseguir adentrar o universo da “atividade meio” que, segundo ele, exige estudo e sobretudo muita leitura o que não é hábito comum de quem está na ponta da linha da atividade policial.

⁵⁹ No caso da PMERJ este aspecto fica evidenciado quando se avalia a trajetória de ascensão de um profissional da atividade meio e um da atividade fim. Em geral, quem está internamente é promovido mais rapidamente. Por se tratar de uma promoção que se baseia fundamentalmente no “merecimento”, abre-se um

Por mais paradoxal que seja, a atividade de polícia ostensiva, à luz das representações retiradas do universo das praças, aponta para um saber que de modo algum é textualizado ou que se utiliza da “tecnologia do intelecto”. Digo paradoxal, porque se falo de PM estou me referindo a uma instituição que está envolvida por manuais, regulamentos, regimentos, notas de instrução, além dos Códigos e Constituição Federal, ou seja, onde sua missão, procedimentos, normas e condutas estão mediadas pelo texto escrito, que “no mundo real”, não são conhecidos ou não são utilizados⁶⁰.

Outra importante questão remete à relação Policial Militar x Cidadão. Segundo o argumento aqui exposto, quanto mais próximo o policial atua do cidadão, menos qualificado ele é, já que os mais qualificados, os chamados “intelectuais” estão na atividade meio⁶¹. Ora, novamente, é possível constatar que o que está em jogo a todo momento é a idéia de “pronto emprego para a guerra; para o combate; para a eliminação do inimigo e sobretudo, para supressão dos conflitos”. Muniz analisa que neste desenho de polícia ostensiva, seus operadores estão invariavelmente numa posição reativa, esperando chegar até eles “o mal que precisam combater”. Logo, a perspectiva de uma polícia mediadora ou que previna os conflitos não aparece neste tipo de discurso. (Muniz, 1999)

As citações, acima destacadas, apontam para um profissional de polícia ostensiva em que o corpo físico é mais valorizado do que uma mente qualificada. Mais uma vez, faz-se menção a uma prática que é informada em valores distantes daqueles que foram previamente pontuados no expedientes regulatórios das atividades policiais. (Kant de Lima, 2003).

“...a atividade meio é um processo de conhecimento, uma área de conhecimento, tem muita gente que fala que o polícia(da atividade meio) é bundão, que o polícia é um covarde, que é frouxo... Porque não tá lá rua fazendo o combate. Porque tem muitos companheiros que dizem que a atividade meio é pra Fem (Policial Feminina), né? Tem muitos colegas que falam isso...”
(sargento, 18 anos na PMERJ)

espaço para a interpretação e, portanto, manipulação deste critério por quem está na posição de mando, já que não se trata de critérios claramente definidos e difundidos, estando a cargo de uma comissão a “avaliação”.

⁶⁰ Uso o termo “tecnologia do intelecto” no sentido dado por Goody (1988)

Como nesta lógica, o que é valorado para atividade fim é a aptidão física, a atividade meio transforma-se no *locus* privilegiado para aportar as mulheres policiais militares, remontando ao velho e conhecido estereótipo de que a mulher tem mais habilidade para atividades administrativas em virtude de sua aptidão para a organização, seu zelo com ambiente e sobretudo por ter um corpo “frágil” que lhe impossibilita atuar nas ruas⁶².

Retornando ao quadro que explica o fluxograma, apresento uma lista de siglas que retratam algumas das modalidades de Policiamento Ostensivo existentes num Batalhão Operacional. Logo de início temos o POG – Policiamento Ostensivo Geral ou, simplesmente, PO, ou policiamento à pé. Neste caso, este tipo de atividade policial apresenta-se como a primeira experiência para um soldado recém-formado.

Veja o que um soldado fala de sua experiência nesta função:

Olha só, no serviço de PO você vivencia vários problemas; vivencia ali assaltozinho; Você vivencia uma senhora precisando atravessar a rua porque o sinal não fecha e se fecha, fecha pouco tempo. Você atua na medida do possível você vai atuar. Mas vivenciar mesmo é mais serviço de RP, e mais serviço de DPO. Que você vive mais intensamente o fator policial militar. O serviço de rua, não vou dizer que você não troque tiro num PO, troca! Mas só que é bem, bem mais difícil. Você faz o serviço ali mais de servir a população ali em problemas, em pequenos probleminhas. (Soldado, 04 anos na PMERJ)

O jovem soldado de 24 anos, 04 deles na PM, analisa que o PO é um serviço de menos prestígio, já que muito raramente um policial irá trocar um tiro “tirando PO”. Este é um trabalho que não faz o policial “experimentar emoções fortes”; para os “operacionais”, isto seria um verdadeiro martírio.

Quando estava organizando o material de campo, relacionado às modalidades de policiamento ostensivo, resolvi contatar alguns de meus interlocutores mais próximos a fim

⁶¹ Isto não quer dizer que os policiais da ponta da linha não são qualificados, apenas o grupo se representa valorando os pertencentes à atividade meio a partir da capacidade intelectual e aqueles do mundo da rua a partir da aptidão física e disponibilidade para o *combate*.

⁶² No Brasil, diversas polícias militares estaduais aplicam em suas modalidades de policiamento ostensivo, seu efetivo feminino. Já, no Rio de Janeiro, as mulheres estão concentradas, em sua esmagadora maioria, na atividade meio. Está em fase de conclusão uma ampla pesquisa sobre o impacto da participação das mulheres policiais militares no Brasil sob a coordenação da Profa. Barbara Musumeci Soares – CEMERJ/UCAM.

de confirmar algumas informações e levantar outras que não pareciam muito claras ainda. Combinei então um encontro para que pudéssemos conversar um pouco mais. Como sempre, lá vinha eu cheia de dúvidas e papéis para abusar da enorme paciência das praças em me ajudar a entender este complexo mundo de siglas. Quando cheguei no local combinado, encontrei um dos sargentos com um texto na mão, e me disse: “resolvi adiantar o trabalho para você, depois dê uma olhada”. Agradei prontamente e comecei junto com outros sargentos a montar um verdadeiro mosaico sobre as possibilidades de emprego do efetivo de praças nas ruas do Rio de Janeiro.

Quando cheguei em casa e pude ler com calma a carta preparada pelo sargento, me dei conta que ela explicava mais do que eu poderia tentar fazer a partir de tudo que recolhi. Foi então que lhe pedi autorização e passo a reproduzi-la na íntegra:

“Identificamos as seguintes unidades como as mais ‘operacionais’ por estarem em constante combate ao crime (áreas conturbadas):

*1º -BPM - Estácio
3º BPM - Méier
6º BPM - Tijuca
9º BPM- Rocha Miranda
16º BPM- Olaria
17º BPM – Ilha do Governador
22º BPM – Complexo da Maré*

Um PM ‘novato’ quase sempre vai ser deslocado para o POG – Policiamento Ostensivo à pé, dependendo do Batalhão pode ficar meses nesse serviço, depois, pode passar para uma escala de 24 x 48, em locais que a maioria dos “mais antigos” não querem trabalhar: ex: guarda no quartel, Interdições, Presídio... se este “novato” tiver padrinho e dependendo do Comandante, pode-se trabalhar em serviços mais dinâmicos, do tipo: RP – Rádio Patrulha, PATAMO – Policiamento Tático Motorizado – GEAT- Grupamento Especial de Ações Táticas, PPC – Posto de Policiamento Comunitário, Trânsito e etc...

Após dois anos de serviços, o então “ex-novato” começa a se questionar e a contestar a Instituição, devido a inúmeras situações por ele vividas: horários rigorosos para assumir o serviço(sob pena de detenção ou atraso) e sem tanto rigor no horário da saída, máquina administrativa emperrada(se quiser agilidade...propina), mandos e desmandos, corrupção, descaso com o profissional, má alimentação (rancho), em suma, dificuldades materiais e propositais, esta última é a que mais incomoda e revolta, então o policial começa naquele discurso amplamente conhecido:

- Meu chefe, não adianta que nada vai mudar!!*
- Do que valeu estudar 06 ou 07 meses, pra quê?*
- O negócio é deixar passar o tempo...*
- Eles fingem que me pagam e eu finjo que trabalho*

E assim prossegue a vida deste policial que só vislumbra dois caminhos: o do “cair pra dentro” e o do “deixa eu me esconder aqui que tá bom”.
(Sargento, 20 anos na PMERJ)

Além de fazer um mapeamento geográfico sobre as áreas mais conturbadas e que exigem mais esforço “operacional” da PM, o sargento sinaliza também para o desprestígio do Policiamento à pé e aponta para possibilidade de se escapar deste tipo de atividade a partir das relações informais que atravessam a hierarquia impondo novas possibilidades de rearranjos institucionais⁶³. Este desprestígio dialoga diretamente com a “baixa visibilidade” do trabalho policial de ponta, tanto a pé, como motorizado. Assim, desde a atuação preventiva e dissuasória até uma intervenção repressiva, permanece invisível aos olhos da corporação e aos próprios olhos dos operadores de polícia, a dimensão complexa do trabalho policial, culminando com a total falta de reconhecimento, até mesmo dos próprios cidadãos. (Muniz, 1999)

Dentre a lista de reclamações e descontentamentos, chamam atenção os caminhos apontados pelos sargentos e que de certo modo remontam à problemática até então aqui apresentada. Por um lado, o policial pode optar “por cair pra dentro”, e isto significa exercer sua operacionalidade da forma que lhe convier, tentando obter reconhecimento e capital simbólico junto ao seu grupo. Por outro lado, tem-se a opção “deixa eu me esconder aqui que tá bom” ou “finge que eu não te vejo e você finge que não me vê”, tentando esforçar-se em “tirar os seus anos de polícia” sem grandes transtornos ou sobressaltos, da forma mais imperceptível possível.

No encontro que fiz com os sargentos que me auxiliaram na montagem deste amplo painel de possibilidades, percebi que estavam reunidos sargentos que atuavam na zona sul, zona norte, Niterói e Baixada Fluminense e, rapidamente, ficou evidenciado que os códigos, principalmente informais, e as percepções sobre a idéia de polícia ostensiva, eram diferentes entre eles. Cabe sempre lembrar que ao falar de policiais militares, não se pode perder a noção de que este é um universo heterogêneo, refletindo a própria heterogeneidade de nossa sociedade. Sendo assim, cada Batalhão acaba tendo sua cultura própria, fruto da interação de seus operadores com a população local. É comum ouvir “cada Batalhão é uma polícia”.

⁶³ Tratarei sobre o compadrio no tópico acerca do militarismo.

Logo, é possível perceber diferenças entre os policiais, seja através da linguagem, seja na relação com o cidadão. Isto não exclui a existência de questões gerais que perpassam todos os diferentes grupos policiais, Tentei até então explicitá-los:

...pra nós, ocorrência assintencial é feijoada, na baixada é fubá, no interior angu...mas tudo quer dizer a mesma coisa...
(Soldado, 04 anos na PMERJ)

“no interior é diferente, os caras são mais meigos, amigos, mais camarada, na baixada o cara acha que é o bam, bam, bam, e aqui na zona sul é diferente, a gente é visto como porteiro da elite, na baixada respeitam mais...”
(Sargento, 18 anos na PMERJ)

Esta representação de que cada unidade policial tem sua dinâmica própria já foi identificada por Kant de Lima na polícia civil carioca que também anuncia que “cada delegacia é uma delegacia”, remetendo mais uma vez a idéia de que as instituições de segurança pública são divididas em “mini-feudos” com sua lógica própria, sua ordem de prioridades, além de ser composta por integrantes que necessariamente devem estar afinados com a “orientação” de seu chefe ou comandante. (Kant de Lima, 1985)⁶⁴

3. 5- Rádio Patrulha – “a verdadeira escola de Polícia”

Tentei retratar no item anterior as diversas modalidades de policiamento ostensivo e os possíveis caminhos que os policiais, sobretudo praças, podem ter num Batalhão Operacional. Obviamente estas não são as únicas possibilidades de emprego dos policiais, mas já são suficientes para compreender um pouco melhor a dinâmica de atuação destes profissionais. Dentre as modalidades previamente descritas, uma delas aparece na narrativa dos policiais como a “verdadeira escola de polícia” e, sendo assim, passou a ser de meu interesse entender com mais profundidade esta escola em cima de quatro rodas, a velha VTR, ou melhor viatura.

As chamadas Rádio Patrulhas ou RPs, são viaturas, (veículos populares) que não possuem compartimento para xadrez como existe na PATAMO(veículo tipo Blazer) . A idéia é que este tipo de policiamento ostensivo motorizado esteja voltado para o atendimento inicial

das ocorrências mais comuns e; para tanto, seu serviço é interligado com o Centro de Operações da Polícia Militar (190) a fim de que as chamadas recebidas sejam repassadas para a RP mais próxima do local da ocorrência. Aqueles que atuam nas RPs são chamados de “Patrulheiros”⁶⁵.

Como dizem os policiais militares, existe um “mito de que a RP é a verdadeira escola de polícia” e isto acontece justamente em virtude do objetivo de seu trabalho que é estar a postos para o atendimento de qualquer demanda que possa aparecer no setor de patrulhamento. E que tipo de demanda seria esta?

“eu acho que o serviço essencial da polícia é a patrulha. A RP. É onde você aprende os códigos, porque você está de frente para a ocorrência. A RP é Rádio Patrulha. Então, você atende todos os tipos de ocorrência, ocorrência de trânsito, é assalto, é ocorrência de assistência...todo tipo de ocorrência aparece. Então, você age em todos os setores dentro da polícia, em todas as atividades, e ali você só não vai ser profissional se não quiser, não tem como não ser profissional, entendeu!?. Você vai em troca de tiro, vai numa assistência, vai numa batida de carro, você aprende tudo. Não tem coisa melhor. A rádio patrulha é a verdadeira escola de polícia”. (Sargento, 21 anos na PMERJ)

“você trabalha ali em conjunto com Maré Zero(centro de comunicações). Ali você recebe todo tipo de serviço. Ali você pega filho que tá batendo em mãe. Você pega cadáveres. Você pega carro roubado, você pega carro com volume alto, que você tem que chegar lá saber conversar, procurar quem é o proprietário. Conversar com ele pra ele desligar o volume. Aí porque ele tá no meio da patotinha dele, ele de certa forma quer crescer pra cima de você. Você tem que saber levar no jogo da cintura. Porque aí, você, você por uma ocorrência fácil de você desenrolar, fácil de você conduzir, acaba que você complica. O serviço que você mais aprende a vida do Policial Militar e o da RP. Você vivencia “n” problemas. Vem de tudo, vem a feijoada...A gente usa até esse termo mesmo, isso é feijoada!!! É briga de casal, Sexta e Sábado é dia certo de acontecer esses tipos de feijoada. Todo tipo de problema....” (Soldado, 04 anos na PMERJ)

É justamente a RP, tanto para o jovem soldado, quanto para o experiente sargento, que é capaz de apresentar “n problemas para se resolver”. Logo, é a quantidade de ocorrências das mais diversas possíveis que possibilita um policial aprender a “fazer polícia”. Na narrativa do soldado aparece o velho jargão policial que é a “feijoada”, aquilo que não pode ser classificado como “combate ao criminoso”, mas que se traduz na briga de vizinhos, na violência doméstica contra mulher, contra crianças e adolescentes, é o latido do cachorro, é

⁶⁴ Na Polícia Civil também é recorrente o uso do termo “feijoada” para designar aquilo que não é valorado como “trabalho de polícia”. Ver Kant de Lima (1985) e Poncioni (1995)

⁶⁵ Termo também utilizado para designar quem trabalha no Policiamento Ostensivo Geral – POG.

a festa que já passou da hora de acabar... é o mundo do assistencial e do diverso que insiste em bater na porta da PM, traduzindo-se em aproximadamente 70% da natureza do trabalho policial⁶⁶.

Segundo o argumento do soldado, o trabalho da RP leva o policial a aprender a ter *jogo de cintura*, porque a sua demanda de trabalho chega via 190 e, assim sendo, há algum cidadão que fez a solicitação e que quer ver o caso solucionado prontamente, até porque no momento da atuação policial este cidadão pode estar em algum ponto observando o desenrolar daquela “ocorrência”.

Esta preocupação apontada por este soldado, nem sempre confere com a prática. Em muitos casos, os policiais, ao invés de mediar os conflitos, tornam-se protagonistas dos mesmos, levando “a ocorrência cair por terra”, como eles mesmos pontuam.

Pude ouvir diversos casos contados em sala de aula, onde as praças assumem que uma ocorrência simples tornou-se num verdadeiro pesadelo, quando um ou mais colegas de RP ou guarnição envolveram-se nas ocorrências que deveriam encaminhar.

*“Tem que ter jogo de cintura pra tudo. Você não pode deixar nunca de perder o controle da situação. Porque teve alguém ali que se sentiu prejudicado e ligou 190. E quem tá ali pra manter a ordem é **Você!** que é a polícia militar...”*
(Soldado, 04 anos na PMERJ)

Em geral a RP é composta por dois policiais, sendo um o comandante e o outro o seu auxiliar. Na maioria das vezes, o “mais moderno” está ao volante para que o “mais antigo” possa ter mobilidade para “observar a rua”. Esta é portanto, a dinâmica de entrosamento numa viatura de Rádio Patrulha.

Como colocam os policiais, este entrosamento se traduz num “casamento”, já que em muitos casos, passa-se mais tempo com o colega de trabalho do que com a própria família.

⁶⁶ Ver Muniz(1999), Moraes(2000) para uma análise comparativa dos dados da PMERJ e da Central Disque-Denúncia e Ramos(2001).

“Tem que haver porque senão não dá certo essa sintonia. Se você parar pra ver você tá mais tempo com aquela pessoa do que com qualquer outra pessoa, se bobear. Você passa doze horas por dia com aquela pessoa. Quem você passa tanto tempo assim? Mais do que mãe, que as vezes você tá em casa, você tá dormindo. Você não tá convivendo aquele dia - a - dia. você tá encostando o corpo. As vezes você, ali, a brincadeira que existe na tropa é que ali tem que ter uma sintonia. E muitos dos casos ali um vira padrinho... É um casamento. É o termo que se usa. Aí, um vira padrinho do outro. Aquele ali vira companheiro pra farra na saída. Aquele ali vira, vira confidente. Aquele ali vira tudo. Vira tudo. Porque você às vezes conversa mais com ele do que com qualquer outra pessoa da vida familiar” (Soldado, 04 anos na PMERJ)

“....Tem uma outra vantagem, se a gente concordar com o seguinte nós somos pessoas diferentes, nós temos pensamentos diferentes, então se a gente trabalha uma semana, 1 mês; eu aprendo a te conhecer e você aprende a me conhecer. Nós somos dois, ou de repente 3, então você depois de 3, 4, 5 meses, 1 ano trabalhando aquela equipe ali, trabalhando com 3 homens, um já tem mais ou menos a idéia, de como um vai se agir naquela situação, e nós somos uma equipe, então nos temos que ter, além daquilo que está previsto na Lei, temos que ter uma conduta entre nós, e você há de convir, que uma guarnição com 15 pessoas diferentes, fica mais difícil.” (Sargento, 18 anos na PMERJ)

“Existe essa integração, a gente se conhece no olhar, por exemplo eu trabalhava na rádio patrulha, quando eu trabalhei, nós éramos três, eu cabo e 2 sargentos não é, então a gente já se conhecia com o tempo de trabalhar junto, só no olhar, o que a gente tinha que fazer ou não fazer, não precisava ele chegar para mim e dizer: fulano é isso o que tem que fazer. Eu já sabia o que tinha que ser feito, porque, o olhar dele para mim, eu já sabia. Posso fazer isso, não posso fazer isso, tenho que fazer, não tenho que fazer, a gente já se conhecia assim, só no olhar, e acontece muito se você não trocar o patrulheiro da rádio patrulha, você tem essa interação, com o tempo você adquire isso, essa integração, essa amizade, essa irmandade. Quando você não gosta de trabalhar com o cara, você chega no teu superior e fala, o Coronel, o Capitão eu não quero trabalhar mais com fulaninho não, os modos dele não está de acordo não, não quero trabalhar com esse cara não, então ou ele tira, você, se ele acharou ele tira o cara, depende da ótica dele.” (Sargento, 20 anos na PMERJ)

Nas três citações em destaque aparece uma mesma questão, que é a necessidade de *sintonia/integração* para o “sucesso” do trabalho em equipe. Neste tipo de atividade, *integração* remete a uma compreensão da linguagem corporal e gestual,. Não é preciso falar para que seja entendido o recado, um olhar pode dizer mais do que dez palavras. É justamente neste momento que se abre o espaço para a construção dos códigos informais que serão compartilhados pelos operadores, que farão parte de uma mesma guarnição (equipe). Estes atores são socializados a partir de uma comunicação não verbal, onde aquele que não dominar minimamente tais recursos, não poderá fazer parte daquele grupo.

3. 6 - Militarismo à PMERJ – um debate sobre hierarquia

O militarismo à PMERJ, isto é, o militarismo a partir da representação das praças, difere-se em muito do chamado “militarismo do exército”. Comecei então a perceber que no momento em que iniciava um diálogo com algum praça, ele sempre buscava pontuar as diferenças entre “os militarismos”. Fruto também do perfil de alguns interlocutores que antes da experiência na PM passaram pelas Forças Armadas e por isso anunciavam possuir parâmetro comparativo por já ter vivido nos dois ambientes.

Um dos principais pontos diz respeito à análise de que o universo do exército é de um “militarismo genuíno” fato que não ocorre na PM. Assim, as praças sinalizam para uma instituição que tem a marca do militarismo, mas aonde este se constitui de forma híbrida e portanto, muito diferente do militarismo praticado no Exército. Mas o que haveria de tão diferente assim? Muitos apontam que a grande questão está no exercício da hierarquia e que, no caso da PM, se “usa para prejudicar o inferior/subordinado” ou simplesmente quando convém.

Não se pode esquecer que, ao recortar como objeto empírico o universo de praças, me vejo diante das repetidas demonstrações de descontentamentos em relação aos oficiais, que são representados, salvo algumas exceções, como “aqueles que nada sabem sobre como ‘fazer polícia’ , sendo então, policiais de gabinete”. É óbvio que isto não é uma constatação real, porém, é preciso sinalizar para a distância ainda existente entre o mundo das praças e o mundo dos oficiais, fruto da estrutura burocrato-militar adotada pela PM, que se configura numa hierarquia segmentada em dois grandes círculos que, em tese, foram feitos para permanecerem isolados.

Quando digo em tese, estou me referindo ao fato de que há sim, os chamados “grupos dos comandantes” que atuam de forma transversal pela estrutura hierárquica formal, fomentando relações informais entre praças e oficiais, tanto para atuação no mundo das

ruas quanto no mundo intramuros. O que pesa, então, é o capital simbólico acumulado por estes atores⁶⁷.

“ Existe uma pequena diferença, ... porque o Exército dá um militarismo mais militarismo mesmo, eles te cobram muito mas te ensinam muito. Eu acho que o militarismo no Exército é muito mais camarada, ele te cobra mas ele te entrega uma situação O cara tá te cobrando, mas ele é teu parceiro, ele tá ali contigo. A polícia é muito individualista, é um militarismo meio que mascarado, entendeu? Não tem comparação com o militarismo do Exército.”
(Sargento, 18 anos na PMERJ)

Um “militarismo mascarado” pode ser compreendido a partir da idéia de que as regras neste jogo não são explicitadas e de modo algum são para todos. Sendo assim, é preciso pertencer a algum grupo para que se consiga ascender profissionalmente.

Este ambiente difuso, onde cada um se associa da melhor forma que conseguir, produz um outro fenômeno, que é o da desconfiança entre os pares. Neste caso, o saber torna-se um capital de poder, que em algum momento, pode ser utilizado para benefício próprio, criando, assim, um ambiente de desconfiança entre aqueles que dele participam.

“É uma das coisas que eu busco entender na polícia é isso, essa dificuldade, polícia não se relaciona muito, não se são muito amigo polícia, exceto assim, aqueles que trabalham há muito tempo, guarnição, aí formam amizade. Mas na polícia, é um dos fenômenos, que eu pesquiso, que eu tenho visto, tenho observado, há bastante tempo é isso, pessoal trabalha com o outro a 10, 15 anos não vai à casa do outro, não conhece a esposa um do outro, quer dizer raros são os casos, e a gente ouviu isso por aí. Levar polícia na minha casa iiiih, nada meu irmão. Um dia o cara ainda falou, eu não tenho amigo não, eu tenho companheiro de trabalho” (Sargento, 23 anos na PMERJ)

“Praças, não vou dizer amigo, tenho colegas, não vou colocar essa palavra, amigo na polícia, que é complicado, lá no exército, eu tenho amigos até hoje...”
(Sargento, 18 anos na PMERJ)

Outro ponto diz respeito a inversão da hierarquia na prática do policiamento ostensivo. Nem sempre o comandante de uma operação ou de uma guarnição é o que na prática comandará uma ocorrência. Neste caso, pode haver uma inversão dos postos de comando, na medida em que o que está em jogo é o domínio do local onde está se atuando ou do tipo de ocorrência em que se está envolvido. É possível analisar então, que o que vale nesta organização do “mundo prático” é o “capital empírico” daqueles que participam do evento; isto é, aquele que domina os becos de uma favela, ou que já participou por inúmeras vezes

⁶⁷ Idéia também trabalhada por Rodrigues da Silva (2002)

de uma determinada situação, este assumirá o comando informal da operação. Digo informal, porque caso haja algum problema no desenrolar da ocorrência, o superior hierárquico é que assume a responsabilidade dos erros.

“Olha no geral, se tiver que ser tomada alguma atitude em relação à ocorrência é o mais antigo, quem tem a maior patente, mas na prática, por exemplo, uma incursão na favela de Acari, pô o soldado fulano, tem conhecimento de adentrar na Favela Acari, então o Tenente Ciclano, vai falar para o soldado fulano: olha soldado você vai na frente, você vai informando ai como é que funciona, então, há essa, mas se der alguma M, quem vai segurar vai ser o Tenente, porque ele vai ser responsabilizado, porque ele deixou, mesmo sabendo que o soldado não poderia fazer aquilo, dentro do regulamento quem tem que ir a frente é ele, mas, tornou-se uma postura não é, para tentar ajudar aquela operação, eu não conheço, eu não tenho que ir na frente, quem tem que ir é o que conhece.”
(Sargento, 19 anos na PMERJ)

“... eu acho que a hierarquia, hoje em dia, na área de Segurança Pública, atrapalha demais, parece que eles ficam brincando de soldadinho de chumbo com a gente. Morre polícia todo dia, morre polícia todo dia. A gente não é organizado, está ai, está morrendo todo dia, oficial se matou o colega é homicídio culposo, se é o praça é doloso e vai sair a cara do praça no jornal....”
(sargento, 19 anos na PMERJ)

Já dizia em outra passagem sobre as relações de *compadrio* existentes na PMERJ que se tornam visíveis não só na dinâmica de promoções, mas também no emprego do policial numa determinada escala de serviço ou num determinado posto de trabalho. Assim, quem pertence algum grupo informalmente estabelecido consegue obter vantagens pelo simples fato de estar aliado a um padrinho, como já diz o ditado popular; “quem tem padrinho não morre pagão”.

Vale ressaltar que estas relações não formam uma *rede*, entretanto, podem ser entendidas como “malhas”. Kant de Lima analisa que diferentemente de uma *rede* que tem um indivíduo como seu articulador, as “malhas são construídas, a partir das relações que são comuns a todos os membros da malha”, não havendo um único indivíduo, mas um grupo que se articula tentando legitimar e exercer poder dentro da organização policial. (Kant de Lima, 1985, p.69 a 75)

3.7 – O mundo relacional das praças

A obra de Bourdieu configurou-se como fundamental para a análise que me propus fazer, sobre a construção do saber prático entre as praças da PMERJ. Sua reflexão em torno de uma teoria da ação possibilitou-me visualizar teoricamente as principais questões empíricas levantadas em minha etnografia.

Uma das áreas de interesse do autor, remete-se a uma filosofia da ciência que ele chama de *relacional*; anuncia então que este campo de conhecimento está condensado em certos conceitos como *habitus*, *campo*, *capital*, tendo como ponto fundamental “a relação de mão-dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (*do habitus*)”. (Bourdieu, 1996, p.9 e 10)

Seu investimento científico consiste em “capturar a lógica mais profunda do mundo social”, recortando a particularidade de uma realidade empírica a fim de construí-la como “caso particular do possível”, sendo assim, o recorte de um determinado objeto deverá ser entendido como “uma figura em um universo de configurações possíveis”. Sinaliza que esse é o interesse, por exemplo, da antropologia comparada, “cujo objetivo é apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada”. (Idem, p. 15)

Para se entender uma determinada realidade é preciso compreendê-la de modo *relacional*; isto quer dizer que qualquer que seja o grupo estudado, ele está circunscrito num espaço social que se caracteriza por uma determinada situação e uma determinada prática. Assim, o espaço social “é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são distribuídos em função de sua posição” neste espaço. Vale salientar que para o autor, esta posição é distribuída entre os integrantes de um grupo, a partir da *distinção* que se faz entre eles. Neste caso, *distinção* em nada tem a ver com uma qualidade inata (distinção natural), sendo, todavia, de uma construção social. Logo, o sentido de *distinção*, para o autor, assemelha-se a idéia de *diferença*, como uma propriedade *relacional*. (Bourdieu, 1996, p. 18)

A noção de espaço contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ela afirma, de fato, que toda a “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos. (Bourdieu, 1996, p. 48)

Como vimos, a noção de *habitus* torna-se fundamental para a elaboração teórica de Bourdieu. Mas no que consiste esta noção?

Para o autor, *habitus* seria “um princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionadas de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas”. Assim, os *habitus* são ao mesmo tempo diferenciados mas também diferenciadores, são operadores de distinções e conseqüentemente geradores de práticas distintas e distintivas. Neste sentido, são as distinções que são produzidas num determinado espaço social que se transformarão em signos de distinção, retratada numa visão de mundo particular. Sendo assim, “o espaço social é a realidade primeira e última que comanda até as representações sociais”. (idem, p. 27)

O *habitus* é um corpo socializado, estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação desse mundo. (Bourdieu, 1996, p. 144)

O espaço social é descrito por Bourdieu como um *campo*, campo de forças e de lutas entre os atores que se encontram envolvidos nele; as lutas ocorrem de acordo com a posição que cada ator ocupa no *campo*. Interessante é perceber que, para que se forme um grupo, é preciso que haja um trabalho simbólico de *constituição* ou de consagração, necessário para que haja união entre os atores através da imposição de nomes, siglas, signos de adesão entre outros. Bourdieu salienta que as disposições e interesses associados às posições de cada ator no campo, farão com que seus integrantes se reconheçam mutuamente. (Bourdieu, 1996, 2000)

Outro ponto fundamental da teoria de Bourdieu nos remete ao entendimento de que a dinâmica do espaço social está apoiada numa *ordem simbólica* imposta ao conjunto de atores que, pelo menos, na aparência são coerentes e consonantes com as estruturas objetivas do mundo social.

Esta dinâmica está associada ao *capital simbólico* que é percebido, entendido e reconhecido pelos agentes sociais, a partir das categorias de percepção que são desenvolvidas no seio de um grupo social, isto é pelo conjunto de crenças/”verdades” que um determinado grupo compartilha, que faz um determinado grupo se representar ou ser representado a partir de algumas estruturas cognitivas. (Bourdieu, 1996, 2000)

Outro importante postulado tratado por Bourdieu e que dialoga intimamente com a proposta do trabalho aqui apresentado, diz respeito ao “princípio da razão suficiente”⁶⁸, isto é, “que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente e, algo que possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos.” (Bourdieu, 1996, p. 138)

Ora, isto nos remete a reflexão de que ao mergulhar na Policial Militar do Rio de Janeiro, recortando o universo de praças, estamos falando de um grupo social que constrói de modo *relacional* a sua *razão*. Este mesmo universo não pode ser entendido como um bloco homogêneo, já que se configura como um campo de forças entre os grupos que dele fazem parte. De outro modo, a riqueza deste objeto está em apresentar, através de suas relações implícitas que há uma lógica própria, coerente com a visão de mundo das praças e que esta lógica traduz-se numa prática. Bourdieu analisa que “a prática tem uma lógica que não é da lógica e, conseqüentemente, aplicar às lógicas práticas a lógica é arriscar destruir, através dos instrumentos que utilizamos para descrevê-la, a lógica que queremos descrever.” (idem, p.145)

⁶⁸ Segundo o autor, esta noção foi cunhada pelos filósofos clássicos .Ver Bourdieu (1996) em especial capítulo 4.

A partir desta perspectiva sociológica procuro demonstrar, através dos dados etnográficos, que “o mundo das praças” é construído e se constrói numa relação constante com o “mundo dos oficiais” e com o “mundo da rua”. Já sinalizava que não se pode analisar antropologicamente a PM do Rio como sendo composta por dois grupos estanques (oficiais x praças), mas sim, à luz do entendimento de que a instituição policial é formada por diversos grupos que atravessam a hierarquia formal e que criam e recriam sua lógica de atuação.

“cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que do ponto de vista de um outro pode parecer desinteresse...” (Bourdieu, 1996, p. 149)

Neste debate sobre uma teoria da ação a partir da noção de habitus fica evidenciado que entre os policiais militares existe uma relação de trocas maussianas que se opõem radicalmente à idéia restritiva de uma troca econômica do tipo “toma lá dá”. Há, sim, uma troca simbólica, que gera em grande parte uma dominação simbólica, como vimos na relação entre instruídos x intruídos no CFAP, assim como entre “mais modernos” x “mais antigos”, ou entre “bola de ferro” e o seu superior.

Há, neste contexto, um “mercado de ações simbólicas que traduz-se em lucros simbólicos, passíveis de serem convertidos em lucros materiais....”. (Bourdieu, 1996, p. 169)

Logo, o objeto desta investigação, obedece a um certo “sentido de jogo” onde para se “compreender suas práticas é preciso reconstruir o capital de esquemas informacionais que lhes permite produzir pensamentos e práticas sensatas e regradas sem a intenção de sensatez e sem uma obediência consciente de regras explicitamente colocadas”. Neste caso, são as regras implícitas que irão organizar a visão de mundo das praças da PMERJ. (Bourdieu, 1990, p. 97)

O habitus das praças faz com que estes atores comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias; só que estes comportamentos não podem ser compreendidos como fixos e altamente previsíveis. Como bem pontua Bourdieu, as

condutas geradas pelos habitus estão intimamente ligadas ao fluido e ao vago, que se traduz na lógica prática, lógica esta que “é definida pela relação cotidiana com o mundo”. (idem, p. 98)

“A lógica da prática é ser lógico até o ponto em que ser lógico deixaria de ser prático” (Bourdieu, 1990, p, 100)

Guedes ao estudar a construção dos trabalhadores sinaliza que o modo de aprender a ser trabalhador, se dá no momento em que espaços sociais são compartilhados. Neste caso, o ato de aprender não remete necessariamente a uma pedagogia, mas sim a vivência de uma prática que começa a desencadear o papel que cada agente irá ocupar. (Guedes, 1997, p. 169)

No caso, estudado pela autora, havia uma oposição distintiva entre “saber prático” x “saber teórico” que encobria uma série de hierarquizações realizada nos mais diferentes níveis. O poder está relacionado ao *fazer* e por isso o “saber prático” nega ou coloca-se como sendo incompatível com o “saber teórico”. (idem, 198)

Propondo um paralelo deste estudo com o meu objeto de pesquisa, verifico que, assim como *os trabalhadores* das classes populares, as praças constroem sua identidade valorizando o *saber prático* acumulado nas experiências de rua, ressaltando que aqueles que não *vivenciam* a “prática policial, não fazem polícia”, são apenas “policiais de gabinete”. Isto não quer dizer que, no conjunto das relações sociais, aqueles da ponta da linha sejam valorizados; pelo contrário, como pude demonstrar, a lógica do *status* é invertida no interior da instituição.

Monjardet, em seu estudo sobre “profissionalismo e mediação da ação policial” na França, possibilitou-me uma visão comparativa, em que o aparelho policial, qualquer que seja ele, “é composto por diferentes segmentos” e que numa organização de grande escala como uma polícia urbana/ostensiva ou de ordem pública, a orientação oriunda da cúpula “sofre consideráveis remanejamentos práticos, de tal modo que os resultados obtidos têm constantemente uma relação longínqua com os objetivos inicialmente visados (Monjardet, 2001, p.8)

Outro importante argumento do autor que dialoga muito proximamente com os meus dados empíricos sobre as praças da PMERJ, refere-se à idéia de que o policial da ponta possui uma autonomia prática, que nem a regra, nem a hierarquia, pode enquadrar inteiramente. Isto é, a moldura formal não encontra ressonância na dinâmica das relações cotidianas. O autor salienta ainda que na polícia é facilmente percebida a existência de uma “inversão hierárquica”, na medida em que as relações policiais são baseadas em informações e que estas são adquiridas pelos policiais da base, que filtram aquilo que desejam retransmitir para a organização. Neste caso, “cada nível hierárquico é bastante dependente da quantidade e da qualidade da informação que o escalão subordinado lhe comunica”. Causando uma relação de interdependência não só material mas, sobretudo, simbólica entre os grupos que compõem o universo policial. (Monjardet, 2001, p. 9)

Muniz também sinaliza que “na polícia militar, o recurso ao arbítrio e a regularidade da sua utilização se ampliam na razão inversa da estrutura hierárquica”. Deste modo, a dinâmica do “fazer ostensivo” cria na prática um espaço de decisão, sobretudo, para os policiais da ponta que precisam agir diante das mais diversas situações que são ou que virão a ser “caso de polícia”, assim, o desafio está em equilibrar-se entre legalidade e legitimidade. (Muniz, 1999, p. 269)

Estes mesmos policiais da ponta sofrem da “baixa visibilidade” de suas ações. Estudos desenvolvidos por Muniz, Monjardet, Bittner, entre outros, apontam que a ação destes profissionais, sobretudo, as de natureza preventiva e dissuasória, ficam mascaradas ou diluídas, sem que sejam percebidas como “trabalho de polícia”. Esta “baixa visibilidade” por um lado, obscurece grande parte do “fazer ostensivo” dos policiais, colocando em foco, apenas, a atuação repressiva que se traduz no “combate ao crime”. Neste caso, a “visibilidade” é fruto, apenas, da mensuração das prisões e apreensões, num claro posicionamento reativo da avaliação do trabalho policial. Logo, aquilo que deixou de acontecer por uma intervenção policial, ou pela mediação policial de algum conflito não “aparece na contabilidade”. (Muniz: 1999, Monjardet: 2001, Bittner: 2003)

Monjardet sinaliza que a instituição policial aos olhos de quem está fora dela é visto como unidade impenetrável, como se fosse uma caixa-preta; mas, ao mergulhar neste universo, percebe-se “a justaposição de ‘microfeudalismos’. Tal reflexão ficou evidenciada na representação que os policiais possuem de que “cada batalhão é uma polícia” e que cada agente irá atuar de acordo com “a filosofia do comandante”.

Outro importante trabalho que me auxiliou na compreensão de meu objeto de pesquisa, foi desenvolvido por Tiscornia, que investiu numa ampla reflexão sobre a formação dos policiais federais da Argentina, o que para nós corresponderia à PM, a polícia ostensiva⁶⁹.

A pesquisadora tem uma pergunta central, que atravessa toda sua abordagem antropológica, que é: Como se constrói o saber dos agentes da Polícia Federal argentina? Para tanto, a autora desenvolve um diálogo com Foucault no intuito de entender a construção deste saber como parte do processo disciplinador. Para Foucault, a modernidade está preocupada em produzir corpos úteis que são *disciplinados* nas escolas, na burocracia do estado, na burocracia da sociedade civil, e assim por diante. Ao falar de saber e, portanto, de sua construção, está a se falar de *poder* que é disputado em microbatalhas. No caso da polícia, existe uma disputa pela hegemonia do saber, por um lado o escolarizado, por outro o prático, isto se aplica tanto no caso do Rio de Janeiro como no argentino. Trata-se como já dizia Bourdieu, de um campo de forças.

Tiscornia salienta que a polícia está preocupada em colocar cada um no seu lugar no seu sistema classificatório e que este é um sistema que está pautado numa lógica inquisitorial, isto é, onde o dispositivo central é buscar o culpado. Para a autora, estes procedimentos organizam as ações policiais e, portanto, isto se reflete na relação da polícia com a sociedade que é marcada pela desconfiança mútua.

Kant de Lima já apontava, no contexto brasileiro, para a presença de uma lógica inquisitorial, herança de nossa tradição ibérica, atravessando as relações que são construídas no espaço público. O que se vê explicitado, não só nas relações informais como

⁶⁹ Palestra proferida pela Professora Sofia Tiscornia no IV Fórum Internacional sobre Formação Policial realizado na Universidade Federal Fluminense em outubro de 2003.

também nos expedientes legais, é que o que vale para a administração dos conflitos é a “presunção da culpa” e não a da inocência. (Kant de Lima, 1985, 1995,1996)

Tiscornia, ao mergulhar no universo de formação policial argentino, aponta também para o corpo com o espaço expressivo das marcas das mudanças. Assim, os futuros agentes passam pelo processo de incorporação das regras, que dali em diante farão parte da dinâmica da vida policial. Em outro momento, pude destacar que estas regras implícitas são as responsáveis pela organização dos futuros praças na lógica da PMERJ.

A pesquisadora salienta que “é a partir desta etapa (incorporar as regras) que se passa o conhecimento que irá modelar a prática; através das práticas durante a instrução, vai se conformando uma rede de socialização que inculca um determinado saber, saber que é imprescindível para ser polícia, para a construção dos policiais, tal sentido se veicula e alcança este estado da polícia, o comportamento tem um valor antológico, há que internalizar este conhecimento para ser um membro da polícia..” Esta socialização que visa inculcar regras e comportamentos está baseada, segundo aponta Tiscornia, na memorização exaustiva, isto é, numa “instrução” repetitiva que pretende levar o grupo, como um todo, à assimilação incondicional daquele “conhecimento”⁷⁰.

A autora faz uma discussão em torno da passagem de “indivíduo” à “pessoa” que significa dizer que “o indivíduo civil passa a ser pessoa policial no momento em que está penetrado pelo sistema social da polícia. Isto é, o aspirante não somente muda internamente entendendo o que antes não entendia, como também esta passagem afeta sua vida exterior, se estende sobre a vida cotidiana e afeta suas relações sociais. O estranhamento se converte em entendimento, o que era transformação se converte num novo estado”. (2003)

Ao tratar da Polícia Militar não se pode escapar da “hierarquia” como uma categoria que para a instituição tem um significado coercitivo responsável pela separação dos círculos de praças e de oficiais.

⁷⁰ Esta reflexão encontra ressonância no debate aqui desenvolvido, a partir das noções de “instrução” e “educação” desenvolvidas por Durkheim. (ver capítulos I e II)

A “hierarquia” enquanto categoria é valorizada pelo “mundo dos oficiais”, já que ela se materializa em instrumentos coercitivos e é simultaneamente desvalorizada pelo “mundo das praças” que enxergam nesta “hierarquia” o impedimento de sua ascensão profissional, assim como se traduzindo numa submissão e dominação.

Ora, no caso da PM é possível verificar que o conceito de *Hierarquia*, como cunhado por Dumont dá conta somente da dinâmica formal das relações policiais. Sua posição é de que a noção de *hierarquia* pode ser entendida como uma relação que se pode chamar de *englobamento do contrário*, isto é, que existe uma relação direta entre o todo e um elemento deste todo, tornando-os ao mesmo tempo idênticos e em outros opostos.

Vale destacar que Dumont está trabalhando não com a idéia de partes justapostas que são apenas complementares ou simplesmente contraditórias. Sua análise investe na direção de que há uma terceira via que abre espaço para a combinação destas proposições, a saber: a complementaridade ou a contradição.

Sua abordagem prossegue levando em consideração que existe um *caráter bidimensional da hierarquia* e que, portanto, em determinadas situações aquilo que *a priori* se apresenta como estando em um nível superior em outro pode ser visto ou entendido como inferior. É imprescindível perceber que para o autor tanto nas sociedades holistas quanto nas igualitárias, o foco está na valorização da ordem, que se configura como elemento integrador das diferenças e mantenedor da sobrevivência cultural. (Dumont, 1997)

Ao explicitar, durante o registro etnográfico, que outras relações existem para além da prevista na estrutura hierárquica formal, percebe-se que o modelo damattiano, se aplica no intuito de compreender as relações informais que atravessam a estrutura formal policial, deste modo os círculos hierárquicos configuram-se a partir de uma nova ordem, pautada pelas relações de *compadrio*. Assim, no caso brasileiro e - em especial na PM - “os sistemas globais, de caráter universal são permeados pelos sistemas de relações pessoais. Neles, as relações pessoais se mostram muito mais como fatores estruturais do sistema do que como sobrevivências do passado”. Neste sentido, Damatta aponta que o “sistema legal (e por que não o hierárquico) pode ser sistematicamente deformado pela moralidade

peçoal, de modo que sua aplicação não se faz num vazío, mas num verdadeiro cadinho de valores e ideologias.” (DaMatta, 1997, p. 247-248)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho percebo que, na realidade, ele se converteu no início de uma longa caminhada de pesquisas que pretendo desenvolver sobre a Polícia Militar. Por se tratar de um universo complexo de significados, entendo que o exercício comparativo que a antropologia nos possibilita, poderá ser uma das alternativas para os meus investimentos futuros.

Esta etnografia apresenta uma dentre as muitas possibilidades de se compreender e interpretar o “mundo” dos policiais da ponta que patrulham as ruas de nossas cidades. Logo de início busquei explicitar que o “mundo das praças” está marcado pelo desprestígio, por ser historicamente associado aos chamados pobres livres. Esta idéia ainda está enraizada em nossa sociedade, tendo em vista que tanto nas relações internas como nas relações com o mundo civil, o soldado, cabo e o sargento são vistos como “aqueles que não estudaram e por isso são PMs”. Dificilmente iremos ouvir isto, quando se trata de um oficial de carreira da PM, tendo em vista que as patentes, títulos e diplomas são as marcas distintivas numa sociedade como a nossa, que é composta de “pessoas” e não de “indivíduos”.⁷¹

Neste contexto, a lógica de divisão de classes, presente na sociedade em geral, parece ser reproduzida na estrutura policial militar, onde os pobres/subalternos/inferiores necessitam ser vigiados e disciplinados para que assim possam conter aqueles que são oriundos do seu mesmo segmento social.

Não se pode perder de vista que as Polícias Militares no Brasil ainda mantêm formas diferenciadas de acesso à instituição, o que se traduz num contra-senso, se lembrarmos que o nosso país é Republicano. Os bens culturais, sociais e econômicos ainda continuam concentrados no topo da pirâmide hierárquica que representa a dinâmica de nossas relações

⁷¹ Para um debate sobre *pobres livres* ver Holloway (1997)

sociais, isto é, muitos na base e pouquíssimos com acesso ao topo, que se apresenta inacessível, desde início à maioria.

Olhando para trás é possível constatar dois grandes momentos nesta etnografia: o primeiro dedicado a entender o espaço inicial de sociabilidade dos futuros policiais que é, justamente, a sua escola de formação. O acesso ao rol de matérias do cursos que lá são ofertados foi importante para perceber, assim como outros pesquisadores já apontaram, que os cursos formais ainda são caracterizados pelo viés penal-militarista, sendo enfatizado muito mais a ordem unida e o direito penal do que os conceitos de segurança pública num Estado que se quer Democrático.

Mas, o grande desafio estava em compreender o processo de construção dos policiais-praças a partir de regras que não são publicizadas, mas que são fundamentais para que um futuro policial possa navegar neste lugar. Ali, os futuros recrutas devem estar com olhos e ouvidos bem abertos para internalizarem a linguagem que os acompanhará ao longo de suas trajetórias profissionais. O não dito, isto é, aquilo que não faz parte da linguagem formal é aprendido e apreendido a partir de uma observação atenta.

Uma escola de formação que pretende “forjar policiais militares” está centrada na disciplinarização de corpos que precisam ser condicionados para serem obedientes aos seus superiores, ao mesmo tempo que precisam ser “guerreiros” para “combater o crime”. Numa perspectiva Foucaultiana, o processo de “construção dos policiais militares” tem o corpo como o *locus* privilegiado para ser manipulado, modelado e treinado.

Neste processo de socialização foi possível perceber que a lógica presente naquele espaço é a de construir novas identidades para os homens e mulheres que por lá passarem, como se a instituição estivesse sinalizando que a entrada naquele lugar fosse um “divisor de águas” na vida dos futuros PMs; como se passassem por uma “verdadeira máquina de transformação”.

Nesta etapa do trabalho tive como chave reflexiva a perspectiva de que a escola de formação mantém a tradição de reproduzir um saber doutrinário e dogmático que preconiza uma verdade absoluta inquestionável e que precisa ser apenas assimilado por todos, não necessariamente praticado. Por ser doutrinário e baseado num saber que não traz a marca de

quem o produz, há uma enorme dificuldade deste corpus de informação dialogar com a dinâmica cotidiana dos policiais da ponta, abrindo assim o espaço de interpretações sobre o real, na medida em que há uma incompatibilidade entre os expedientes normativos formais e a “realidade” difusa das ruas.

Assim, a padronização de procedimentos, baseada em repetições mecânicas, visa construir policiais condicionados a obedecer as ordens; porém, ao mesmo tempo, estes mesmos policiais estarão agindo discricionariamente no “calor dos acontecimentos” num cenário muitas vezes conflitivo em que se exige tomadas de decisões satisfatórias, legais e legítimas. Sendo assim, estes profissionais precisam utilizar “jogo de cintura” para agir com “bom senso”.

Esta lacuna entre o “saber formal/escolarizado” e “saber informal/prático” contribui para que as praças, entre acertos e erros, construam o seu “fazer policial”, como um ato personalizado que é aprendido, interpretado e reinterpretado no momento em que se está atuando.

Esta dinâmica remeteu-me à compreensão de que há uma lógica que organiza a atividade policial militar da ponta que nem sempre é compatível com o modelo democrático de polícia ostensiva, responsável pela “preservação e manutenção da ordem”. O espaço interpretativo que se coloca diante destes atores sociais abre o precedente para a construção de uma razão prática informada em valores que reiteram formas discriminatórias de atuação junto à sociedade.

A socialização no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças não se restringe a ordem unida, simulações técnicas e “instrução teórica”. Como pude descrever, desde o início, os futuros praças submetidos às faxinas/flandú aprendem a ocupar o lugar que lhes é devido, isto é, o de subalternidade. Portanto, o flandú só faz sentido para reiterar os papéis de quem serve e quem será servido, quem é “subalterno” e quem é “superior”.

Já o segundo momento da etnografia traz o mundo das representações sobre o “saber prático” das praças, construído no espaço das ruas a partir de uma relação entre o “mais antigo” e o “mais moderno”. Através da categoria “bola de ferro” pude explorar esta relação, evidenciando que o contato com as ruas exige do “mais moderno” um olhar aguçado para “ver o que os outros não vêem”. Este olhar será “treinado” a partir da observação criteriosa do que o “mais antigo” está fazendo para que depois possa ser reproduzido, como se fosse um “jogo de espelhos”. Cabe ao policial da rua apreender os fenômenos sociais através de um ouvir, ver e fazer atentos, onde não há espaço para a dúvida.

O capital simbólico de um policial da ponta traduz-se no acúmulo de experiências vividas e retransmitidas para seus pares. É este estoque de situações vividas que faz dele um “operacional” prestigiado no mundo das ruas sendo, todavia, representado como um “servidor braçal” na vida intramuros .

Este exercício etnográfico possibilitou perceber que ao tratar da PMERJ, estou falando de uma instituição na qual estão reunidos concomitantemente diversos espaços sociais que precisam ser compreendidos de modo relacional onde os indivíduos e, sobretudo, os grupos que nela existem possuem um habitus e ocupam posições marcadas pela diferença, sejam “os operacionais”, “os burocráticos”, “os oficiais”, “os praças”, “o grupo do comandante”, “os patameiros” ou “os patrulheiros”. Como sinaliza Bourdieu, estes são espaços que se constituem num campo de forças onde cada grupo disputa a hegemonia da prática.

A estrutura hierárquica formal é transversalizada pela “hierarquia informal” das relações de compadrio (nos moldes propostos por DaMatta) que traduz-se em privilégios, promoções, escalas de trabalho diferenciadas, escolha de postos de serviço, onde o que menos importa é a graduação ou a patente de seus integrantes, mas a que grupo ou a que “pessoas” estes atores estão ligados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO FILHO, Wilson. *Ordem pública ou ordem unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro*. In: Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. EDUFF, 2003.

AUGÉ, Marc. *Não lugares – introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas. Papirus Editora, 1994

_____. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.

BAYLEY, David H. & SKOLNICK Jerome. *Nova Polícia. Inovações nas polícia de seis cidades norte-americanas*. São Paulo. EDUSP, 2001.

_____. *Padrões de Policiamento*. São Paulo. EDUSP, 2001.

BERMAN, Harold J. *a formación de la tradición jurídica de Occidente*. México. Fundo de Cultura Económica, 1996.

BERGUER, Peter I. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis. Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. DIFEL, 1989.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Rio de Janeiro. Editora Perspectiva. 1982.

_____. *Escritos de Educação*. Petrópolis. Vozes, 2001.

_____. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. Campinas. Papirus Editora, 1996.

_____. *A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer*. São Paulo. EDUSP, 1996.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo. Brasiliense, 1990.

BRETAS, Marcos Luiz. *A Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1997

_____ & PONCIONI, Paula. *A cultura policial e o policial civil carioca*. In: *Cidadania, Justiça e Violência*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo. EDUSP, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo. Unesp Editora, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

_____. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

CARUSO, Haydée. *A denúncia anônima como ferramenta para ação policial: Disque-Denúncia – uma experiência em curso*. Niterói. EDUFF. 2003

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth & DORNELLES, João Ricardo W. *A Polícia e os Direitos Humanos*. Coleção Polícia Amanhã 1. Rio de Janeiro. Freitas Bastos Editora, 1998.

DAMATTA, Roberto. “*Você Sabe com quem está falando?*”. In: Carnavais, Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

_____. *Conta de Mentiroso – sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro. Rocco, 1994.

DA SILVA, Suamy Santana. *Teoria e prática da educação em direitos humanos nas instituições policiais brasileiras*. Porto Alegre. Edições CAPEC, 2003.

DE SÁ, Leonardo Damasceno. *Os filhos do Estado. Auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro. Relume & Dumará, 2002.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarquicus – o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo. EDUSP, 1997.

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. *Algumas Formas Primitivas de Classificação. Contribuição para o estudo das representações coletivas*. In: *Ensaio de Sociologia*. Editora Perspectiva, 2001.

_____. *As formas elementares da Vida Religiosa. O sistema totêmico na Austrália. Introdução e Conclusão*. In: Durkheim (Os Pensadores). São Paulo. Abril Cultural, 1983.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador volumes I e II*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 2002.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Nau Editora, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

GOFFMANN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1978.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis. Vozes, 2002.

GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de Corpo*. Niterói. EDUFF, 1997.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência em uma cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1995.

_____ & VARELA, Alex. *Saber jurídico e direito à diferença no Brasil: questões de teoria e método em uma perspectiva comparada*. (no prelo)

_____. *Da inquirição ao júri, do trial by jury a plea bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada (Brasil/EUA)*. Tese apresentada ao concurso de professor titular da antropologia. UFF, 1995.

_____. *A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição*. In: Cidadania e Violência. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ, 1996.

_____. *A antropologia da academia – quando os índios somos nós*. Niterói. EDUFF, 1997.

_____ & MISSE, Michel & MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. In: BIB, Rio de Janeiro, nº 50, 2º semestre de 2000.

_____. *Direitos Civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2003.

KRIEKEN, Roberto Van. *A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o eu*. In: Plural: Revista de Sociologia . USP. São Paulo. 1º Semestre 1996.

LUKES, Steven. *Émile Durkheim: his life and work – a historical and critical study*. New York. Penguin Books, 1973.

MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. Volumes I e II. São Paulo. Editora Perspectiva, 2001.

MEIRELLES, Hely. *Direito Administrativo Brasileiro*. 6ª Ed., São Paulo, Malheiros Editores, 1990.

MISSE, Michel. *Malandros, Marginais e Vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

MONJARDET, Dominique. *Profissionalismo e mediação da ação policial*. In: Antropolítica nº 10/11. EDUFF, 2001.

MORAES, Luciane Patrício B. *Imagens do Caos percepções de ordem e segurança pública a partir das experiências da Central Disque-Denúncia do Rio de Janeiro*. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Niterói. UFF, 2000.

MUNIZ, Jacqueline. *Ser Policial é sobretudo uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Ciência Política. IUPERJ. 1999.

_____. *et alii. Uso da força e ostensividade na ação policial*. In: Conjuntura Política. Boletim de Análise nº 06. Departamento de Ciência Política. UFMG. 1999

MUSUMECI, Leonarda *et alii. Segurança Pública e Cidadania: a experiência do policiamento comunitário em copacabana (1994-1995)*. Rio de Janeiro. ISER, 1996.

NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1978.

PEREIRA, Carlos Eduardo Milagres. *A visão de segurança pública no sistema de ensino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a política pública para segurança, justiça e cidadania*. Monografia apresentada no Curso de Segurança Pública/ UERJ, 2000.

PMERJ – Manual Básico do Policial Militar – M-4. Rio de Janeiro. Estado Maior, 1987.

PMERJ - Apostila de Investigação Criminal – CFAP

PMERJ – Apostila sobre a História da PMERJ – CFAP

PMERJ – Escritura de venda da “Fazenda Federal dos Estados Unidos do Brasil – data 07/10/1907.

PMERJ – Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários – R –13

PONCIONI, Paula. *A polícia e os pobres: representações e práticas em delegacias de polícia do Rio de Janeiro*, Dissertação de Mestrado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

_____. *Profissão policial: a visão da “elite profissionalizada” da polícia do Estado do Rio de Janeiro*. Texto apresentado no XXVII Encontro da ANPOCS. Caxambu. Outubro de 2003.

RODRIGUES DA SILVA, Robson. *Os grupos informais e sua pequena política na instituição policial militar*. Trabalho apresentado para disciplina de antropologia política. Niterói. PPGACP/UFF, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos & VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa*. Rio de Janeiro. IBAM/FINEP, 1981.

SILVA, Jorge da. *Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro. Editora Forense, 1990.

SILVA, Agnaldo José da. *Praça Velho – um estudo sobre a socialização policial militar*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Goiânia. UFG. 2002.

SKOLNICK, Jerome & BAYLEY, David H. *Policimento Comunitário*. São Paulo. EDUSP, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo *et alli*. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Relume & Dumará. 1996.

_____. *Meu Casaco de General*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2000.

VIVA RIO – Manual do Instrutor do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã – 2002.

ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro. Francisco Alves Editora, 1990.

ANEXOS

- 1. Evolução Onomástica**
- 2. Organograma Institucional da PMERJ**
- 3. Mapa do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP**
- 4. Apostilas do CFAP**
- 5. Lista do material didático do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã / Viva Rio**
- 6. Fotos**
 - A) Sede do CFAP**
 - B) Galeria dos Comandantes**
 - C) Painel “O sonho de um Comandante”**